



Capitão João Punaro Bley, governador do Estado.

Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

A SEMANTICA DO VOCABULO INDIGENA - CAPICHABA

AOS ESPIRITO-SANTENSES

*Lêde com patriolismo as desataviadas
paginas desta Memoria...e, orgulhae-vos,
pois, de vos chamarem CAPICHABAS!*

ANTONIO ATAHYDE

PREFACIO

O que se vae ler, é um assumpto regional muito interessante e de grande relevo para todos os filhos do Espirito Santo. E' o estudo de uma tradição gloriosa. A preocupação que tínhamos, ha annos, como espirito-santenses, em conhecer a semantica do nosso famoso vocabulo indigena, cujo ardor civico nos desperta sempre que evocamos o heroismo da nossa gente e os encantos da nossa terra, — levou-nos a escrever este despretencioso trabalho, inspirado somente no realce patriotico dessa finalidade.

Escorado nos factos os mais flagrantes e inequivocos, manifestados pelos nossos indios na floresta, e divulgados pelos seus proprios *linguas*, estes que melhor sabem, pela convivencia com

elles a todas as horas — vemos penetrar uma restea de luz intensa e brilhante, no secular emaranhado linguistico da verdadeira interpretação do nosso termo.

Vocabulo hybrido, de composição de dialectos domesticos das nossas tribus, não podia ser deturpado por definições livrescas ou imaginarias, em prejuizo do seu valor real, na poranduba espirito-santense.

Os Aymorés não chamavam *Capichaba* a qualquer lavoura de milho, ou a um pequeno estabelecimento agricola, como define o sr. Jayme Seguiet, no seu illustrado *Diccionario Luso Brasileiro*.

Não era uma lavoura de milho, propriamente, mas era um brado interjectivo de alegria e de audacia, que elles davaui ou uma exclamação festiva que faziam, ao defrontar o milharal no auge do seu desenvolvimento cultural, com seu lindo pendão dourado, denunciando, ao longe, espigas amadurecidas para serem devoradas por elles mesmos, com appetite.

Realmente, foi o plantio intenso dessa graminea, na Villa-Nova de Victoria, ao sudeste da ilha, em S. João das Pedreiras, que denominou esse bairro de *Capichaba* e os indios ali aldeados appellidados — *CAPICHABAS*.

Entretanto, foi a conducta heroica dessa brava gente, tantas vezes revelada na defesa inexpugnável da Villa de Victoria, entrincheirada no canal do Penedo, que glorificou o nome *Capichaba*, na gratidão que os proprios colonizadores lhe tributavam, pelos seus vibrantes lances de indomita bravura, e a vigilancia do nosso rincão espirito-santense.

Foi o chronista Manoel de Siqueira e Sá Junior, no seu livro inedito, manuscripto—Memorias

de um Capichaba—cuja leitura de algumas paginas fizemos, em sua vida em 1882, quem primeiro commentou o valor historico de tão denodados indios—, cujos feitos brilhantes seu irmão, o capitão João Manoel de Siqueira e Sá, dramatizou no palco do seu Theatrinho intitulado — *CAPICHABA*.

Assim preludiamos um dos mais bellos e suggestivos capitulos de nossa historia regional, desvendando uma tradição secular de nossa terra que tanto nos exalta, na data festiva da celebração do 4º Centenario do Povoamento colonial da nossa Capitania, assinalada com a chegada do seu donatario, capitão e governador, Vasco Fernandes Coutinho, a 23 de Maio de 1535, no domingo do Espirito Santo.

SUMMARIO

I

Capichaba—seu valor semantico.

Noções geraes de linguistica e philologia comparada, relativamente aos idiomas do grupo tupy-guarany. Sua evolução geral e formação dos dialectos.

II

Os remanescentes dos indios na Villa Nova de Victoria. A sua catechese e pacificação pelo Padre Affonso Braz. O seu limitado aldeamento na parte oriental da Villa, fronteira ao Pão de Assucar (Penedo), até a antiga foz do Reguinho, ao sul, (porto das Lanchas). A cultura rustica do milho nessa zona aldeiada da ilha, denominada -- *Pedreiras*.

III

O temerario conseguimento de sete botucudos (aymorés) no Aldeamento Mutum do Rio Doce, para a Exposição Anthropologica do Rio de Janeiro, pelo engenheiro João Cassiano de Castro Menezes.

E' no momento de jubilo que elles se manifestam espontaneamente, sobre o valor semantico do vocabulo. tupyco.—Capichaba—Revelação clara das tres raizes componentes do vocabulo. A linguagem articulada dos selvagens é sonante e onomatopaica.

IV

O reconhecimento e explorações do valle do Pau-Gigante pela Commissão de terras e Colonização da Ex-Colônia Santa Leopoldina, para a fundação do nucleo colonial «Accioly de Vasconcellos». O côrte do jacarandá naquelle valle. Esclarecimentos do interprete Luiz Moreira Netto, sobre o assalto dos botucudos ás lavouras de milho.—A distincção que elles faziam entre o milho (planta) penduando na roça e o milho secco, em grão, no quijeme.—Explicação de cada uma das tres raizes componentes do vocabulo *Capichaba*.

V

O milho e sua reconhecida utilidade na alimentação do homem americano. Ha no conhecimento do vocabulo uma poetica idealogia comparada.—O Aymoré chama *Capichaba* á lavoura do milho, em plena maduração, em condições de servir de alimento.—O plantio intenso dessa graminea, na ilha de Victoria, cognominou a tribu de *Capichaba*. *Capichabas* eram, pois, todos aquelles indios aldeados, destemerosos defensores da autonomia de Victoria e de toda Capitania.—Posteriormente, tornou-se gentilico o termo, dado a todo espirito-santense illustrado, com o um titulo de honra e glorias. — Outros interessantes pormenores — Um protesto dos capichabas ao Reino, pedindo justiça sobre o acto arbitrario do governador Silva Pontes — A graphia *Capichaba*, com o digramma *ch*, é etymologicamente certa. Finalmente, uma homenagem aos que trabalharam pelo acerto semantico do nosso vocabulo regional.

CAPICHABA

SEU VALOR SEMANTICO

I

Capichaba — seu valor semantico.
Noções geraes de linguistica e
philologia comparada, relativamente
aos idiomas do grupo tupy-guarany.
Sua evolução geral e formação dos
dialectos.

Estudando a verdadeira significação do vocabulo tupyco — *Capichaba* — isto é, o seu valor semantico, na historia regional do Espirito Santo, precisamos, antes de qualquer estudo investigador, observar, sob um golpe de vista geral, as leis a que estão sujeitas todas as linguas, vivas ou mortas, no seu desenvolvimento social.

As linguas, desde sua origem, formação e uso, até o seu desaparecimento, approximadamente dentro de um periodo secular, transformam-se radicalmente, substituindo os seus termos etymologicos, componentes de sua vernaculidade, por intromissão de outras palavras mais faladas e mais modernas, originando-se, desse conflicto de elementos, os dialectos que são outros tantos idiomas, que se desenvolvem de accordo com a capacidade scientifica, moral e industrial da sociedade a que elles servem de instrumento ao seu progresso.

E, assim, as linguas se vão modificando em seus caracteres essenciaes, lenta e successivamente, até o seu sepultamento, numa cadeia de affinidades reciprocas, entre o passado e o presente.

Nunca se ha de saber, historicamente, quando e como a voz instinctiva do homem primitivo converteu-se em palavra; bem assim, as phases millenarias por que passou a linguagem articulada, desde aquelles tempos remotos até a nossa actual cultura scientifica, moral e social da civilização universal.

A linguistica constitue, pois, o ramo da sociologia, que trata dos elementos constitutivos da linguagem articulada e das formas essenciaes differentes, que podem tomar esses elementos. Os principios da linguistica, applicados a uma só lingua, formam a philologia, propriamente, e applicados simultaneamente a varias linguas — a philologia comparada.

O cyclo da linguagem articulada é de sete grandes periodos seculares: o interjectivo, o demonstrativo, o attributivo, o monosyllabico, o agglutinativo, o amalgamante, e o contractivo. Os tres primeiros periodos são prehistoricos, portanto hypotheticos e os outros quatro são os historicos. É o periodo contractivo o actual periodo dos povos civilizados. A linguistica demonstra que a evolução das linguas dá-se em praso muito mais curto, do que o da evolução das especies.

Diz Julio Ribeiro — «São tão numerosas as linguas dos indigenas da America que, com quanto nem todas sejam conhecidas dos linguistas e ethnographos, Fr. Muller contou, desde o cabo Horn até ao paiz dos Esquimaus, vinte e dois grupos de idiomas distinctos, embora aparentados alguns entre si. Relativamente ás linguas do

grupo tupy-guarany, satisfaz a subdivisão ethnographica de Martius, que considera os povos da America Meridional em um só grupo, denominando-o de brasilio-guarany e subdivide em muitos ramos».

O ramo que mais nos interessa é o dos Crens ou Guerens, divididos em Purys, Coroados, Ararys, Aymorés, Coynazes, etc. Os Aymorés são conhecidos por Botocudos e se acham muito reduzidos actualmente, no nosso aldeamento do Pancas. Nas margens do Rio Doce, mais para o Estado de Minas do que para o do Espírito Santo, está a tribo Crenak, que se compõe de Aymorés, em numero de cincoenta individuos, approximadamente. Goytacazes e Purys já estão extinctos no nosso territorio.

Posto isso, abordemos outra ordem de considerações regionaes, referentes á historia da Capitania do Espírito Santo, na pesquisa dos factos que esclareçam o conhecimento incontestavel do termo *Capichaba*, com que substituímos, muitas vezes, nos momentos de jubilo, o de espirito-santense, nos feitos que nos honram e nos engrandecem, no realce de nossa terra.

Alem da leitura dos trabalhos dos historio-graphos e chronistas espirito-santenses ou não, citados no texto desta Memoria, ouvimos tambem, pessoalmente, os eminentes tupynologos General Candido Rondon e o Dr. Antonio Estigarribia e bem assim, o sociologo chileno Agustin Venturino e o professor paraguayano Martin Barrios, acatadas autoridades no assumpto, sobre o acerto do vocabulo capichaba, cuja investigação nos empolga, ha muitos annos.

II

Os remanescentes dos indios na Villa Nova de Victoria. Sua catechese e pacificação pelo Padre Affonso Braz. Seu limitado aldeamento na parte oriental da Villa, fronteira ao Pão de Assucar (Penedo), até a antiga foz do Reguinho, ao sul, (porto das Lanchas). A cultura rustica do milho nessa zona aldeada da ilha, denominada — *Pedreiras*.

Rezam as chronicas dos Jezuitas — que dominado o natural obstaculo do povoamento colonial da ilha de Duarte Lemos, na derrota infligida aos indios aggressores, em 8 de Setembro de 1551 por Diogo de Moura, começou ella a ser habitada por nova gente, com a denominação official de Villa-Nova. Povoaram-na, além dos colonizadores, os indios mansos que se submeteram ahi ao novo mando e os que vieram da Villa do Espirito Santo (Villa Velha) para occupal-a.

A principio, era conhecida por "Ilha de Stº. Antonio", em homenagem ao santo do dia, na data de sua exploração, a 13 de Junho de 1535. Foi doada a Duarte de Lemos, pelo generoso donatario da Capitania, Vasco Coutinho.

Após o referido triumpho de 8 de Setembro de 1551 das armas lusitanas, de que resultou sua occupação definitiva, tomou, então, o nome de Villa de Victoria".

Só foi elevada á categoria de cidade pela lei de 17 de Março de 1823.

Na parte meridional da ilha, estabeleceram-se os indios já sedentarios, remanescentes de Goytacazes, Aymorés, Purys, Tupyniquins e de outras tribus, levantando ahi os seus *quijemes*, entremeados de plantações. Começou, francamente, a catechese.

Logo no inicio das missões pelo talentoso Padre Affonso Braz, muito melhorou a situação acrimoniôsa, entre colonos e indios. Esse caridoso padre foi um missionário de grande ascendencia nas tribus, a quem se deve a pacificação da Villa de Victoria, fundando o notavel Collegio dos Jesuitas, o actual Palacio do Governo, remodelado.

A zona tolerada aos indigenas começava do contraforte do morro em frente ao Penedo, chamado tambem de Pão de-Assucar, abrangendo o caminho São João das Pedreiras e terras circumvisinhas, até o Porto das Lanchas (actual Praça Costa Pereira), onde desembocava o antigo correjo denominâdo "Reguinho", que recebia todas as aguas do valle do Morro da Fonte Grande, passando pelos fundos da rua da Varzea, actual rua 7 de Setembro, até o mar.

Mais tarde, por outras hostilidades, quizeram os colonos expulsar os todos da Villa Nova para Villa Velha ou villa do Espirito Santo; não conseguiram, porém, esse intento. Ficaram, comtudo, os indios reduzidos a um pequeno nucleo nas Pedreiras e ahi estabeleceram-se, plantando milho nos flancos do morro, protegidos sempre pelos missionarios.

Estava, pois, formado ahi o ponto de resistencia, isto é: o reducto indestructivel dos natu-raes da ilha.

Assim dizia Siqueira e Sá Junior—(Memoria de um Capichaba—manuscripto inedito).

Pelo que acabamos de commentar, ficaram explicadas as condições de existencia ali dos natuaes; mas não se dissipou a duvida sobre a significação do emprego do vocabulo tupyco.

Seria a localidade aldeada que se chamava Capichaba?

Seria a fonte da vertente, a que se dava esse nome?

Seria, emfim, a plantação intensa do milho ali que denominava a localidade?

Entretanto, projectou-se uma pequena restea de luz no labyrintho das decifrações da significação do vocabulo.

Effectivamente, procurar conhecer qual foi o escriptor que melhor se referiu ou interpretou essa palavra, e que melhor deu a sua verdadeira significação, é tarefa assás difficillima e de pouco exito.

Nunca se havia de saber, pelo livro cheio de contos phantasticos e de historias inverosimeis. a semantica desse vocabulo e donde promanou,

E' pela tradição oral, ouvindo e espreitando pacientemente o indio, no momento de seus anseios de alegria e de prazer, mais opportunos, que se poderia saber o que elle queria exprimir com essa palavra. Elle nunca escreveu: sua linguagem articulada era exclusivamente de sons onomatopaicos.

Os hieroglyphos assignalados, bem assim as figuras rupestres no Brasil, Goyanas e Venezuela, diz Alfredo de Carvalho no seu livro "Pre-historia Sul-America":—"O ethnologo Kock-Grumberg, depois de dois annos de intima convivencia com os indigenas, demonstrou a ausencia de significação symbolica e o nenhum valor docu-

mental das inscrições lapidares sul-americanas, com o que concordamos inteiramente”.

Já existe copiosa bibliographia sobre o assumpto, ficando esclarecidos alguns pontos em que collidem alguns escriptores que sustentam a existencia dos symbolos.

Os sertanejos do Nordeste estão persuadidos de que os sulcos encontrados nas pedras representavam marcos ou signaes feitos pelos holandezes, para assignalar thesouros escondidos, ou pontos determinados do seu roteiro, pelo interior do Brasil. Pode-se admittir a existencia de symbolos entre algumas tribus. Comtudo, o que é indiscutivel é que os indigenas só fallavam e não escreviam. Não havia signaes orthographicos correspondentes, pois que os sulcos lapidarios notificados eram inscrições apenas desportivas.

As regras da grammatica tupy-guarany, bem assim os vocabularios comparativos e outras illustrações sobre a lingua indiana, são trabalhos meramente subjectivos de litteratos indigenas como Anchieta, Affonso Braz, Nobrega, Montoja, Vicente Restivo e outros escriptores ignacianos, no intuito manifesto de uniformizarem as inflexões das vozes com que os indios se entendiam. Entretanto, de um lugar a outro, os Jesuitas encontravam uma variedade de termos novos, com sons desconhecidos, formando outros tantos dialectos, parecendo-lhes mais, á primeira vista, uma lingua que evoluia, recebendo neologismos todos os dias, do que os destróços de um glossario que se esgotava á mingua de convivencia entre as tribus nomades ou sedentarias, que se isolavam pelas perseguições, que outras tribus mais poderosas lhes moviam, impellidas por sua propria expansão conquistadora.

Eis como surgiam, a cada instante, as duvidas nas comparações dos vocabulos usados nas diversas aldeias dos indios, em que as raizes tupycas, pelas suas inflexões, variavam, em cada localidade, formando differentes dialectos, individuaes e domesticos, cujo valor semantico estabelecia um cháos na grande nação autochtone da America.

Nesse emaranhado linguistico, não se pode estabelecer uma directriz a seguir, pois são muitas variantes na mesma região, disputando a preferencia. Entretanto, é o proprio indio que nos surprehende, de quando em vez, nos surtos espontaneos de suas manifestações de jubilo ou de dôr, dando a verdadeira significação ao vocabulo de sua linguagem sonante e onomatopaica.

III

O temerario conseguimento de sete botocudos (aymorés) no Aldeamento Mutum do Rio Doce, para a Exposição Anthropologica no Rio de Janeiro, pelo engenheiro João Cassiano de Castro Menezes.

E' no momento de jubilo que elles se manifestam espontaneamente, sobre o valor semantico do vocabulo tupyco — Capichaha — Revelação clara das tres raizes componentes do vocabulo. A linguagem articulada dos selvagens é sonante e onomatopaica.

Historiemos: Em proveito da cultura ethnographica americana-brasileira, resolveu o governo imperial, em 1882, abrir uma exposição anthropologica no Rio de Janeiro, devendo concorrer a esse certamen tudo o que tivesse relação com a vida dos selvícolas, a saber: artefactos, armas, missangas, tecidos vegetaes, ossadas, objectos ceramicos e de pedra, bem assim, qualquer objecto regional, noticias, monographias, etc., enfim, tudo quanto pudesse elucidar ou esclarecer qualquer duvida acerca da vida, lingua e costumes dos nossos aborigenas.

Sobre tão patrioticos e interessantes intuitos, o Ministerio dos negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, em aviso circular de 17 de Janeiro de 1882, recommendou á Presiden-

cia desta ex - provincia do Espirito Santo, que providenciassse nos aldeamentos existentes ou extinctos, colligindo-se informações e os referidos objectos indicados pelo Dr. Director do Museu Nacional da Côrte para aquella exposição. Assumindo a administração da Provincia, o illustre Dr. Herculano Marcos Inglez de Souza e ligando a maior importancia ao assumpto, reiterou todos os pedidos já feitos pelo seu antecessor, Dr. Marcellino Tostes, ás commissões central e especial, ao Director Geral dos Indios e ao do aldeamento Mutum para que fosse sufficientemente representado o Espirito Santo.

Do seu relatorio lido perante a Assembléa Provincial, em 9 de Dezembro de 1882, ao passar o governo ao digno dr. Martim Francisco Ribeiro de Andrade Junior, transcrevemos o seguinte trecho do capitulo «Exposição Anthropologica». «Para conseguir esse desideratum, encarreguei ao Engenheiro João Cassiano de Castro Menezes de ir ao Rio Doce, para onde seguiu a serviço, agenciar a maior somma de objectos que fosse possivel adquirir, para aquella exposição. Conseguiu elle fazer a aquisição de alguns, bem como trazer uma familia de selvicolas composta de sete pessoas, acompanhadas do interprete do aldeamento do MUTUM, Tertuliano Rodrigues do Carmo, os quaes fiz seguir para a côrte no paquete «CEARA'», bem como uma remessa de quatro (+) caixões contendo objectos destinados á exposição».

O conseguimento do distincto profissional Dr. Cassiano de Castro Menezes, da vinda dos sete botocudos dos aldeamento MUTUM até Victoria, foi encargo penosissimo de grandes responsabilidades, cuja jornada foi cheia de peripecias, perigos e de surpresas, a todo instante.

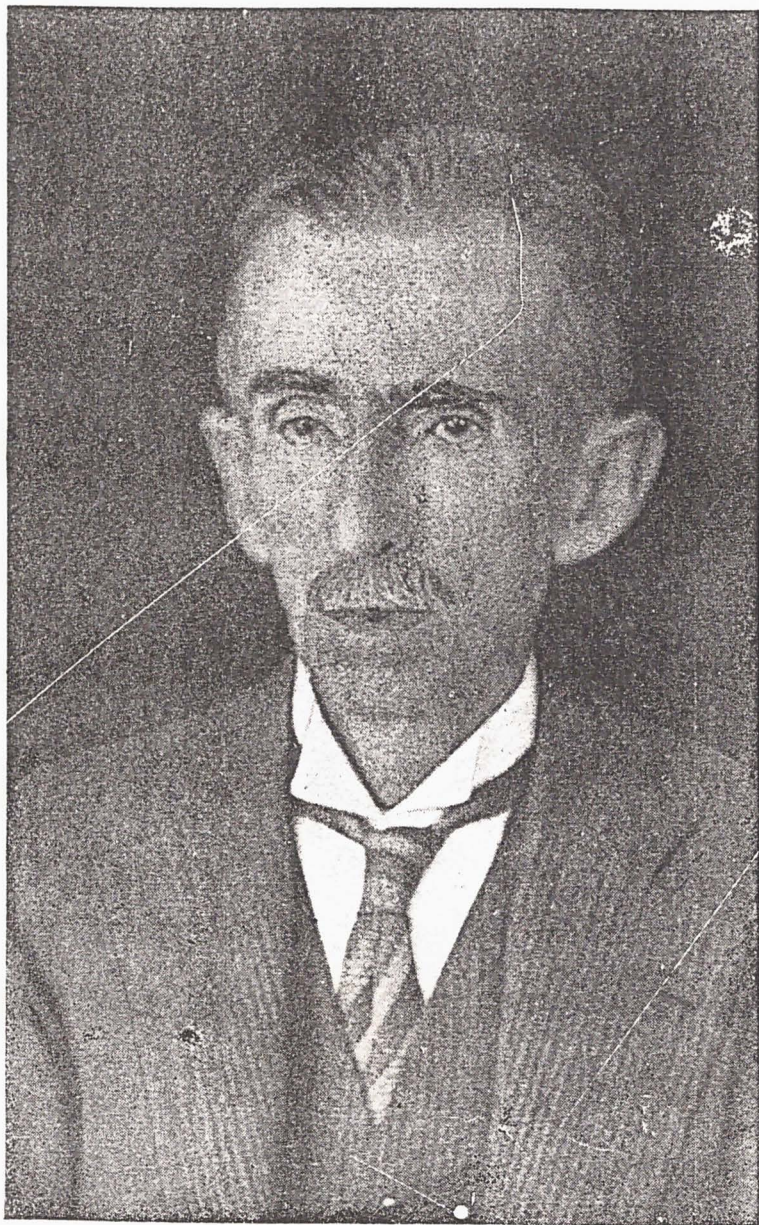
Narra o dr. Cassiano, em seu relatorio entregue ao dr. Inglez de Sousa, o grande risco em que correu elle e seus companheiros, nessa arriscada commissão, pois os indios mostravam-se inquietos dentro da canôa «JONCATI», olhando para as margens do Rio Doce, o *Vatü*, como chamavam, saudosos dos seus penates, naturalmente, muito mais agradaveis a elles, do que essa incommoda travessia, que a inclemente civilização os fazia soffrer, injustamente, naquelle momento. Viajavam, nostalgicamente, sempre inquietos, apesar da paciencia e do carinho com que eram tratados. Tinham, entretanto, impetos de voltar ao MUTUM.

Surge uma algazarra entre elles, pedem para chegar a «JONCATI» á margem do *Vatü*, pois queriam satisfazer necessidades... Quijú-Munhangá !...

Nessa emergente situação, o dr. Cassiano de Castro Menezes, desconfiando da fuga, ordenou aos canoeiros que approximassem a canoa á margem opposta, direita do rio. Enquanto os entretia com brinquedos, lembrou-se o interprete de mandar immediatamente um dos barqueiros comprar, em uma roça proxima, algumas espigas de milho verde, o que seria para elles uma delicia. Não demorou o mensageiro em vir sobraçando alguns pés de milho, que arrancou com as respectivas espigas, já madurando.

Conta o dr. Cassiano que os botocudos levantaram-se bruscamente na canôa, numa alacridade infernal, numa vozeria ensurdecadora, quando viram a chegada do barqueiro, e prorompem numa festiva saudação ao milho, cantando *caá piim-chaba !... caá-piim-chaba !*

O interprete, Snr. Tertuliano do Carmo, declarou que os indios apreciavam muito o milho



DR. ANTONIO FRANCISCO DE ATHAYDE,
Presidente do Instituto Historico e Geographico do E. Santo

verde; era para elles um regalo e que satisfeita a sua vontade, ia-se fazer uma boa viagem. Effectivamente, a prophesia foi correspondida. Não houve mais incidente a interromper o percurso a pé, passando por Sta. Thereza e Sta. Leopoldina, onde tomaram canôa, no Porto do Cachoeiro, até Victoria.

Hospedaram-se todos na antiga residencia do dr. Cassiano, no começo da ladeira do Sacramento, casa n. 13 desta cidade, na parte terrea do predio que ainda existe e onde estiveram em observação.

Dias depois, seguiram para o Riode Janeiro, com destino á Exposição.

Finalmente, ficaram os pobres indios na Exposição Anthropologica, na capital do ex-Imperio, infelizmente, expostos no Campo de Sant'Anna, actual praça da Republica, ao menoscabo e á malvadez da curiosidade publica, victimas até das alfinetadas dos garotos, o que testemunhámos, quando lá os visitámos.

Essa deshumanidade pela vida dos selvicos mereceu severa reprimenda da imprensa do Rio, principalmente do indefesso jornalista José do Patrocínio, na «Gazeta da Tarde»; e bem assim, fundamentado protesto do nosso incomparavel e eminente conterraneo, de saudosa memoria — o Conselheiro Costa Pereira, junto aos poderes publicos da Nação.

IV

O reconhecimento e explorações do valle do Pau—Gigante pela Commissão de terras e Colonização da Ex—Colônia Sta. Leopoldina, para a fundação do nucleo colonial "ACCIOLY DE VASCONCELLOS". O côrte do jacarandá naquelle valle. Esclarecimentos do interprete Luiz Moreira Netto, sobre o assalto dos botucudos ás lavouras de milho.— A distincção que elles faziam entre o milho (planta) penduando na roça e o milho secco, em grão, no quijeme —Explicação de cada uma das tres raizes componentes do vocabulo *Capichaba*.

Estudemos mais outra investigação que colhemos casualmente, de pessoa fidedigna, na propria localidade das incursões dos aborígenes, sobre o valor semantico do nosso vocabulo,

Já nomeado engenheiro—ajudante, em 1887, da commissão de Terras e Colonização da ex—colônia de Santa Leopoldina, com séde em Porto do Cachoeiro, sob a chefia do provector engenheiro Jacintho Adolpho de Agailar Pantoja,—installámo-nos na zona da nossa Jurisdicção official, de Santa Cruz ao Rio Doce, séde do nucleo Conde d'Eu.

Iamos proceder ao levantamento hydrographico da Zona e fazer o reconhecimento da rede de estradas mais convenientes á escolha da localidade,

para se projectar o novo nucleo colonial, conforme determinação official.

Partimos do nucleo CONDE D'EU, nossa residencia, levando connosco o agrimensor Leonel, o pratico Edmundo Lempé e mais seis companheiros, com destino ao rio Pau—Gigante, atravez de uma matta virgem exuberante, bordada de penosas escarpas, durante uma jornada de 5 dias, approximadamente.

Surprehendeu-nos, ao defrontar o Rio Pau—Gigante, uma grande aberta na matta virgem, abrangendo ambas as margens, com um pequeno rancho de palha no centro. Indagámos e soubemos que o invasor chamava-se Luiz Moreira Netto. Declarou-nos que tirava jacarandá para o Snr. Manoel João, estimado negociante, morador no sitio *ACARY*, á margem esquerda do rio Piraquê-assú, de quem recebia ordem e que conduzia as madeiras por um arrastão por elle construido, puxadas a bois até lá, o *ACARY*.

Até aquella data, Moreira não tinha recebido nenhuma prohibição no corte do Jacarandá. Prohibimos que continuasse na devastação das matas, promettendo-nos obedecer a essa intimação, que lhe fizemos pessoalmente.

Resolvemos, comtudo, pernoitar ahi no rancho do Sr. Moreira, ouvindo mais alguns esclarecimentos necessarios, sobre os ataques dos botucudos naquella zona, e como evital-os, em proveito do nucleo colonial que iamos fundar.

Admirámos a tenacidade do trabalho intelligente do Sr. Moreira Netto no corte de madeiras mas extranhámos elle não aproveitar aquella assombrosa uberidade do sólo, para plantar o milho, cuja colheita seria extraordinaria.

Respondeu-nos logo:—Era chamar os botucudos para aqui... Já tivemos um lamentavel exemplo,—

Perguntamos-lhe: Por que?

Respondeu-nos:—

Quando os Aymorés encontram uma roça de milho madurando, devoram-n'a toda, comendo até as espigas, ainda verdes:... No proprio aldeamento do *MUTUM*, quando o milharal estava com maçarocas, os indios bravios, que infestavam aquellas regiões, atacavam, preferentemente, em numero avultado, o estabelecimento, matando os que se oppunham e dando prejuizos incalculaveis ao Governo, conforme têm informado os seus directores. Effectivamente, já tinhamos conhecimento official de tudo isso que ouvimos do Sr. Moreira Netto, sobre a temeridade dos botucudos nas lavouras de milho.

Depois de feitas algumas ponderações sobre a vida dos selvagens, disse-nos mais que os aldeamentos que elle conhecia, tanto em Minas, como no Espirito Santo, eram de raças caldeadas, de typos differentes de indio e que algumas tribus falavam e outras não entendiam.

Todos esses indios já mansos (domesticados), aldeados nos varios municipios ou zonas do Espirito Santo e os selvagens ainda errantes, pelas nossas mattas, são remanescentes de Tupys, Aymorés, Goytacazes, Tupyniquins, Puris, Tapuyos e outras tribus, algumas dellas já dizimadas. Encantou-nos o modo criterioso revelado em sua conversação, por esse intelligente descendente da raça indiana, notadamente de uma boa conducta, e gosando de muito conceito pela sua honestidade e confiança, em todos os seus negocios. Animamo-nos a fazer-lhe mais algumas perguntas:

Como chamam os botucudos ao milho?

Respondeu-nos:

— O milho secco debulhado, já nos *quijemes*, elles chamam de «*UATI*». Mas, quando se trata

de plantações, isto é: de milho ainda na roça, conjunctamente com aipim, feijão, batatas, arroz e o proprio pasto de gado, chamam indistinctamente a todas essas plantações de «*caí-piim*» que exprime na lingua delles — *matto miúdo* — que serve de alimento tanto para elles, como para os animaes, em comparação com essa gigantesca floresta que estamos vendo. (Alontan- do para os ipês, jacarandás, cedros, guarabús, perobas, etc. em nossa frente).

Effectivamente, continúa o Sr. Moreira, os bugres ficam allucinados, quando deparam com uma rôça de milho em plena fructificação, com o seu bello pennacho dourado e com as espigas já amadurecidas.

Elles sentem o faro. Ficam ferozes e indomaveis. Pulam de contentamento até conquistarem completamente toda a roça, e de lá não sahem, enquanto houver uma espiga para comer ou chupar.

Quando a lavoura é extensa, elles ficam ahi mais dias e fazem a bebida fermentada com agua e milho verde, mastigado pelas indias.

Chamam a essa bebida, que muito apreciam, de *CHICHA* ou *CHABA*.

Perguntamos ao Snr. Moreira o que quer dizer «*CHABA*».

Respondeu-nos: — Quer dizer: — muito saborosa, ou a melhor das bebidas conhecidas por elles. E' uma palavra que os Aymorés empregam para melhor distinguir pessoa ou cousa das outras, dando-lhe preferencia. Outras perguntas lhe fizemos e fomos attendidos satisfactoriamente.

Muito agradecidos, deixamol-o no rancho. Continuando o nosso trabalho de exploração

colonial, seguimos para o Conde d'Eu, onde estava o escriptorio tecnico da commissão, também nossa residencia.

Fizemos-lhe essas perguntas, no sentido de ouvir pessoalmente o tirador de jacarandá Luiz Moreira Netto, também interprete das tribus dos botucudos na Zona do Rio Doce, se manifestar sobre o valor do milho, como alimento preferencial, e o assalto que elles, os botucudos, faziam ás lavouras dessa graminea, quando estavam principiando a amadurecer, o que era, aliás, sabido officialmente em relatorios dos directores do aldeamento MUTUM, difficultando o estabelecimento da colonização naquelle valle.

O milho e sua reconhecida utilidade na alimentação do homem americano. Ha no conhecimento do vocabulo uma poetica idealogia comparada.—O Aymoré chama *Capichaba* á lavoura do milho, em plena maduração, em condições de servir de alimento.—O plantio intenso dessa graminea na ilha de Victoria, cognominou a tribu de *Capichaba*.—*Capichabas* eram, pois, todos aquellos indios aldeados, destemerosos defensores da autonomia de Victoria e de toda Capitania.—Posteriormente, tornou-se gentilico o termo, dado a todo espirito-santense illustrado como um titulo de honra e glorias.—Outros interessantes por menores.—Um protesto dos capichabas ao Reino, pedindo justiça sobre o acto arbitrario do governador Silva Pontes.—A graphia *Capichaba* com o digramma *ch*, é etymologicamente certa. Finalmente, uma homenagem aos qua trabalharam pelo acerto semantico do nosso vocabulo regional.

O milho era conhecido, desde epochas remotas e cultivado, com muito interesse e carinho, pelas tribus da immensa nação indigena do Novo-Mundo. Quando Christovão Colombo descobriu a America, já encontrara a plantação desse cereal,

gena, com muita vantagem. Nos vegetaes como nos animaes, a alimentação da primeira idade influe poderosamente sobre a evolução organica do resto da vida.

Os botanicos chamam cereaes ás plantas da familia das gramineas, cujo grão moido produz farinha capaz de alimentar o homem.

Pelo que acabamos de patentear, é fóra de duvida que todas as tribus, sedentarias ou nomades, se alimentavam com esse producto. Conforme os seus dialectos, davam-lhe um vocabulo especial, quasi domestico; mas prevaleceu o da lingua ancestral, tupy-guarany, que era o mais divulgado.

Os indios, com seus glossarios, mais ou menos reduzidos e domesticos, idealisavam muitas vezes, na contemplação panoramica da natureza, como feitichistas que eram, extasiando-se em mysticas concepções, como se fossem poetas mudos, formando poemas como uma só palavra, bem assim idyllios amorosos com um só olhar!...

Muitas vezes voltavam-se todos silenciosamente para o seu chefe, o *morubichaba*, para adivinharem o seu gesto de commando, ou lhe pedirem a attitude definitiva que deviam tomar, em occasiões difficeis da tribu.

Elles tinham instituições admiraveis. Quando defrontavam ou comparavam um gigantesca vegetação floresta, com uma outra vegetação pequena ou rasteira, exprimiam-se assim — *CAA-PIIM*! Tinham a idéa perfeita do traço de união, entre o grande e o pequeno, entre a quantidade e a unidade. *CAA'* significa, no vocabulario tupy, — MATTO — e *PIIM* plantação pequena, meúda ou rasteira. (Expressão usada pelos Puris).

Com essas duas raizes, *CAA'-PIIM*, os aborigenas designavam indistinctamente todas as

plantas gramineas, cyperaceas e forraginosas das plagas americanas. Desta expressão tupyca *CAA'-PIIM*, por um metaplasmo suppressivo, vem o substantivo *capim*, a graminea que todos conhecem e o verbo derivado *CAPINAR* — para limpar as lavouras, do matto meúdo (*capim*) que prejudica o crescimento das outras plantas, que se quer cultivar. Está bem visto que se elles conhecessem todos os outros cereaes do velho continente, isto é trigo, centeio, arroz; aveia, cevada e etc., lhes dariam tambem o nome geral de *CAA'-PIIM*, com que denominavam geralmente todas as plantas miúdas, inclusive o milho.

Entretanto, dentre todas as gramineas que os nossos selvicolas conheciam, nenhuma logrou obter a supremacia e a importancia, pelos seus dons preciosos e incontestaveis principios alimenticios, conforme já dissemos, do que o milho maduro. Alem do seu grande valor nutritivo, elles admiravam como feticistas, o porte elegante e magestoso da planta, por occasião da floração, com o seu bello pennacho cor de ouro, acenado pela direcção sussurante da brisa, a recordar a pluma altiva dos *caciques* ou dos *morubichabas*! Foi, justamente, para distinguil-a bem das outras gramineas, que os aymorés juntaram a expressão — «*CHABA*» (que significa a principal de todas ellas) ás raizes que, pela suppressão das ultimas lettras, lêem-se: *ca - pi - chaba* (Figura apócope).

Pormenorizando bem este assumpto tão interessante, não tinhamos outros intuitos senão em nos estribar na opinião de pessoas conceituadas e fidedignas, em contacto com as tribus, sobre factos que, propriamente, não conheciamos

e, ao mesmo tempo, evitar os inconvenientes que poderiam perturbar o estabelecimento da colonização estrangeira no valle do Pau-Gigante.

Ponderavamos que eram grandes as responsabilidades que pesavam sobre os nossos hom-bros, caso se desse o mallogro do nucleo. Os colonos precisavam de tranquillidade, evitando se os assaltos dos botucudos ás suas lavouras, para poderem prosperar nos seus lotes, recomen-dando-lhes não hostilisa-l os com morticinios.

Acertadas, felizmente, foram as providen-cias que adoptámos, pois, os colonos italianos e nacionaes, estabelecidos por nós, nunca foram atormentados, em suas lavouras, pelos botucudos. Plantavam sempre o milho, que reputavam, tam-bem, como o melhor e indispensavel alimento do homem e dos animaes domesticos.

Felizmente, esse nucleo a que nos referimos, fundado por nós, em 1888, é hoje o florescente *ACCIOLY DE VASCONCELLOS*, do Municipio de Pau-Gigante.

Diz Theodoro Sampaio no seu importante livro — *O TUPY NA GEOGRAPHIA NACIO-NAL* —, que a derrubada ou limpa para roça, denominava-se *CO* ou *COPICHABA*; e a roça no acto de queimar-se, *CO-Y-UKA*, de que se fez, por corruptela, *COIVARA*.

Podemos, entretanto, affirmar que trabalhá-mos como profissional, muitos annos, no interior do Estado, nas colonias e nas estradas de ferro, em contacto immediato com mestiços, descen-dentes da raça indiana e nunca ouvimos pronun-ciar nos sertões do Espirito Santo, o vocabulo *COPICHABA*. Talvez, noutro Estado, algum dialécto indigena o empregasse, na accepção de

derrubar matto. Affirmamos que entre nós, nos nossos sertões, esta expressão é desconhecida. Derrubar ou cortar matto chama-se *roçar*, quando se emprega a foice.

O vocabulo *COIVARA*, entretanto, passou para o portuguez e significa a queima do matto meúdo e dos pequenos galhos que ficaram juntos em montes, para serem queimados pela segunda vez, limpando-se bem o terreno para lavrar-se. Continúa o erudito Theodoro Sampaio, dizendo que «o verbo *COPIR*, — tratar da rôça —, se fez em São Paulo o verbo *CARPIR* com identica significação, bem assim *CARPIÇÃO* por *COPICHABA*». Não duvidamos que, em São Paulo, tenha esse emprego regional; mas, nas nossas populações ruraes, o vocabulo indigena *CAA' — PIIM*, matto-meúdo, formou no nosso idioma a palavra *CAPIM* e o verbo apropriado *CAPINAR*, isto é: tirar o matto pequeno (capim) com a enxada, para se plantar. Em summa, o valor semantico da palavra — *CAPICHABA* na poranduba espirito-santense, conforme demonstramos, é um vocabulo puramente nosso. E' a lavoura do milho, a principal graminea, em plena fructificação, originario do dialecto dos remanescentes das nossas tribus; longe, pois, qualquer interpretação ou investigação livresca, na formação das suas raizes.

E', tambem, sem nenhum interesse para nós, investigar quem primeiro se referiu aos *CAPICHABAS*. A tribu delles é anterior a todos esses historiographos e chronistas. E' o proprio chronista Siqueira e Sá quem diz que elles se aldearam com esse nome, desde a fundação da villa nova de Victoria.

Os chronistas Alberto Rubim, Braz Rubim, Gomes Netto, José Marcellino, Daemon, Cesar

Marques e tantos outros, antes ou depois destes, nada podiam informar sobre as raizes do nosso vocabulo tupyco.

Devemos observar tambem que nem sempre as inflexões se agrupam com a mesma significação que ellas têm separadamente, em cada palavra. Assim, por exemplo: Entre os botucudos GL... pelle e PO'... mão. Mas, se ligarmos essas duas palavras simples para formar uma só palavra composta, deviamos ter: gi-pó... pelle da mão — porém, a sua significação é muito differente. GIPO' significa VAGINA.

Vê se, pois, que tudo depende naturalmente da inflexão da voz dos aldeados. Com os vocabulos homonymos, percebe-se bem o valor dessa inflexão. Exemplifiquemos: AM... matta — e AN... falar.

Comtudo, os indios distinguem os seus sons perfeitamente e não ha equivocos. Não os confundem. Outro facto bastante interessante que se observa nas tribus, é a habitual corruptela das expressões: MORU, MORUM, BORUM MORUBI — indio. Juntando a expressão CHABA, temos MORUBICHABA, o chefe dos aldeados.

Já revelado o valor semantico do vocabulo tupyco CAPICHABA, nas varias manifestações de jubilo do indio, passemos, agora, a investigar, qual será a graphia que deva melhor prevalecer, entre nós, sob o ponto de vista da orthographia sonica, estabelecendo-se o fundamento de sua preferencia.

Deve-se escrever com — X — ou com — CH — a palavra CAPICHABA?...

Alguns chronistas escreviam, indifferentemente, com — X — ou com — CH; porém, se considerarmos que os notaveis jesuitas Anchieta, Nóbrega, Vieira, Montoya e outros, escreviam as

palavras tupycas, de accôrdo com a orthographia de suas linguas — latina, hespanhola e portugueza, é logico que sendo a lingua dos aborigenes, essencialmente sonica e onomatopaica, deve prevalecer na palavra CAPICHABA o grupo CH, que a começar pelo nosso primeiro litterato indigena, Anchieta, de origem hespanhola, tem no proprio nome a preferencia da graphia do referido digramma — CH — que elle estabelecera. Pronuncia-se ANXIETA e não ANKIETA porque — CH tem o som de X na pronuncia. O CH tem o som de K nas palavras de origem grega. Escreve-se:

Archimedes e se lê: — Arkimedes;

Anchises e se lê: — Ankises;

Architectura e se lê: — Arkitectura; etc.

Finalmente, Julio Ribeiro no seu livro — TRAÇOS GERAES DE LINGUISTICA —, esclarece tambem o que acabamos de exemplificar.

Assim, diz elle: «a modificação explosiva, guttural, sonora representada por K, tambem o pôde ser por C, CC, CQU, QU; a constricta, palatal, sibilante por CH, tambem o pôde ser por X, etc.»

Incontestavelmente, o digramma CH se pronuncia em alguns idiomas como se fosse — X —; porém, para o nosso caso, a graphia — CAPICHABA com CH, conforme já expuzemos, é etymologicamente certa. E', portanto errado, escrever CAPICHABA com X, como errado é pronunciar ANCHIETA de origem hespanhola, dando ao grupo CH o valor sonico de K, que só é permittido nos vocalulos de origem grega.

Conforme já ficou provado, o vocabulo CAPICHABA, tem o valor semantico de lavoura de milho em plena floração. Foi o plantio consecuo-

tivo do milho, pelos indios mansos, entre o fôrte São João e a ladeira Pernambuco na Villa Nova de Victoria, que appellidou esse bairro de CAPICHABA e, mais tarde, transmittido este nome aos proprios indigenas ali aldeados, cognominou a tribu dos «CAPICHABAS». Esse nome foi uma bandeira de combate, foi o orgulho dos nossos maiores. Foi do heroismo desta destemerosa gente da villa nova de Victoria, resistindo á tyrannia dos primeiros invasores da ilha e posteriormente amparada pelos missionarios, que se começaram a contar as glorias da nossa terra. Foi o marco inicial do nosso provincialismo, isto é, a manifestação do nosso regionalismo, o primeiro amor ao torrão natal.

Principiam os capichabas a defender a autonomia da capitania do Espirito Santo com accessos de ira. Elles, sempre destemidos, defendem, com denodo e valentia, a Villa de Victoria das invasões hollandezas e só a elles cabem a victoria. Já não era mais um restricto grupo de indios submissos. Eram os filhos dos proprios colonizadores nascidos em Victoria, que se alliam tambem a elles, para defenderem a autonomia de nossa terra. Capichabas já não eram somente os filhos mestiços dos caboclos aqui nascidos, eram tambem todos os filhos da Capitania, identificados na mesma communhão de interesses civicos, na defesa do patrimonio material e moral dos nossos antepassados. Era um congraçamento de idéas, de sentimentos e de actos de todos os seus habitantes, nos surtos esclarecidos de progresso da Capitania, que se fazia sentir em torno dos capichabas. Elles dominavam todos os negocios publicos, com altivez e abnegação. — Capichaba é uma expressão puramente regional. Nenhum escriptor poderá dizer

sobre ella, desde que é o proprio aborigene quem dá a sua significação, no momento de jubilo.

Dizia Siqueira e Sá em — MEMORIAS DE UM CAPICHABA — (manuscripto inedito): «orgulhava-se o espirito-santense em lhe chamar «CAPICHABA».

Dessa tempera de heróes promana o feitto moral de Domingos Martins e de seus irmãos, de Maria Ortiz e de tantos outros espirito-santenses, pioneiros das liberdades nacionaes que, tanto nós têm exaltado, nas letras e na bravura de suas convicções patrioticas.

Conta a historia da nossa terra que quando o governador Silva Pontes, em 1800, traçou, com o governador Lorena, os limites das capitancias E. Santo e Minas Geraes, lesando enormemente o nosso territorio, não respeitando a doação de Vasco Coutinho de 50 legúas de sertão a dentro, os capichabas promoveram uma grande reunião, aqui em Victoria, em desaggravo ao esbulho feito, dando a demarcação como suspeita por ter sido realizada por um extranho á capitania, o Snr. Silva Pontes.

Resultou disso uma explicação por parte do mesmo Governador, allegando que se tratava de attribuições, somente para o estabelecimento das barreiras sobre o fisco. Entretanto, nunca ninguém alludiu ainda a esse protesto, desentranhando o glorioso documento.

Comtudo, ciósos da autonomia e integridade territorial da Capitania, os capichabas dirigiram uma patriotica representação ao Reino, historiando os actos arbitrarios do Governador Pontes e pedindo justiça. Diz o nosso illustre conterraneo Dr. Mario Freire, que essa representação se encontra no Archivo Nacional, junto á carta re-

BRASILIENSIS, SEU BAHYENSIS

Beatificationis, & Canonizationis

VENERABILIS SERVI DEI

JOSEPHI DE ANCHIETA

Sacerdotis Professi Societatis JESU.

Feria Tertia 31. Julii 1736.

Coram Sanctissimo D. N. CLEMENTE PAPA XII. habita fuit Congregatio Generalis Sacrorum Rituum, cui interfuerunt sexdecim Epi, ac Rm̃i D. D. Cardinales. Decem Illm̃i, ac Rm̃i DD. Patriarchæ, Episcopi, & Prælati, & decem, & octo Consultores; & proposito per Epium, ac Rm̃um D. Cardinalem Imperiali Ponentem, seu Relatorem, dubioz *An constaret de Virtutibus, tùm Theologalibus, tùm Cardinalibus Ven. Servi Dei JOSEPHI DE ANCHIETA, in casu, & ad effectum, de quo agitur.* Omnes unanimi voto, & nemine discrepante, affirmativè responderunt; Sanctissimus verò, ut in re tanti momenti maturè procederetur, decrevit = *Dilata, & fiant preces* = quæ cum per integrum novendium præcedens festum S. Laurentii, cujus nomē Sanctissimus habebat antequam ad Summi Pontificatus apicem conscenderet; tàm a Sanctitate Sua, quàm à quamplurimis Religiosis, & Monialibus ejus jussu factæ fuissent, die decima Augusti publicari mandavit decretum tenoris sequentis:

DECRETUM

Coram Sanctissimo D. N. CLEMENTE PP. XII. die 31. Julii currentis anni 1736. habita fuit Congregatio Generalis Sacr. Rituum, in qua per Epium, D. Card. Imperiali Ponentem, seu Relatorem proposita fuit Causa Brasilensis, seu Bahyensis Beatificationis, & Canonizationis Ven. Servi Dei JOSEPHI DE ANCHIETA Sacerdotis Professi Societatis JESU. In ea verò, super Dubioz = *An constaret de Virtutibus, tùm Theologalibus, tùm Cardinalibus jussu Ven. Servi Dei, in casu, & ad effectum, de quo agitur* = Sanctitas Sua, auditis Votis DD. Consultorum, nec non Rm̃orum DD. Cardinalium: Resolutionem ea ipsa die de more differre censuit, ut nimirum, prius tùm suis, tùm aliorum precibus peculiarem à Patre luminum opem, & auxilium imploraret. Id autem cum jam peregerit, tandem infra scripta die, Divo Laurentio Sacra, accitis coram se R. P. Ludovico de Valentibus Fidei Promotore, & me infra scripto Secretario, super proposito Dubio publicari mandavit responsum affirmativum, videlicet = *Confessore de Virtutibus Venerabilis Servi Dei JOSEPHI DE ANCHIETA, tùm Theologalibus, scilicet, Fide, Spe, & Charitate, quàm Cardinalibus, Prudentia, Justitia, Fortitudine, & Temperantia, earumque respectu annexis in gradu heroico, in casu, & ad effectum, de quo agitur* = Et ita &c. die 10. Augusti 1736.

A. F. Cardinalis Zondadari Pro-Prefectus.

Loco ✠ Sigilli

Tb. Patriarcha Hierosolymitanus S.R.C. Secret.

gional de 11 de Junho de 1804. (Conseguimos obter a copia desse documento).—Vide Annexos).

E' claro que em se tratando do valor semantico da palavra *capichaba*, não podiamos deixar de citar as etapas gloriosas que conquistou este vocabulo, até se constituir um substantivo gentilico.

Diz o Prof. Elpidio Pimentel: — "O termo tupy, por facil metalepse, estendeu-se da cousa possuida ao possuidor, e, perdida a noção primitiva (terra lavrada ou lavrador) de sua etymologia, encorporou-se á classe dos substantivos brasileiros, sem o menor desdouro para nós, em que elle se applica".

Muitas foram as manifestações de cultura civica e de amor ao torrão natal, revelados pelos capichabas. Dentre ellas, convem mencionar o periodico politico—"O CAPICHABA", conforme diz o Prof. Heraclito Pereira, fundado em 1856 para combater pela eleição de um espirito-santense, patriota e illustrado, como deputado pela Capitania á camara temporaria".

Tivemos o "Theatro Capichaba", custeado por uma sociedade de victorienses, sob a direcção do operoso Capitão João Manoel de Siqueira e Sá. Por esse tempo o chronista, seu irmão, Manoel de Siqueira e Sá Junior, deputado á constituinte da Provincia e Presidente da Camara de Victoria, por occasião da Rebelião do Queimado, já devia ter escripto as — MEMORIAS DE UM CAPICHABA. Ambos eram filhos do capitão mór Manoel de Siqueira e Sá, homem de elevada reputação, e o ultimo titular du Monarchia portugueza, nesta ex-Capitania, fallecido em Victoria, approximadamente, em 1840.

Ao concluir essas linhas, devemos como um preito de justiça, não esquecer a collaboração e,

sobretudo, o acerto da graphia *CAPICHABA*, com que o nosso illustrado Prof. Elpidio Pimentel, se bateu sempre, conscientemente, sustentando o emprego do digramma - *CH* - em vez *X*. Proveitosa foi tambem a collaboração de Marcilio Lacerda, Mario Freire, José Candido, Heraclito Pereira e de outros conterraneos que se empenharam em pesquisar no emmanharado linguistico o valor do nosso vocabulo indigena. Fomos ás fontes seleccionadas, as que podiam falar com verdadeira consciencia sobre o assumpto. O chronista prudente fundamenta-se na autoridade de pessoas conceituadas e fidedignas, ou no que sabe por si proprio. Seguimos, pois, a regra estabelecida por Alexandre Herculano — *OPUSCULOS T III*—“Se o historiador referir cousas, não do seu tempo, mas succedidas muitissimo antes, dar-se-lhe-á credito, se individualizar os autores donde as tirou, sendo aliás daquelles que as podiam saber”.

Assim o fizemos.

DE QUINZENA EM QUINZENA

Desta feita quero carrear achegas para, ao menos, instigar, no espirito dos capazes, a vontade de elucidarem curioso e enredado problema de etymologia tupyca.

A lingua tupy que, durante o primeiro seculo, após o descobrimento do Brasil, de tão falada, recebeu o qualificativo de geral, hoje tem escassos cultores e anda, desfigurada e corrupta, em quatro ou cinco porandubas regionaes.

Os catechistas ignacianos, tangidos pelo alã de dar o maior número possível de christãos á sua Ordem, não encontravam embaraços em aprender o idioma dos aborigenes, e pena é que até os mais insignes sabedores, como Anchieta, Figueira e Montoya, se limitassem somente a fixal-o, multiplicando e entretecendo incoherencias, em moldes artificiaes, guiados pelo ouvido.

Mais tarde, eruditos da estatura de Spix, de Martius, de Baptista Caetano, de Couto de Magalhães, de Sympson e, modernamente, Capistrano de Abreu, Theodoro Sampaio e Adaucto Fernandes têm insistido, ilhados na estreiteza do pedagogismo, que ainda não se illuminou aos clarões reveladores da philologia de Diez, Bopp e Meyer-Lübke, no estudo da linguagem brasilica, o *nheẽgati* «suave, facil, delicado e elegante» de Sympson. Mas não pelo processo comparativo das raizes tupycas ás de outras linguas aryanas e semiticas — chave infallivel, sem nenhuma duvida, do tentador problema

ethnographico, que busca, empenhadamente, ha annos, a origem da raça americana.

Na fauna, na flora, na topographia e na onomastica brasileira contam-se por milhares os vocabulos indigenas, onomatopaicos e expressivos, que são elemento vital do grande lexico brasileiro e cujas significações estonteam e confundem os etymologos, equilibrados em hypotheses e artificios habeis.

E a balburdia, nesse assumpto, vae a tal ponto que tapuytingas môres, como o historiographo Mario da Veiga Cabral, na sua *Historia do Brasil*, enumerando termos indigenas, põe nesse rol o vocabulo *cóvos*, de origem reconhecidamente latina!!

Não serei, pois, o primeiro a me aventurar, norteado por supposições, na pesquisa do valor semantico da palavra indiana — *capichaba*.

Primeiramente, contra o voto vencido do velho Rubim, do tupynólogo Capistrano de Abreu, do philologo Candido de Figueiredo e do desembargador Affonso Claudio, entendo que a melhor graphia é *capichaba*, com o digramma CH e não com X, em accordo com os preceitos dos três maiores mestres em questões concernentes ao *abanheenga*: o padre Montoya, Baptista Caetano e Theodoro Sampaio.

As heresias de Candido de Figueiredo, mestre dos maiores e mais dadivosos em vernaculidade, na opulenta seara dos americanismos, são numerosas e, de momento, me occorre o vocabulo *bichano*, que nos veio do tupy — *pixana* (gato) — para o qual o notavel dictionarista engendrou uma etymologia a seu gosto, commoda, mas falsa!

Si os detensores da graphia *CAPIXABA* se apegam ao bordão de ter sido o tupy

uma lingua exclusivamente sonica, teremos que reformar grande quantia de palavras indias, as quaes, desde os tempos de Nobrega até nossos dias, se têm escripto em harmonia com as leis das linguas latina, espanhola e portuguesa — seu velho e triplice padrão orthographico.

Fiquemos, pois, com a graphia *CAPICHABA*, que ficamos em esplendida companhia.

Depois que esse vocabulo, alargando seu valor semantico, a exemplo dos brasileirismos *potiguara*, *guasca* e outros, passou a ser synonymo de espirito-santense — natural do Estado do Espírito Santo — tem havido muitos curiosos da sua legitima significação no idioma vernaculo.

Conheço as origens, que lhe deram os meus illustrados amigos, desembargador Affonso Claudio, José Candido de Vascõncellos e dr. Antonio Francisco de Athayde. A do primeiro é um hybridismo desnecessario; a do segundo, uma pillheria engenhosa; e a do terceiro um capricho etymologico insustentavel.

No meu entender, que, aliás, carece de competencia, o tupysmo *CAPICHABA* significa por extensão, na lingua portuguesa -- *LAVRADOR*, *AGRICULTOR*.

Suas raizes etymologicas são estas: *caa* (matto), *pi* (pelle), *cha* (eu) e *hab* (torcer) ou, mais fóra do rigor lexiogenico: *arianco a pelle do matto, limpo o terreno, capino*.

O sitio, portanto, onde se levantaram as primeiras lavouras de milho e feijão na ilha da Villa Nova, pouco depois da Victoria—actual metropole deste Estado--limpo pelos colonos e bugres mansos, sob as vistas vigilantes dos jesuitas, era chamado, no idioma dos selvicolas, *capichaba*, nome que permaneceu com esse lugar, onde ás primitivas seáras succederam casebres de palha,

os quaes, vencendo o rigor dos annos e reformando-se, são hoje edificios modernos e grandiosos, que aformoseam uma das partes mais importantes da Victoria dos nossos dias.

O termo tupy, por facil metalepse, estendeu-se da cousa possuida ao possuidor, e, perdida a noção primitiva (*terra lavrada ou lavrador*) de sua etymologia, encorporou-se á classe dos substantivos gentilicos brasileiros, sem o menor desdouro para nós, em quem elle se applica.

Não pude verificar si, antes do capitão mór Alberto Rubim, em 1817, na sua *Memoria Estatistica da Provincia do Espirito Santo*, algum outro chronista dos feitos espirito-santenses, fez uso da palavra *Capichaba*, referindo-se á parte oriental da Villa de Victoria.

Tambem são me sobrou tempo para pesquisar quem, e em que época, primeiramente, empregou aquelle nosso vocabulario com referencia a pessoa nascida na Capitania, Provincia ou Estado do Espirito Santo.

O dr. Mario Aristides Freire e o professor Heraclito Pereira—dois pacientes e abalisados esgravatadores das nossas curiosidades historicas—bem podiam completar e valorizar estas notas ligeiras, desfazendo a incerteza dos dois periodos anteriores e tambem discorrendo, si lhes aпроver acêrca da algaravia raucisona dos aymorés botucudos, de quem herdâmos com assentimento dos tupyniquins e goytacazes, o gentilismo CAPICHABA.

Não lhes peço nenhum impossivel: *Maquitê paraná lu inhâna? Tumasâna quitê.*

Victoria, 12-9-926.

Elpidio Pimentel

A CAPICHABA E OS CAPICHABAS

Não nos sobra tempo agora, infelizmente, para corresponder ao appello da «VIDA CAPICHABA», procurando pesquisar qualquer subsidio novo á discussão aberta em torno da origem da expressão — CAPICHABA.

«Não pude verificar (escreveu o douto professor Elpidio Pimentel e fazemos aqui identica declaração) si, autes do capitão-mór Alberto Rubim, em 1817, na sua *Memoria Estatistica da Provincia do Espirito Santo*, algum outro chronista dos feitos espirito-santenses, fez uso da palavra *Capichaba*, referindo-se á parte oriental da Villa de Victoria».

Nessa memoria, descrevendo o que era a villa em 1816, informou o referido governador: «tem 3 Fontes de excellentes Agoas, a da CAPIXABA (sic) e a da Lapa, nas extremidades da Villa, e a Fonte Grande quasi no centro.» (*Publicações do Archivo Nacional*, vol. XIV, pag. 104.)

A' vista do que ahi está reproduzido, poder-se-ia perguntar se não teria sido a fonte da Capixaba a origem do nome, estendido, pouco a pouco, ao bairro. Justificaria ainda semelhante pergunta o facto de Cezar Marques, no artigo FONTES, em seu conhecido Dicionário, depois de citar a Fonte Grande, ter affirmado: «existe tambem o chafariz DO capichaba».

Isso, porém, deve ser um erro dessa publicação, muito criticada por numerosas incorrecções.

Daemon, á pag. 155 de seu curioso trabalho sobre a historia da antiga Provincia, referindo-se a uma chacara, com capella, que houve primitivamente em terrenos da rua Christovão Colombo, accrescentou a esse nome, entre parentheses, a palavra Capichaba. No exemplar que possuímos, ha uma nota, á margem escripta, a tinta por Francisco de Barcellos Freire, alludindo tambem á antiga chacara da *Capichaba* (com x), nota sacrificada pela encadernação posterior do volume.

Dahi, talvez, a razão por que Jayme Séguier, no «Diccionario Pratico», consignou: *Capichaba* s. m. (bras.) — Pequeno estabelecimento agrícola».

No livro intitulado «O tupi na Geographia Nacional», Theodoro Sampaio, citando os rudimentares trabalhos agricolas entre as tribus tupis, asseverou: A derrubada ou limpa, para roça, denominava-se *cô* ou *côpichaba*: e a roça, no acto de queimar-se, *cô-y-uara*, de que se fez, por corruptela, *coivara*. (pag. 145).

Em seguida, commentou: «Muitos desses vocabulos ou outros delles derivados passaram para o portuguez falado no Brasil». E continuou, á pag. 146: «Do verpo *côpir*, tratar da roça ou limpal-a, se fez em S. Paulo o verbo *carpir*, com identico significado, e assim tambem *carpição* por *copichaba*»,

A applicação do mesmo vocabulo, para designar os espirito-santenses, data, talvez, da época agitada, que precedeu immediatamente á Independencia Nacional: deve ser contemporanea dos *corcundas*, nome pelo qual eram designados, na velha Capitania, os realistas, os partidarios do absolutismo e amigos do senhor D. João VI, ao tempo do governador Botelho de Vascon

cellos, Esse governador, por exemplo, era ante-constitucional ou *corcunda*, como demonstrámos na «Vida Capichaba», de 25 de Dezembro de 1925; essa circumstancia, salientada em um pasquim daquella época, deixou de ser accentuada por Braz Rubim, quando reproduziu o seguinte, divulgado contra aquelle governador:

«se nesta vires trinta do corrente,
morres, *corcunda*, infallivelmente.»

Assim entendido, o pasquim é muito mais violento do que o julgavam Braz Rubim e, depois, Cezar Marques, que tambem achou interessante reproduzil-o, sem o gripho elucidativo.

Se estivessemos escrevendo em um orgão politico, poderíamos fazer, a esta altura, uma longa digressão, para mostrar como eram altivos e apaixonadamente bairristas e patriotas os *capichabas*, que conheceram Domingos Martins, e não trepidaram em representar contra o esbulho feito, em 1800, pelo governador Silva Pontes. A «Vida Capichaba» devia promover a cópia dessa representação, que se encontra, no Archivo Nacional, junta á Carta Regia de 11 de junho de 1804.

Certo é que, depois daquella época, a expressão se generalizou em relação aos naturaes da Victoria, uso que a imprensa veio posteriormente favorecer.

Em um numero do «Correio da Victoria, de 1851, appareceu um Epaminondas, reclamando melhoramentos na Cidade, «apoiado na maioria de bons *capixabas*». (com x). Alludindo, em seguida, á necessidade de modernas *calçadas*, era de opinião que o calçamento deveria principiar «pela principal rua, que é a da Praia, seguindo-se até o *largo da Capixaba*» (sic).

Em 1856, começou a circular um periodico politico «O Capichaba», que o digno Professor Heraclito Pereira referiu, ha pouco tempo, ter surgido «para combater pela eleição de um espirito-santense patriota e illustrado, como deputado pela provincia á Camara temporaria».

Desapparecido «O Capichaba», surgiu, em 1861, a «União Capichaba», citada por Daemon, que escreveu este titulo com x.

A' pag. 134 do *Ensaio sobre a Historia e a Estatistica da Provincia*, publicada em 1858, José Marcellino affirmou: «existe na capital um theatrinho particular, levantado a expensas de uma sociedade, reunida sob influencia do *capixaba* João Manoel de Siqueira Sá». Na pagina seguinte explicou que escrevia, tendo em seu poder as «*Memorias de um Capixaba*», manuscripto, certamente, inedito.

Em 1863, no órgão também politico, «O Monarchista», além de publicações firmadas com pseudonymo «O Capichaba», lemos um annuncio da S. D. P. União Capichaba.

Gomes Neto lamentou, depois, á pag. 171 do livro *As maravilhas da Penha*: «até certo tempo ninguem cuidou em colligir e offerecer ao publico as flôres da imaginação dos *poetas* CAPIXABAS, (*sic*) como outr'ora appellidavam a si proprios os naturaes da provincia».

A erudita explicação da origem desse termo, que Elpidio Pimentel acaba de dar, mostrando que deve significar — «arranco a pelle do matto», leva-nos a julgar-a verdadeira. Acreditamos mesmo que alguma bruxa teria conseguido fazer que a *pelle* arrancada de nossa terra, diluida na agua da fonte tradicional, viesse depois, por longos se-

culos, infiltrando-se na alma dos capixabas, que a sorveram, para lhes dar, a todos, esse apêgo desmedido á terra, cuja lembrança tanto nos punge, em sincera saudade, principalmente a nós, que, sem podermos concorrer para o seu engrandecimento, longe della vivemos e labutamos...

Si assim foi, chegamos a suppôr (perdêe-nos o nosso bonissimo amigo) o José Candido, insaciavel, deve ter sorvido a agua da Capixaba... aos barris, de modo a viver, como vive, em constante encantamento por nossa terra, que os homens fazem crêr muito pouco generosa, para não acolher, em seu seio, o mais fertil, o mais curioso, o mais apreciado de seus actuaes chro-nistas...

Rio — 4 - X - 1926.

Mario A. Freire

REPRESENTAÇÃO DOS CAPICHABAS AO PRÍNCIPE
REGENTE DE PORTUGAL, EM 1804,—SOBRE
A MÁ ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNADOR —
ANTONIO PIRES DA SILVA PONTES.

«*Cartas regias — Provisões, Alvarás e Avisos*»
Vol. 46 — Pgs. 179/180 — 1803/1804
(ARCHIVO NACIONAL)

COPIA

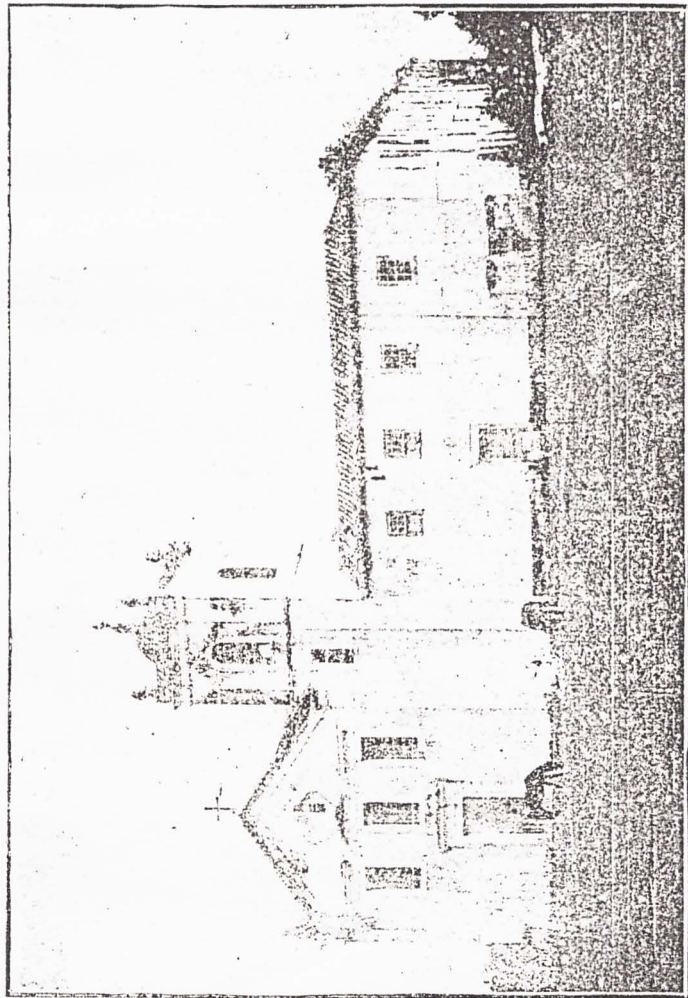
“Dom João por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves e d'aquem e d'além Mar em Africa de Guiné, etc., etc. Faço saber a Vós Vice Rey e Capitão General de Mar e Terra do Estado Brasil “que sendo vista no Concelho Ultramarino a representação dos Membros da Capitania do Espirito Santo, d'aqual se vos remette copia assignada pelo Secretario do mesmo Concelho e o que tambem respondeo o Dezembargador Procurador de Minha Real Fazenda, Sou servido Ordenarvos informeis com o vosso parecer sobre os factos comprehendidos na dita representação não obstante a illegitimidade do Procurador que a assignou. O Principe Nosso Senhor o Mandou pelos Ministros abaixo assignados do seu Concelho e do Ultramar. José Maria Salema Garção o fes em Lisbôa a onze de Junho de mil oito centos e quatro. O Secretario Francisco de Borja Garção Stockler me fes escrever (A) *Ayres Pinto de Souza*.—(A) *Francisco Alz. da Silva*” Vê-se a nota: “Reg. da N° 73”. E mais “Por Desp’ do Conc° Ultr° de 20 de Março de 1804”. E segue-se o documento:

“*COPIA*—Senhor, Os moradores da Capitania do Espirito Santo debaixo do seu profundo respeito chegam a Real Presença de Vossa Alteza apedirem justiça providenciando um Governador que seja Catholico, etenha religião e saiba fazer orientar as Reaes e Pias pertençoens que geralmente V. A. Quer sejam conservadas aos seus fieis Vassallos, livrando-os assim de obstaculos, violencias e teranias do Actual Governador Antonio Pires da Silva Pontes, homem sem Lei, nem Religião, que pelloos Seus Dispotismos tem feito dezerter daquella Capitania mais dos moradores fugindo ás injurias com que os Ultraja, administrando-lhes Castigos a seu Arbitrio por culpas formadas da Sua pessima intenção, não só mandando assoutar Homens Libertos na peça como tirando Postos ainda confirmados pello Real Bando, para o que não tem authoridade, vendendo a dez atrezentos mil reis, e ainda por maiores preços e a sua Vontade, embolçando-se destes dinheiros com o falso pretexto de ser applicado para as Obras da Real Fazenda, quando tudo se prova pelo Contrario que a sua intenção he tão somente de falsear a Real Fazenda. He tanto soberano Senhor que o desfalca, que athé mandou por hum seu Criado lançar publicamente nos Contractos da Fazenda Real, e rematadas, sem que para isso houvesse quem o afrontasse, porque o mesmo Criado logo assim o declarou, e que assim o fizera por Ordem do Seu Amo o Sobredito Governador, passando depois a vexar aos Povos, que alguns negarão vender os seus alambiques, e athé demais os Obrigava apagar com Portaria do dito Governador. Fês a hum seu famulo Mestre do Trem e Sargento dos Pedest.es, e outros Cargos, recebendo grandes porçoens de dinheiros da Real Fazenda e tudo a titulo de Soldo, consentindo

outrosim que estes fação furtos nas ferias dos officiaes, que são indigentes, e se vem obrigados a trabalharem pro denominado. Porcenal, e quando algum se queixa, he castigado aspera e severamente, dando por este motivo aquelles que são Libertos afugirem para outras terras. Os dinheiros dos Reaes Cofres, e ainda dos particulares he todo tirado por elle absoluto Governador com os seus ao pretexto de que he preciso para as Obras da Real Fazenda, quando athé o presente nenhum tem feito, e em alguma que temerariamente tem intentado e em principio algum, he a custa dos miseraveis Povos, que trabalham sem perceberem pagamento, e o mesmo acontece com as madeiras e pedras que manda tirar das obras dos particulares e todos se acomodão por ser proferido em nome V. A. R. Obrigando-se igualmente agrandes plantaçoens e os seus productos os mete em Sy e mais os Seus Aggregados. Chegando aquelle Porto o grande Trem de Guerra e fardamento mandado por S. A. R. a tempo que nella Governava felismente o Sargento Mór Manoel Fernandes da Silveira, tempo em que ali Reinava a Páz, feliz Governo, e Zelo da arrecadação de tudo quanto era da Real Fazenda, mandou aquelle Sargento Mór então Governador da Sobredita Capitania por tudo na precisa Arrecadação, constando-lhe porem que o Capitam de Artilharia Feliciano Henrique Franco, Conductor, e Commandante do dito Trem e fardamento, tinha arribado a Villa de Guaraparim, quando sahio do Rio de Janeiro, e nelle tinha vendido muitas couzas que pertencião a Real Fazenda, por cujo motivo mandou o Doutor Ouvidor a que se procedesse Devaçaõ contra o Dito Capitam Reo daquelles furtos, e ficando culpado, chegou a esse tempo o tirano Governador Pontes, e logo promp-

tamente mandou a vocar esta Devaça a Secretaria do Seu Governo, deixando ao Reo absoluto, e constante descaramento que continuou a Vender publicamente o que quer, e dos Seus productos, Vestia e Ornava as concubinas com quem tratava, e dos prés dos forros das fardas dos Soldados, fazia Lençoes, e toalhas, ficando estes impossibilitados, e nós, de sorte que para formarem as fardas tomarão panos de algodão, graça da terra, que ainda se estão devendo. Não só são estas as Virtudes do Sobredito Governador que alem de Seutilizar destes indignos meios e Lezar da Real Fazenda, tambem de mais amais para aSer Homem falto de Religião, e tanto que com dispotico poder mandou hum Destacamento para o Matto, nomeando hum Commandante do seu partido, com iguaes intençoens dando-lhe absoluta Ordem que cada hum dos Soldados que quizesse levar a sua lavandeira, ou concubina, poderia levar, e logo em virtude desta extranha Ordem passa aquelle Commandante a Cadea atirar huma praça que a li se achava, violentando ao Carcereiro com amiaças, e passarão a Consternar ao Povo fazendo as violencias que daqui se pode imaginar, que a não ser Sagrado o Nome de V. A. R. que para tudo anda primeiro, e seria occasião dos Supplicantes se arruinarem de todo. Passa a Sua má Vontade a excesso tal que por desprezo da Religião, mandou comtodo o dispotismo prender o Vigario Collado Ignacio Joaquim da Natividade e Almeida, mandando-lhe fazer os mais execrandos ultrajes, nunca vistos, como o mesmo Vigario já poz na Real Presença de V. A. Nos dias dos felices annos de V. A. R. em que tudo he, hé para os cupptes. o seu martirio, por que odito Governador obriga atodos os Povos em Geral hirem para a Sua terra a Traba-

lharem com exercicio, sem excepção de pessoa, onde os tem por tres dias gastando, e consumindo infinitas aroubas de polvoras, de que tem resultado virem muitos com braços e pernas quebradas, alem de outras mais desgraças. A Capitania se acha dezerta, e certamente já detodo estaria se não fossem as esperanças que lhes restão, e Confião da precioza Providencia, e por Senão fazerem fastidiosos na Real Prezença de V.A. calão por modestia, o muito mais que tenham que expor, porem supplicão, Recorrem, e P. a V. A.R. como tão benigno Pay de Seos fieis Vassallos, haja de os livrar do ultimo termo de Sua Ruina, dando-lhes prompta providencia de hum novo Governador, compias e Sabias intençoens, e que lhes administre justiça, livrando-os da triste Cítuação, e precipio em que se achão. E Receberá Merce-Procurador Antonio Pinheiro Leite — (A) *Franco de Borja Garção Stockler*".



Igreja da Villa de Nova Almeida que, no primeiro seculo de colonisação do
Espírito Santo, foi sede do Convento e Collegio dos Jesuitas.

A Independencia Nacional na Capitania do Espirito Santo

MARIO A. FREIRE

No «Archivo do Districto Federal ha alguns documentos, enviados do Espirito Santo, sobre a Independencia Nacional e os successos daquelle época.

O primeiro é um officio da Camara de Victoria, de 21 de Junho de 1822, em resposta á communicação de que o Senado da Camara, no dia 13 de Maio, anniversario de D. João VI, resolveu offerer ao Principe D. Pedro o titulo de «Protector e Defensor Perpetuo do Brasil». O Principe não acceitou a denominação de *Protector*, porque, segundo registra a acta — «o Brasil se protegia a si mesmo».

A citada resposta começa declarando o seguinte: — nós já nos apressavamos a render a v. v. s. s. as devidas congratulações, quando v. v. s. s. nos antecipão».

A noticia, como se vê, chegara ao Espirito Santo antes da communicação official da solemni-
dade, o que o Senado do Rio resolveu fazer no dia 26.

Allude á felicidade de possuir, no seio do paiz, um Throno Braganção (*sic*) e á gloria — «de viverem, para sempre, á sombra da pro-

tecção de S. A. Real, livres dos horrores da anarquia, e de desunião com Portugal». Refere-se ao acto da aclamação de S. A. como «Protector» e Defensor Perpetuo do Reino do Brasil»; e affirma que se lhe enviou o Termo da vereança, feito para registrar esse acontecimento.

O officio está assignado por Luiz da Fraga Loureiro, Manoel de Moraes Coutinho, João Ribeiro das Chagas, João Pedro da Fonseca Portugal e Francisco Caetano Simoens.

Com a data de 25 de Maio, o Senado da Camara do Rio communicava a mesma resolução a outras Camaras do Espirito Santo. A da villa do Itapemirim respondeu no dia 23 de Junho; a de Benevente em 29, tambem de Junho; e a da villa do Espirito Santo, em 2 de Julho.

O officio do Itapemirim destaca-se pelas expressões, cheias de enthusiasmo.

Maior interesse, porém, desperta um officio da Camara de Victoria, datado de 1 de Outubro de 1922, em resposta a uma carta de 7 do *corrente*. Essa carta devia ter sido do dia 7 de *Setembro*, isto é, do mesmo dia em que S. Paulo ouvia o «brado retumbante»...

A Camara de Victoria repete os protestos de amor á Casa de Bragança, partidos de subditos — «sempre attentos e respeitosos á Sagrada Pessoa de nosso Bom Rey o Senhor D. João Sexto». Mas lamenta depois: «não podemos deixar de sentir intimamente, no fundo dos nossos corações, que nosso Augusto Monarcha esteja contrafeito a emprestar o seu sagrado nome em nosso desfavor». E justificava o desgosto geral pelo acintoso esquecimento da proclamada Constituição: — «convencidos estamos, e desenganchados de que pedir e propor he perder tempo com Portugal. Portugal (quem o diria!) que até viola

aquillo mesmo que proclamou e estabeleceu á face do Mundo e dos Altares. Convencidos estamos de que Portugal já não quer a razão, só quer a espada; que apenas, com meigas caricias, conseguiu que o Brasil lhe confiasse a Joia Nacional, deu-lhe logo de rosto» etc.

Essa *Joia Nacional* deve ser D. João VI, porque o Principe passa logo a ser um «Digno Pendão d'Essa Joia». O mesmo officio classifica a cidade do Rio de Janeiro — «o Telegrapho da honra e do Patriotismo, que Sam Paulo e todas as mais tem desempenhado».

Esclarecendo, afinal, os intuitos da communição, o officio declára o seguinte: «nessas circumstancias, a suprema lei da necessidade nos obriga a termos um Rey, que nos defenda; o senhor D. João VI está sem acção e contrariando aos sentimentos de Seu Coração a nosso favor; e se Portugal se aproveita dessa vantagem para nos subjugar, lancemos todos mão da fortuna, que temos de possuir a Adorada Pessoa do Senhor Dom Pedro, Digno Pendão d'Essa Joia, que o Ceo tem destinado para ornar o seio do Brazil. Acclamemos, senhores, suba quanto antes ao Throno do Brazil, hum Principe que se regosija do Nome de Brasileiro. Reine com Elle a Constituição neste vasto continente. No Filho amamos e rendamos todo o respeito e homenagem, que devemos ao Pay».

O officio revella ainda a preocupação de salvar a Patria, e conclue com a seguinte affirmativa: — «Este é o nosso voto; estae certos que o saberemos sustentar e he igualmente o voto de todo o Povo desta Villa, como consta da copia junta». Esse documento está assignado pelo Ouvidor interino José Libanio de Souza e os mesmos vereadores que haviam assignado o an-

Thesoureiro Geral da Junta; José da Silva Vieira Rios, contador da Junta da Fazenda Publica; Joaquim de Oliveira Mascarenhas, Almojarife dos Armazens Nacionaes; José Soares de Brito Pinto Mello, official da Fazenda; Joam Pinto Ribeiro da Seixas, capitam, Manoel Ferreira de Paiva, alferes de Linha; Miguel Rodrigues Ferreira. Ajudante da Fortaleza da Barra, etc.

Ha cêrca de setenta assignaturas.

As seguintes Camaras responderam em Outubro a um officio identico, enviado do Rio, igualmente no dia 7 de Setembro: A da villa do Espirito Santo e Benevente, a 2; de Nova Almeida, a 5; de Guaraparim, a 8; e do Itapemirim a 14.

A resposta de Nova Almeida foi logo acompanhada de um «Autto d'Independencia». A de Itapemirim descreve tambem as solemnidades da Acclamação, effectuadas no dia 12 de Outubro, como a Camara do Rio havia suggerido em um novo officio-circular. expedido com a data de 17 de Setembro.

O Grande Oriente, reunido no Rio, a 12 de Setembro, havia deliberado acclamar D. Pedro rei constitucional do Brasil, segundo refere Rocha Pombo, á pag. 759 do volume VII da «Historia do Brasil».

As Camaras de Guaraparim e Benevente descreveram as solemnidades que realizaram, commemorando a acclamação, em officios, respectivamente, de 16 e 26 de Outubro. A de Nova Almeida mandou um novo «Autto de acclamação e Levantamento» datado do dia 12. Ha um officio de 16 de Novembro, no qual essa Camara responde ao que lhe fôra enviado, do Rio, com o Acto da Acclamação e a Falla que José Clemente Pereira, Presidente da Camara, dirigira ao Imperador, naquella cerimonia.

No anno seguinte, depois de ter dissolvido a Constituinte, o Governo promoveu, por intermedio do Senado da Camara do Rio, a approvação, pelas Municipalidades, do projecto de Constituição que o Conselho do Estado concluiu a 11 de Dezembro de 1823. A cidade de Victoria approvou-o, segundo consta do officio de 23 de Janeiro de 1824, assignado pelo Presidente da Camara—João Antonio de Moraes, pelo Procurador—Domingos Roiz Souto e pelos seguintes Vereadores:—Francisco Muniz de Castro; Francisco de Paula Rodrigues Baltha e Manoel José de Azevedo Cunha. Responderam depois as seguintes Camaras: de Guarapirim, a 24 ainda de Janeiro; de Benevente, Espirito Santo e Nova Almeida, respectivamente, a 4, 5 e 7 de Fevereiro.

Reunidas as respostas das varias Municipalidades, ponde o Imperador, tendo em consideração os louvores que fizeram ao projecto do Conselho do Estado, transformal-o na Constituição de 25 de Março de 1824.

De S. Matheus ha um officio datado de 6 de Março, pelo qual se vê que não havia chegado lá o projecto da Constituição; a Camara, por esse officio, respondeu ao Senado da Camara do Rio, que, em 9 de Janeiro, officiara sobre uma representação feita ao Imperador, pelo respectivo Presidente. A resposta de S. Matheus foi assignada pelo Juiz Balthazar de Araujo Silva, José Antonio de Farias, João Manoel Montenegro, Manoel José Esteves e João Manoel Vieira.

Ha tambem uma procuração, firmada na Fazenda de S. Matheus, em 27 de Setembro de 1825, pela qual o Coronel de Milicia José Ignacio Nogueira da Gama autorizava José Joaquim de Almeida Regadas a prestar por elle, na Côrte, o juramento á Constituição.

Importante documento historico

Termo de posse e affirmação do primeiro governador constitucional do Estado», prestado ao Congresso Constituinte de 1891.

O Congresso Constituinte do Estado, em sua sessão de 2 do corrente, recordando essa memoravel data da nossa historia politica, presta homenagem merecida aos constituintes de 1891 e 1892 na pessoa respeitavel do illustre sr. Desembargador Christiano Vieira de Andrade, deputado ao actual Congresso Constituinte que foi tambem um dos destacados membros da Constituinte de 1891.

Nesse tempo, o dr. Christiano de Andrade já era conhecido e conceituado advogado no Sul do Estado, politico influente e militante na «União Republicana Espirito Santense», chefiada pelo Barão de Monjardim, que sempre teve grande estima e predilecção especial pelo jovem constituinte de então, pela sua dedicação á causa publica no desempenho do seu mandato, pela sua intelligencia e capacidade de trabalho, pela rigidez do seu character integro e pela sua lealdade inquebrantavel, titulos dignificantes, que ainda têm o mesmo brilho que o tempo não marcou, e que

honram os cabellos brancos do venerando constituinte de hoje.

O Congresso de 1891 foi o primeiro Congresso do Estado, depois da proclamação da Republica. Reuniu-se nesta capital na sala das sessões do Paço da Intendencia Municipal, e era constituído por 30 deputados, sob a presidencia do dr. José Feliciano Horta de Araujo.

Foi esse Congresso que, em sua sessão de 6 de junho de 1891 elegeu, por unanimidade de votos, primeiro Governador Constitucional do Estado, o sr. Alpheu Adolpho Monjardim de Andrade e Almeida (Barão de Monjardim), que tomou posse do cargo no dia seguinte do mesmo mez, á 1 hora da tarde.

O termo de posse e affirmação do Governador eleito é um documento historico existente no archivo do Barão de Monjardim, e, publicandolo, por copia que se segue, prestamos modesta contribuição ás commemorações civicas do Estado á memoravel data proxima de 23 de Maio.

«Aos sete dias do mez de junho de mil oitocentos e noventa e um, terceiro da Republica, reunido o Congresso Constituinte deste Estado, em numero de vinte e nove representantes, na sala de suas sessões, no Paço da Intendencia Municipal da capital do Estado, sob a presidencia do cidadão José Feliciano Horta de Araujo, á uma hora da tarde, perante o mesmo Congresso compareceu o cidadão Alpheu Adolpho Monjardim de Andrade e Almeida (Barão de Monjardim), eleito unanimemente, na sessão realizada a 6 do corrente mez e anno, Governador do Estado, e foi pelo referido cidadão proferida a seguinte affirmação:

«Prometto guardar e cumprir com perfeita lealdade a Constituição que for decretada pelo Congresso Constituinte, as leis da União e deste Estado, e quanto em mim couber promover e sustentar o bem publico».

E, para constar a todo a tempo lavrou-se este termo, que vae assignado pelo cidadão Governador eleito, ex-Governador provisorio e pelos membros do Congresso.

Barão de Monjardim, dr. Antonio Aguirre, José Feliciano Horta de Araujo, presidente, dr. Florencio Francisco Gonçalves, primeiro secretario, Francisco José Gomes, Francisco Alves Rabello Junior, Gabriel Rodrigues Pereira, Manoel Joaquim F. de Azevedo, Bernardo Horta de Araujo, Christiano Vieira de Andrade, Eduardo Gabrielli Junior, dr. Raulino Francisco de Oliveira, Augusto Manoel de Aguiar, Manoel Gomes da Fonseca, Candido Borges da Fonseca, João Pinto Machado, Gregorio Magno Borges da Fonseca, José de Almeida Fundão, Frontino Francisco Rocha Tavares, José Pinto Guimarães, Francisco José da Costa Junior, Joaquim F. de Andrade Silva, Francisco Godofredo Augusto Jongnell, Antonio José de Araujo Silva, Joaquim Corrêa de Lyrio, Henrique Gonçalves Laranja, José Camillo Ferreira Rabello, Lydio Mariano de Albuquerque, Aristides Brasiliano de Barcellos Freire, Benigno Soares Leite Vidigal, Francisco Fernandes Coelho Peixoto.»

Igrejas antigas do Brasil

MARIO MELLO

A proposito do artigo intitulado «Igrejas antigas da America do Sul», que aqui publiquei, recebi uma carta com as iniciaes H. J. C., acompanhada de uma pagina da «Noite Illustrada (16-5-1934), na qual sob a photogravura dum mosteiro, há os dizeres» — A igreja do Convento dos Reis Magos, em Nova Almeida (Victoria) considerado o mais antigo do Brasil».

O missivista pede que lhe dê explicações, pois, isto contraria o que tenho escripto quanto á prioridade da velha matriz de Iguarassú.

Na pagina remettida ha um artigo não assignado do qual destaco o seguinte periodo, assignalado a tinta pelo missivista:

«Segundo affirmam conhecedores de Historia, aquelle convento (dos Reis Magos, em Nova Almeida) foi fundado pelo padre Gouveia, em 1534».

Isto poderia impressionar aos alheios a estudos de Historia, não aos que a ella se dedicam.

I — O artigo de «A Noite Illustrada» não traz assignatura. Bastaria isto, para não ser tomado em consideração. Allegar-se-ia, porém, que

temo levantar a luva. Por isso, para argumentar, faço de conta que é de autor idoneo.

II — O articulista confunde convento com mosteiro.

III — Não ha, no artigo, uma unica referencia ao padre Gouveia. Não se lhe dá o nome por extenso, si era secular ou regular, em que anno e como chegára ao Brasil.

IV — Nenhum apontamento sobre a fundação dessa igreja de Nova Almeida.

Assim, o artigo da «A Noite Illustrada» não pode pesar no confronto com estudos historicos.

A Capitania do Espirito Santo foi doada a Vasco Fernandes Coutinho, que desembarcou com alguns degredados, a 23 de Maio de 1535, dia do Espirito Santo e fundou a villa deste nome, hoje já conhecida por Villa Velha, defronte da actual cidade da Victoria. Vasco foi infelicissimo e morreu na miseria, não prosperando sua capitania.

Antes d'elle, não houve colonização no Espirito Santo.

Vamos admittir que elle tivesse fundado uma igreja. Esta seria na villa do Espirito Santo, ou Villa Velha, e não em Nova Almeida, que dista oito leguas da Victoria.

Mas o que se diz é que o templo de Nova Almeida, de 1534, fôra séde de um convento. Não pode haver convento sem frades. Antes da divisão do Brasil em capitancias (1535) não havia frades no Brasil. E nenhum capitão general trouxe frades. Estes vieram depois de iniciada a colonização. Vieram quando o Brasil já tinha governo geral.

Por felicidade minha, posso dizer qual o primeiro frade que pisou terra do Espirito Santo e em que anno:

«1551 — neste anno fundou Vasco Fernandes Coutinho, donatario da Capitania do Espirito Santo, a cidade da Victoria, hoje capital daquella provincia. Os indios daquella região ouvem pela primeira vez a palavra do senhor, que lhes dirige o padre Affonso Braz, superior da Companhia de Jesus e primeiro missionario que ali desembarcou». (J. de Vasconcellos — *Datas celebres*). 23.

Ora, si o primeiro sacerdote que o Espirito Santo viu e ouviu foi um jesuita, em 1551, como em 1534 já haver um convento?

Quem teria sido esse padre Gouveia que em 1534 fundou um convento em Nova Almeida?

Creio poder identifical-o. Era o padre Christovão de Gouveia, visitador dos jesuitas, que aportou á Bahia a 9 de maio de 1583, vindo com o governador Manoel Telles Barreto (Porto Seguro Hist. Geral, tomo I, edição 484).

O padre Gouveia esteve em Pernambuco em 1584 (Idem, pag. 373) e portanto, na sua missão de visitador, teria estado no Espirito Santo e ali fundado um mosteiro da sua ordem. Neste caso, 1534 é erro de revisão.

Com o peso da minha responsabilidade, eu affirmo que em 1534 não havia mosteiro algum, nem no Espirito Santo, que ainda não existia, nem noutro qualquer ponto do Brasil, pela simples razão de que os primeiros frades que se estabeleceram em nossa terra chegaram com Thomé de Sousa.

E assim continuo a sustentar, como o venho fazendo, que a actual igreja Matriz de Iguarassú, com o desaparecimento, pelo raremoto, de S. Vicente, é a mais antiga do Brasil

(Do «Jornal do Commercio» de 20-1-935)

O INSTITUTO HISTORICO

Iniciou, ante-hontem, brilhantemente, a sua serie de conferencias, commemorativas do 4.º centenario da Colonização Espirito-Santense.

Ante-hontem, ás 20,30, no salão do Instituto Historico, presente o exmo. sr. Interventor Federal, cap. Punaro Bley, que é socio honorario da Casa do Espirito Santo, o exmo. sr. Bispo Diocesano, os Secretarios do Governo, o Prefeito da Capital, conceituadas figuras da intellectualidade espirito-santense, diversos socios daquella importante aggremação historica e exmas. senhoras—iniciou-se a série de conferencias mensaes, que, nos dias 23 de cada mez, ali se effectuarão, até maio proximo, commemorando o advento da nossa gloriosa ephemeride historica, em que celebraremos quatrocentos annos fecundos de colonização e progresso.

Os trabalhos foram dirigidos pelo sr. dr. Antonio Francisco de Athayde, illustre presidente do I. H. G., occupando o exmo. sr. cap. Punaro Bley a presidencia de honra.

O dr. Antonio Athayde, antes de dar a palavra ao brilhante orador da sessão, leu as seguintes e expressivas palavras:

“Meus senhores:

Inicia-se hoje, no Instituto Historico, a serie das conferencias mensaes que serão realizadas nesta Casa, até 23 de maio do corrente anno, como homenagens prestadas á commemoração da data historica do 4º Centenario do povoamento colonial do Estado, com o aportamento na enseada de Piratininga, da caravela do seu donatario e de seus 60 companheiros, a 23 de maio de 1535, no domingo do Espirito Santo, cujo nome baptizou a Capitania.

Ha, pois, quatro seculos, já feitos que o Rei D. João III, de Portugal, redigiu a Carta Regia de doação da Capitania, em 1º de Junho de 1534, ao seu distincto fidalgo, capitão e governador Vasco Fernandes Coutinho, em cuja carta o Rei faz menção honrosa dos muitos serviços intelligentemente prestados aos seus reinos, por elle, na Africa e na India, em muitos negocios, *dando sempre boa conta de sua pessoa*.

Essas terras doadas a Vasco Fernandes Coutinho já tinham sido exploradas em suas costas, pelo famoso navegador lusitano Christovão Jacques, em 1504, com o aperfeiçoamento do maravilhoso aparelho — *a bussola*, que muito cooperou para as façanhas maritimas do glorioso Portugal.

Ditas estas palavras protocolares, meus senhores, está aberta a sessão commemorativa de hoje cuja dissertação será brillantemente explanada pelo nosso egregio confrade, um dos presidentes honorarios da *Casa do Espirito Santo* — o dr. Carlos Xavier Paes Barreto”.

Terminados os applausos a essa significativa alloucação, seguiu-se, por espaço de cinquenta minutos, num ambiente de attenção e interesse manifestos, a notavel

Conferencia do sr. desembargador

Carlos Xavier

O brilhante e consagrado polygrapho, que tanto tem notabilizado a literatura espirito-santense, começou mostrando como foi momentaneo o entusiasmo causado, em Portugal, pelo achamento do Brasil, cuja colonização somente teve inicio após o reinado de D. João 3^o.

Lembrou as feitorias, a acção de Martim Afonso de Souza e afinal, a divisão do Brasil em capitanias hereditarias, doadas aos fidalgos portugueses que se haviam imposto á estima da Corôa.

A 11a., expedida em Evora, a 1 de janeiro de 1534, registrada a 24 de setembro e reforçada pela Carta Regia de 6 e Foral de confirmação de 7 de outubro de 1534, serviu para recompensar Vasco Fernandes Coutinho que se salientara por notaveis serviços em Gôa, Malaca e china.

Já, então, havia sido visitado o Espirito Santo, não interessando, na conferencia, verificar a prioridade do navegante, que se presume ter sido Christovão Jaques,

Citou a chegada de Vasco Fernandes a 23 de maio de 1534, e não em 1534 como menciona Jaboatão.

Salientou a renhida luta dos portugueses contra tupiniquins e goytacazes e o modo como conseguiram penetrar no porto, aproando para os fundos da enseada sobre a margem esquerda da Bahia.

Fez ver como, no dia da festa do Espirito Santo, de onde vem a origem do nome, fundou Vasco a sua povoação, entrando na posse das suas 50 leguas de terras, a começarem onde terminassem as de Pero de Campos ao N. e as de Pero de Goes ao Sul.

Analysou, demoradamente, a administração

de Coutinho que teve erros grandes, defeitos varios. Foi um chefe sem energia, sem espirito de commando.

Mas achou que não se devia continuar a atirar-lhe apodos.

Ao contrario, em linha de conta era necessario por-se o estudo das difficuldades que encontrou, do ambiente em que se achou.

De todos os donatarios foi o que mais esforços empregou em bem da Capitania, diz Damasceno Vieira. Vendeu o que possuia; poz em acção o seu prestigio para arranjar 60 colonos. Aqui enfrentou lutas terriveis. Derramou sangue. Exgotou economias. Viveu no meio de intemperies de toda sorte.

Empregou todas as suas forças. Ampliou direitos de homisio. Distribuiu sesmarias.

Mas a colonia se enfraqueciã por falta de meios.

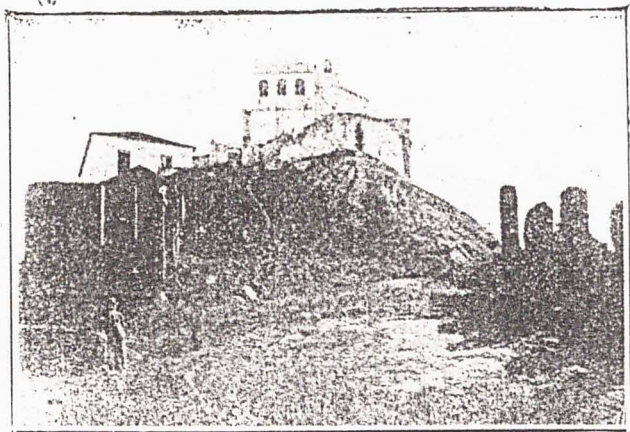
Foi, pessoalmente, a Lisboa, procurar recursos.

Ao voltar, desilludido, encontrou quasi despovoada a Capital.

Seus mandatarios Simão Castello Branco, Diogo Menezes, Manoel Ramalho e Bernardo Pimenta tinham sido cruelmente mortos. Teve discordias com seu visinho Pero Goes. Soffreu intrigas de seus proprios companheiros, sem esquecer Duarte Lemos, a quem havia doado a ilha Santo Antonio, ou Duarte Lemos, ou Villa Nova, tornada Victoria, após o triumpho obtido a 8 de setembro de 1535.

A lucta com os indios era inclemente. Pediu o auxilio de Mem de Sá, que seu proprio filho mandara combater os indigenas.

Velho, alquebrado, sem meios de defesa, não ficou, como se vê, impotente. Recorreu ao Gover



O lendário Convento da Penha, primitivamente
construído por frei Pedro Palacios.



Fachada do histórico portão do Convento da Penha, que nos
recorda a figura venerável de Frei Pedro Palacios, a cuja
fé se deve a construção da velha igreja da padroeira
do Espírito Santo.

no Geral. Mas a luta continuou. Coutinho não poudé, como Christo, levar a cruz ao calvario. Sossobrou. E, pobre e aleijado, em outubro de 1561, se finou o alcaide mór de Gôa e Malaca, o companheiro destemido de Affonso de Albuquerque!

Mas seus esforços, é Rocha Pombo quem o affirma, não foram infructiferos.

Algun progresso adveio a Villa Velha, Victoria e São Matheus.

Em sua companhia trouxe Felipe Guilleu, quem primeiro tentou explorar as riquezas do sub-solo brasileiro.

Na sua administração é que vieram os primeiros jesuitas, entre os quaes Affonso Braz, o iniciador da catechese e constructor do proprio palacio governamental, hoje reconstruido, e Pedro Palacios que, na ermida das Palmeiras, edificou a celebre gruta.

Cuidou do poyoamento, fundando os primeiros arraiaes e avançando, por vezes, sertão a dentro.

Teve a preocupação de manter a integridade territorial de sua donataria, enfrentando o vizinho da Parahyba do Sul.

Especificou os varios motivos que impediram os passos de Coutinho e, dentre elles, a propria grandeza das mattas que, offerecendo franco abrigo ao aborigene, difficultava a invasão.

Por outro lado mostrou que os seguidores de Coutinho, até a proclamação da republica, não puderam tambem, com raras excepções, trazer grande surto de progresso.

Analysou os 133 annos do regimen dos donatarios, o ultimo dos quaes, teve, em 1718, de vender o Espirito Santo á corôa, por 40.000 crusados, ou sejam 16:000\$000 de nossa moeda!

Estudou os 81 annos em que esteve sob

acção dos capitães mores e ouvidores, os 22 dos governadores, os mezes da Junta Provisoria e os 66 annos dos Presidentes de Provincia.

Frisou o que fizera o Espirito Santo, onde escrevera as primeiras paginas de literatura José de Anchieta, e mostrou seus poetas, jornalistas, historiadores, abolicionistas, republicanos, estadistas, juristas, dramaturgos, pedagogos e heróes.

Relembrou glorias. Mas tambem achou que sobre ellas não seria razoavel dormir, mas, ao contrario, dellas fazer alicerce para um melhor futuro.

Ao envez de ficarmos extasiados pelo systema orographico, distinctamente dividido em zonas da vertiginosa altura do Pico da Bandeira, o mais elevado ponto do Brasil, e da inferioridade de altitude de 50 metros abaixo do nivel do mar, dever-se-ia tirar o proveito possível.

Ao envez de decantar as bellezas do Juparanam, necessitava o Espirito Santo do aproveitamento da força hydraulica do Rio Doce, do S. Matheus, do Itabapoana, Guandú, Santa Maria, Itapemirim, Jucú, Fundão, Rio Novo, etc.

Ao envez de nos limitarmos a admirar as rochas de origem vulcanica, precisamos examinar as suas riquezas. Não seria licito ficarmos apenas a fazer versos sobre as leguas de mattas virgens e mandar buscar pinho na Europa; louvar as quedas de agua do Jucú, as cascatas do Itapemirim, Fruteiras, Fumaça; as cachoeiras de Mathilde, Muquy, sem aproveitá-las.

São bellas as praias do Itapuan, Costa, Jacarahype, Comprida, Manguinhos, Maruhype, Piráem e Cambury. Mas não nos limitemos a exaltar a belleza oceânica, sem cuidar da fauna ichtiologica e dos meios de viação maritima e fluvial. Mostrou como taes idéas se deveriam ampliar

na época em que se tratava de commemorações do quatricentesimo anniversario do povoamento do solo espirito-santense.

Falou, ainda, sobre os novos processos da colonização iniciada no Espirito Santo pelo governador Rubim com os suissos de Vianna e sobre a necessidade de educação intellectual e technica. Salientou as inaugurações de estradas e de institutos de commercio que faziam parte do programma de festas.

Declarou que, iniciando a série de conferencias, rendia homenagens á memoria do 1º administrador espirito-santense e á successão que vem até o honrado Capitão João Bley; successão, entre cujos vultos se encontram Silva Pontes, Nabuco de Araujo, Costa Pereira, Leão Velloso e Lobo Moscoso, sem falar no regimen republicano.

Terminou concitando a ter-se pelo passado grande culto, mas racionalizado, e, á sombra das tradições de nobresa, honra, heroismo e lealdade da terra capichaba, tirar a justa utilidade da magnifica riqueza do solo de uma região de pequena dimensão topographica, mas de grandes possibilidades economicas.

O orador foi vibrantemente applaudido e felicitado pelo distincto auditorio, que o ouviu.

Etnologia Espirito Santense

CARLOS XAVIER

Era o Espirito Santo, quando occupado por Vasco Fernandes Coutinho, habitado por botocudos, purys, tupinaés, goyatacases, aymorés ou gaymorés, considerados inimigos do sertão e tupiniquins, collateraes dos tupis.

Embora não haja sido a ethnologia espirito santense, sufficientemente estudada, interessantes são os dados criteriosamente colhidos pelo Dr. Affonso A. de Freitas.

Os purys, povo baixo, escolheram, primitivamente, o largo do rio Santa Maria.

Grandes serviços, especialmente no governo Silva Pontes, lhes devem a agricultura e a navegação.

Freitas menciona os tupinambás ou papanazes, que se estenderam do Cricaré ao Parahyba.

A versão é contestada pelo Desembargador Affonso Claudio.

Goyatacases nomades, os goyanás, escolheram o sul do Espirito Santo, ao Norte do Rio de Janeiro.

Tupiniquins e goyatacases, de arco e flexa, crearam serias difficuldades ao desembarque do donatario.

Foram postos em debandada pelas duas peças de artilharia, guarnecedoras das lanchas portuguezas.

Suppunham-se os verdadeiros donos da terra que, de facto, occupavam com posse immemorial.

Habitavam os tupiniquins a orla maritima que se estende do rio Cricaré, hoje São Matheus, até a bahia de Victoria.

Eram de indole menos barbara e assignalados prestimos emprestaram ao governo na defesa da integridade territorial do Brasil.

Dentre os seus valiosos feitos, salienta-se o do valente chefe dos temiminós Martim Affonso, o Ararigboia, que, á frente de seus duzentos indios flexeiros, na tomada de Villegaignon, em nome de Belchior de Azevedo, apresentou-se a Estacio de Sá.

Tão relevantes foram os serviços na invasão franceza, que mereceu do monarcha o vestido de uso e o habito de Christo.

Os aymorés ainda hoje existem na Serra a que deram o nome.

Os botocudos, tendo vindo dos Sertões de São Matheus para o centro, em busca do rio Doce e seus afluentes, localisaram-se a oeste do Estado, nos limites de Minas.

Trataremos, no Capitulo a seguir, mais circumstanciadamente do assumpto.

Teremos, então, oportunidade de referirmos aos indios já domesticados que ainda se encontram entre as margens do rio Doce e o S. Matheus.

Diremos da actuação do serviço, mantido pelo governo federal, de catechesa de indios.

As commemorações do 4º Centenario de nossa Colonização

A brilhante conferencia, que, em homenagem ao quarto Centenario da Colonização do Espirito Santo, o illustre intellectual e extremo espirito-santense, dr. Mario Aristides Freire, proferiu no Instituto Historico desta capital, em 25 de março do corrente anno, comprovandô, magistralmente, os seus credits de profundo e erudito sabedor da nossa Historia.

PRIMEIRAS LEIS DA CAPITANIA

«A primeira lei de todas as sociedades, no dizer de Alberto Torres, é a lei religiosa: lei, a um tempo, moral, politica e civil, revela e manifesta — a sociedade unida por vontade de Deus».

E o notavel brasileiro procurou justificar esse conceito, mostrando que — «na vida social, a imagem de Deus ficou, desde logo ligada á idéa — fundamental em todo agrupamento — de protecção, de amparo, de assistencia, de soccorro e de guarda: — protecção e soccorro, contra o extranho; amparo e assistencia, dentro do grupo».

Tendo de examinar as primeiras leis trazidas para a Capitania que tomou o nome do Espirito Santo, e fazendo-o quando vigora uma

Constituição republicana, aberta com um testemunho formal de confiança em Deus, julgamos opportuno recordar que, igualmente sob essa mesma crença inspiradora, foi iniciada, ha quatro seculos, a obra da colonização do Brasil por meio das Capitánias.

Antes de alludir a quaesquer motivos ou razões de ordem economica, para justificar a criação das Donatarias, na carta da doação a Vasco Fernandes, o Rei proclamou que assim resolvera fazer considerando, em primeiro logar — «Quanto serviço de Deus» — dahi resultaria; e depois — «Ser a minha costa e terra do Brasil mais povoada, do que até agora foi, assim para se nella haver de celebre o culto e officios divinos, e se exalçar a nossa santa fé catholica, com trazer e provocar a ella os naturaes da dita terra, infieis e idolatras», etc.

Era, como se vê, a mesma confiança em Deus, reafirmada, quatrocentos annos depois, na vigente Constituição da Republica.

Se os colonizadores tivessem tido, superiormente, a preocupação de converter os naturaes do paiz á «nossa santa fé catholica», conforme previa a Carta Régia, estaria confirmado o pensamento de Alberto Torres: — a imagem de Deus teria sido invocada como amparo ou assistencia dentro da nova colonia e, como protecção e socorro contra o estrangeiro.

Deus passou a ser invocado, infelizmente, para proteger os invasores e ajudal-os a vencer, escravisar, se não matar, aquelles mesmos longinquos subditos, *infieis e idolatras*, que El-Rei pretendeu vêr convertidos ao Catholicismo.

A persistencia dessa crença, apregoada agora bem alto, como está, no documento mais importante de uma grande revolução, faz suppor

que Azevedo Amaral não tem muita razão quando critica — «a illusão nacional sobre o nosso sentimento religioso». O illustrado autor de «O Brasil na crise actual» partiu, no seu ponto de vista, das resistencias da cultura incipiente do autóchtone, reforçadas pelo affluxo dos africanos e por uma certa indisposição do colono portuguez, resto da influencia islamica, como causas de uma redução, nos fructos da catechese, que produziu uma colheita incomparavelmente menor do que as apparencias nos levariam a esperar.

Aquella nobre preocupação da Carta Régia de 1 de junho de 1534 cêdo ficou esquecida.

Hoje, quando a muito poderosa justiça regia adormeceu e não pôde mais perseguir-nos por delictos de lesa-magestade, podemos dizer que assim succedeu por culpa mesmo de El-Rei. Assim succedeu porque, naquelles tempos, quando as riquezas conhecidas do Oriente attrahiam todas as cubiças, a Côte sentira a necessidade de favorecer aqui os Donatarios, pela seguinte forma, pouco feliz :

«E outrosim me praz fazer doação e mercê ao dito Capitão e Governador e a seus successores, de jure e herdade, para sempre, que dos escravos que elles resgatarem e houverem na dita terra do Brasil possam mandar a estes reinos 24 peças cada anno, para fazer dellas o que lhes bem vier.»

Não estava esquecido que só a expedição da não *Bretôa*, em 1519, levára, segundo refere João Ribeiro, cêrca de 40 escravos indios.

Depois veio o affluxo dos africanos, compromettedor da catechese: essa importação, tractada em 1583, foi iniciada em 1620. Desde os

primeiros dias das capitanias vinham entretanto escravos de Guiné.

A historia da Metropole brasileira guarda a lembrança de um escravo desde os primeiros dias da vida carioca: — um *escravinho* do escrivão da Camara da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, foi o portador, no auto de apresentação, do requerimento que os moradores da cidade haviam dirigido ao Governador Mem de Sá, como se lê no traslado da carta de sesmaria das terras do rocio e termo da mesma cidade, segundo a confirmação de 1567.

Em 1530 Vasco Fernandes Coutinho declarava que Pedro de Góes lhe dera alguns escravos.

Grande erro foi aquella disposição na Carta Regia, repetireis com o conferencista, recordando o que foram as luctas dos colonizadores com os indios; as questões entre os que procuravam escravizal-os e os jesuitas — acerrimos defensores da liberdade dos humildes subditos que o Rei pensára converter á fé catholica; a destruição dos autochtones; a tristeza e a melancholia das senzalas, as scenas dantescas dos vavios negreiros; a desorganização, como se deu, do trabalho agricola, quando o paiz era essencialmente consagrado á agricultura. Irão mais longe os que se preocupam com as questões da educação nacional, e poderão filiar áquelle grande erro, longinquamente, uma grande parte dos males que ainda compromettem, sob esse ponto de vista, o nosso progresso. Assim deve realmente ser porque — a servidão não se elimina por um simples decreto», como observa Ramalho Ortigão: — «o escravo persiste escravo apesar da lei, enquanto um systema geral de ensino e de liberdade não fizer delle um cidadão.»

E vós, senhores e collegas meus do Insti-

tuto, estareis recordando o que se teria passado nos primeiros dias da colônia, para inspirar as leis de 30 de junho de 1609 e 10 de Setembro de 1610, contra a escravização, na phrase de João Ribeiro — dubiosamente legal, dos indios. Foi necessario decretar que os indigenas do Brasil eram livres. Recordareis mais aquelles protestos de S. Paulo, em 1677, quando lá constou que o Governador Mathias da Cunha afforriava todo incola trazido como escravo ao Rio de Janeiro.

Burlado estava todo o piedoso cuidado do Soberano pelos *brazis, infieis e idolatras*. Não houvera merito algum em abrir lhes os olhos para que comprehendessem os nobres e elevados sentimentos que o Cruzeiro do Sul recorda no alto dos nossos Céos, se deviam, depois, ser algemados no negrume das senzalas ou transportados, sem liberdade, nos escuros porões até o Reino, onde os Governadores poderiam fazer delles o que lhes bem viesse. A conversão á nossa santa fé catholica serviria, nesse caso, para dar-lhes apenas um pouco de resignação.

O desejo real fôra assim sacrificado, é bem de vêr, porque, no Brasil, nada havia capaz de provocar a cobiça facil na aventura da colonização: seu nome não merecêra, siquer, figurar destacado, no extenso titulo dos muitos altos e poderosos Reis, por graça de Deus, de Portugal e dos Algarves, de quem e de além mar em Africa, senhores da Guiné e da conquista, navegação, commercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc.

*
* *

Dividido o paiz em Capitánias, geralmente de 50 leguas de costa, entravam com essa largura pela terra a dentro, até onde fosse da con-

quista portugueza. A munificencia regia mandou tambem computar na doação de Coutinho «quaesquer ilhas que houver até 10 leguas ao mar, na fronteira.»

E' opportuno recordar isso.

Cogita-se, neste momento, de substituir a Constituição Estadual de 1923, emendada em 1928, cujo art. 2º assim dispõe :

«O territorio do Estado é o da antiga Provincia do Espirito Santo, sem prejuizo das reivindicações que lhe assistam e dos ajustes que o possam ampliar».

Teremos ilhas ou, como prevê a lei, reivindicações a pleitear?

E' opportuno indagar quando a vigente Constituição Republicana recommenda que quaesquer duvidas sobre os limites estaduaes sejam resolvidas, mediante accordo directa, ou indirectamente dentro de 5 annos.

Inspirado no patriotismo e orientado pela competencia de meus doutos e conspiciosos socios, o Instituto não deixará, certamente, de acompanhar a proxima revisão do referido artigo.

Nessa occasião deverá ser apreciada tambem a situação da mysteriosa e lendaria ilha da Trindade. Situada a 630 milhas da costa e a 614 de Victoria, figura em alguns trabalhos como parte do Espirito Santo.

Cesar Marques recusou-se, porém, a admitir isso no conhecido Diccionario desta Provincia, sob a allegação de que distava mais de 200 leguas maritimas da costa.

Desde a Provisão de 1783, quando o vice-rei Luiz de Vasconcellos pretendeu povoal-a, ficou subordinada ao Bispado do Rio de Janeiro. Figura como parte do Curato carioca do S. S. Sacramento da antiga Sé, no trabalho sobre «A

Archidiocese do Rio de Janeiro», publicado por Monsenhor Alves, um illustrado espirito-santense fallecido como Vigario Geral do Rio.

Como a divisão judiciaria obedeceu á divisão das antigas freguezias, a Trindade está comprehendida na circumscripção judicial carioca do Sacramento.

Em um estudo estatistico, publicado ha poucos annos pela Directoria Geral de Estatistica, sobre a área das circumscripções e freguezias do Districto Federal, encontra-se a seguinte nota: — «No calculo da área da freguezia do Sacramento, não está incluída a área da Ilha da Trindade, situada no Oceano Atlantico e sob a jurisdicção da 3.^a Pretoria».

*
**

A mudança de denominação da mais alta autoridade administrativa, no Estado, concilia-se com a tradição da nossa Carta Regia:

«e quero e me praz que o dito Vasco Fernandes e todos os seus herdeiros e successores, que a dita terra herdarem e succederm, se possam chamar e chamem capitães e governadores della.»

Nessa mesma vetusta Carta Regia o feminismo conta uma victoria longinqua: — «sem embargo da Lei mental» dispoz a mesma Carta, depois de salientar que essa lei impedia que as mulheres succedessem no governo, as redeas pesadas da administração colonial do Espírito Santo poderiam ir até ás mãos delicadas e finas de alguma successora do Donatario.

E assim succedeu effectivamente logo nos primeiros annos da colonia. D. Luiza Grimaldi que, segundo uma conferencia realizada, neste Instituto, no anno passado, era descendente dos

celebres Grimaldi, de Pizza, nora do Donatario, assumiu o governo desta Capitania antes de findar o seculo XVI. E, quando o chronista, velho e consequentemente anti-feminista, busca hoje vêr no quatriennio de 1439 a 1593, após os dias tormentosos dos primeiros governos, no Espirito Santo, um attestado da incapacidade feminina para administrar, nada encontra que deslustre a administração da nobre fidalga Governadora.

Em nossos dias, entre as difficuldades sérias deste momento historico, quem sabe se a prosperidade, a paz, a felicidade que todos buscamos em elevados anseios e patrioticos sonhos, não estará na escolha acertada de uma muito nobre senhora Governadora, que a todos nos fale, como andam hoje e falam as senhoras todas: — mostrando o coração — a flôr dos labios...

A historia, porém, nos segreda, indiscreta, que a illustre Grimaldi assumiu aqui a governança aos 48 annos de idade.

Bôa catholica, vós o sabeis, acolheu generosamente os religiosos franciscanos que seu marido mandára buscar em Pernambuco, aos quaes cedeu o terreno onde restam agora apenas algumas ruinas do tradicional convento. O seu nome figura ainda, ao lado das Camaras de Victoria e da villa do Espirito Santo, na doação do morro da Penha aos esforçados frades capuchos.

Quando, em 1593, soube que fôra reconhecido o direito de senhorio desta Capitania a favor de um descendente directo do Donatario, longe de pensar em revoltas ou sedições, recolheu-se piedosamente ao convento do Paraizo, em Evora, onde, aos 85 annos de idade, em 1626, foram ouvida-a como uma das testemunhas no processo da canonização de Anchieta.

No seu depoimento, recordou, ingenuamente,

entre outros milagres, a penetração, a clarividência do Padre Anchieta, quando, certa vez, descobrira a noite agitada que ella passára por causa de certas escripturas...

As nossas illustradas feministas talvez estejam dispostas a passar tambem, noites agitadas, no governo, por causa de certas escripturas... Como quer que seja, porém, parece acertado aconselhar aos nossos futuros constituintes que deixem o governo ir até ás nervosas mãos femininas, na idade em que santamente nos governou a muito nobre e alta fidalga de Piza...

A Carta Regia attribuia aos nossos remotos Governadores jurisdição e alçada até de morte natural, sem appellação ou aggravo, sobre homens livres, piães christãos, escravos e gentios, nos crimes de traição, sodomia, moeda falsa e heresia, se o heretico lhes fosse entregue pelo ecclesiastico.

Sonhando con. o exito da iniciativa das Capitánias, o Rei permittiu logo que o Donatario pudesse nomear mais de um Ouvidor. Permittiu igualmente que pudesse transformar, em villas, quaesquer povoações costeiras; no sertão, devia assegurar 3 leguas de Termo a cada villa com o intervallo, portanto, de 6 leguas, no minimo, de uma á outra.

O Termo proporcionava renda ás Camaras que estabeleciam aforamentos, sobre a respectiva área, demarcada como patrimonio proprio.

Esta Capitania foi dispensada de sizas imposições, saboarias, etc. Vieram, depois, os celebres Donativos, exigidos pela Corôa como contribuição para a paz, nas constantes guerras, ou para o dote das príncezas portuguezas.

Ficou estipulado o dizimo de Deus, arrecadado para a Ordem e Mestrado de N. S.

Do dizimo do pescado, uma velha tributação *in natura*, que veio até nos dias e que consistia na retirada de um peixe, em cada grupo de 10, excepto, segundo o Foral, quando pescados á canna, a Carta Régia dispoz que metade seria do Rei e a outra metade do Governador. Já não estavamos, porém, nos lendarios tempos das historias ou contos que todos conhecemos, nos quaes se nos repetia que "a palavra de Rei não volta atraz". O rei voltou atraz nesse ponto, e, por uma apostilla de 25 de Setembro de 1534, feita á Carta Regia, foi modificado o capitulo X, porque a metade do dizimo do pescado já cabia á ordem do Mestrado de N. S. Jesus Christo. O Governador ficou com o direito a um peixe em cada grupo de 20, segundo o Foral.

Longe de nós, a idéa de attribuir ou ligar a esse mesquinho interesse nos dizimos o cuidadoso mandamento da Santa Madre Igreja, segundo o qual devemos sempre pagar esses tributos.

Não ignoramos a passagem em que Jesus pregou o dever de dar a Cezar o que é de Cezar: assim fez, com sua extrema bondade, porque, omnisciente, o divino Rabbi anteviu o sofrimento de todos nós, os Secretarios da Fazenda, os responsaveis pelas finanças deste vasto Brasil, que, em cada canto, reclama sempre o que inscreveu na sua festejada bandeira: — Progresso.

Os Governadores tinham, algumas vezes, o redizimo ou um decimo das dizimas. Velharias da vida simples do seculo XIV...

No Districto Federal os terrenos foreiros á Prefeitura, isto é, situados dentro do Termo da Cidade, segundo a sesmaria dada á primitiva Camara por Estacio, confirmada e augmentada por Mem de Sá, ainda hoje pagam um fôro annual,

agora irrisorio, bem como o laudemio nas transmissões.

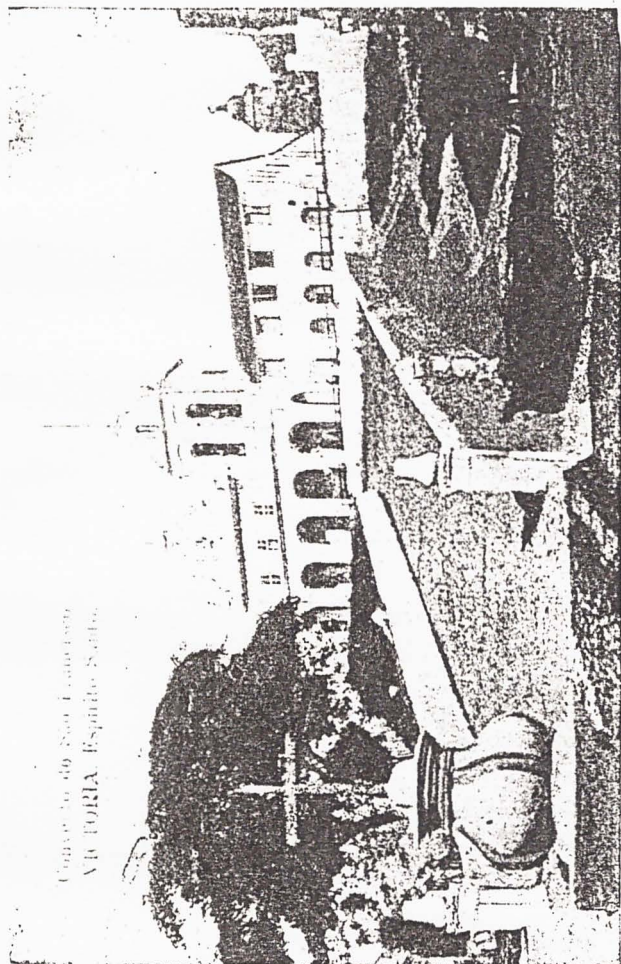
Aqui, em Victoria, o livro do tombo da Camara, pelo qual o amavel Prefeito poderia exigir mais esse tributo, ainda existia archivado em 1807. Nesse anno, porém, o Ouvidor Filgueiras mandou restaural-o, segundo refere José Marcelino. Perdeu-se, desde então, nos longos canaes competentes da burocracia; e, se não temessemos a pecha de incoherente, proporíamos a todos que possuem um pedaço de terra nesta linda cidade uma contribuição para um novo do monumento:— ao copista desconhecido do Livro Tombo. Que Deus o tenha em sua santa paz, com o livro que foi incumbido de copiar — dirão os proprietarios.

Depois da citada apostilla, feita na Carta de doação em Setembro, logo no mez seguinte, Coutinho obteve mais dois actos régios, o que faz suppor que, nessa occasião, já estava nos ultimos aprestos para a partida.

A 6 de Outubro foi-lhe outorgada a Carta de homisio, assegurando aqui liberdade a quem estivesse homisiado ou ausente por delictos desde que viesse residir nesta Capitania: — os beneficiados por essa graça poderiam, de 4 em 4 annos, passar seis mezes no Reino, comtanto que não entrassem na Côte nem fossem ao logar do maleficio.

Essa referencia não deve ferir o nosso escrupulo, embora tambem os degredos menores fossem para a Africa e os maiores para o Brasil.

“As leis criminaes portuguezas, escreve João Ribeiro, alludindo ao livro V das velhas Ordenações, — eram de tal modo draconianas e absurdas que quasi ninguem lhes escapava: pequenas faltas eram alli tidas por crimes graves e a



Fachada do histórico Convento de S. Francisco, hoje quase inteiramente demolido. No local foi construído o Orphanato Christo Rei, para Asylo das crianças pobres.

phrase *morra por ello* era a sentença commum de qualquer delicto”.

Viriato Corrêa, em uma de suas chronicas scintillantes, expoz, recentemente, alguns factos pelos quaes, segundo as Ordenações muita gente hoje bôa estaria entre os criminosos portuguezes do seculo XVI.

De resto, não creio haja alguém capaz de explicar, por exemplo, como se desenvolveu a descendencia espirito-santense do descobridor da nova Guiné, D. Jorge de Menezes, o nobre senhor da nossa modesta ilha do Boi, desterrado para aqui, onde morreu em combate.

Quanto a Simão Castello Branco, que Braz Rubim cita como outro fidalgo beneficiado pela Carta de homisio, não tinha, segundo se lê na “Historia da Colonização Portugueza no Brasil”, as honras de fidalguia. Não podia usar o titulo de *Dom*.

Obtida a 6 de Outubro a citada Carta, no dia seguinte foi expedido o Foral.

Na admiravel “Synthese historico-juridica do Direito Brasileiro”, Alarico de Freitas allude ás Cartas de doação e aos Foraes das nossas remotas Capitánias, como — “a primeira revelação do Direito na terra virgem, para á sua sombra se praticarem os actos mais excusaveis da contingencia humana, entravando a civilização da Colonia á custa do enriquecimento facil dos favoritos do Reino”.

Na terra virgem do Espirito Santo, se essas primeiras revelações do Direito contribuíram para actos deploraveis da contingencia humana, não deviam, entretanto, ter concorrido para que aqui se verificasse, directamente, o facil enriquecimento de quaesquer favoritos.

A phrase do brilhante escriptor capichaba é

verdadeira quando applicada ao regime, mandado observar em todo o paiz, para o faustoso esplendor da Côte distante.

De inicio reproduziu tambem o Foral o mesmo santo cuidado pelo *serviço de Deus*. Investiu depois os Governadores da faculdade de sesmeiros, isto é, de distribuidores de sesmarias. Estabeleceu o quinto régio sobre qualquer sorte de pedraria, perolas, aljófar, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo ou outra qualquer sorte de metal aqui descoberto. Os Governadores perceberiam o dizimo sobre esse quinto. Do Rei seriam o pão brasil, as drogas e as especiarias. Pelo desrespeito desta disposição cabia degredo perpetuo para a ilha de São Thomé, o que, já se vê, para consolo nosso, devia ser peor do que viver no Brasil quinhentista.

Poderia o pão brasil ser aproveitado ou utilizado na propria colonia, mas seria severamente punido quem o queimasse.

Excluidos os escravos e o que pertencia ao Rei, a exportação era livre, uma vez pagos os dizimos, redizimos e a siza. Esses tributos eram, porém, dispensados quando os generos fossem para o Reino; nessa hypothese, o exportador dava uma fiança para garantir a exhibição, depois, do certificado que lhes fosse dado por uma das Alfandegas de Portugal.

Os importadores estrangeiros pagavam o dizimo nas Alfandegas do Brasil; gosava de isenção, porém, a importação de mantimentos, armas, polvora, salitre, enxofre, chumbo e munição de guerra.

Era prohibido commerciar, directamente, com o gentio ou os *brasis*. Quem o fizesse, se visse na Capitania, perderia toda a fazenda ou mercadoria, da qual um terço seria para o accu-

sador e dois terços, dispunha o Foral: — “para as obras dos muros da dita Capitania”. Se o infractor não vivesse no Espirito Santo, perderia em dobro o que, por isso, fosse apprehendido. A multa, nesse caso, seria distribuida pelo denunciante, pela Camara e por um hospital ou pela Fabrica da Igreja, se ainda não houvesse hospital.

Fosse ou não por essa lembrança, certo é que, annexa á Igreja do Rosario, em Villa Velha, foi logo instituida a Casa de Misericordia desta Capitania, Casa que teve a gloria de contar o grande José de Anchieta, entre os seus dedicados Capellães. Segundo o Relatorio do Provedor Wlademiro da Silveira, uma noticia historica sobre a Santa Casa de Recife, escripta por Pedro Rodrigues, allude á do Espirito Santo como tendo sido fundada em 1545 e 1555.

Os navios partiriam com licença dos Governadores, emquanto não houvesse aqui um official *deputado* (sic), incumbido especialmente de dar essa licença.

Não seriam cobrados direitos no commercio entre as Capitancias.

As Camaras perceberiam passagens nas barcas que puzessem nos rios.

Os tabelliães pagariam aos Governadores uma pensão annual de 500 réis.

O serviço militar era obrigatorio em tempo de guerra.

Esse o nosso Foral; essas as primeiras revelações do Direito no Espirito Santo.

Com jurisdicção e alçada até de morte natural, senhores de barão e cutelo, os Governadores, vieram praticar aqui um regimen retrogrado. O regime fomentava abusos, provocava luctas, contra o nosso sonhado progresso; não

evitava que o Fisco fosse gravemente lesado e facilitou o enriquecimento fácil de alguns favoritos do Reino.

Vasco Fernandes, porém, vós o sabeis, na caravella "Gloria", com 60 companheiros, trouxe a família e tudo quanto tinha. Aqui tudo deixou, tudo perdeu.

O nobre aventureiro que já em 1539 admirava, ao sul, as paragens uberrimas, banhadas pelo rio Tapemery, não deixou de sonhar, certamente, com as florescentes cidades que ahí hoje se erguem. Palmilhando o solo fertilissimo da Capitania, anteviu, sem duvida, todas as outras que prosperam aqui, fazendo a grandeza admiravel do Espirito Santo em nossos dias.

"Vendendo os seus haveres para não voltar mais á patria e consagrar se á sua capitania do Espirito Santo, refere, em resūmo, João Ribeiro, teve que arrostar a furia de indios bravios e colonos, acabou mendigo, esfarrapado, vivendo de esmolas".

Perdida toda a riqueza sonhada, desilludido de todas as esperanças, restou-lhes apenas, nos ultimos dias, o consolo de admirar, em Villa Velha, a Fé animadora de Pedro Palacios; e de contemplar, em Victoria, os primeiros fructos da obra de jesuitas do valor de Affonso Braz, Manoel da Nobrega, Braz Lourenço e outros.

Desejando sempre o progresso da Capitania, quando viu que nada mais podia fazer por ella, porque nada mais tinha — renunciou os seus direitos em favor do Soberano, na esperança de vel-a ainda prosperar e progredir sob o favor de El Rei.

Após esse gesto de nobre desprendimento, o heróe cuja bravura ficou registrada nas paginas da antiga historia militar de Portugal, o

fidalgo que vendera tudo quanto possuia para vir colonizar este trecho do Brasil, e trocára as tenças que tinha pela caravella que o transportou — foi morrer esquecido, na maior miseria, amortalhado em um lençol que a caridade lhe escondeu.

Ouvimos aqui, nesta Casa, um orador inspirado imaginar que a suavizar-lhe a agonia, certo lhe falará e consolára aquella mesma voz, generosa, a cujo accento embalador o Poeta fez adormecer o rude e valoroso “Caçador de Esmeraldas”.

Morre! germinarão as sagradas sementes das gottas de suor, das lagrimas ardentes! Hão de fructificar as fomes e as vigílias! E, um dia, povoada a terra em que te deitas, quando aos beijos do sol sobrem as colheitas, quando aos beijos do amor crescerem as familias.

Tú cantarás na voz dos sinos, nas charruas, no esto da multidão, no tumultuar das ruas, no clamor do trabalho e nos hymnos da paz!

Ao tempo em que o brilhante orador aqui por essa forma nos encantava e commovia, o governo, na mesma enseada risonha, onde o Donatario ha quatro seculos aportára, feliz e esperançoso, abria as portas de uma escola moderna a que ligou o nome venerando do Fundador.

Bemdigamos todos essa expressiva homenagem a quem, em toda a vida agitada e trabalhosa, foi sempre um exemplo, um modelo vivo de pairiotismo, civismo, amor á humanidade, dedicação ao trabalho e grande desprendimento.

Ahi, senhores, aprendendo a amal-o na bravura de seus actos e a veneral-o na nobreza de

seus gestos, como no destemor com que procurava servir a seus elevados ideaes, a mocidade espirito santense irá assegurando sempre a corporificação da imagem feliz do nosso inspirado orador, e, da geração, repetirá a promessa suave que devia também ter sido ouvida pela Fundador agonizante:

“Dentro do coração da Patria — “viverás!”.

(Do Diario da Manhã de 4.5-935)

O ouro de Antonio Rodrigues Arzão

ALMEIDA COUSIN

Jamais cruzei sinão os limiares de templo de Clio. Profano e devoto que não attingiu ao sacerdotio da deusa, fallece-me qualquer autoridade de historiador e nunca tive a paciencia benedictina dos poeirosos revolvedores de 'archivos, que são como pescadores de perolas, levantando um montão de conchas inuteis, para descobrirem, alguma vez, num deslumbramento compensador e magnifico, a rarissima valva margaritifera.

Juntando porem, um dia, a documentação indispensavel ao meu poema "Itamonte", cheguei a adoptar uma conclusão de alcance historico—cujo conhecimento não é, originariamente meu—porem cuja defesa tão poderosamente se impoz á minha sympathia, que já a tomei por these de escripto anterior a estas linhas, a que a bondade da Comissão de Redacção quiz conferir a honra das paginas da Revista do Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo.

Refiro-me ao conhecimento da primeira amostra de ouro sahido do actual territorio de Minas Geraes, que—para mim—surdiu no Espirito Santo e aqui mostrou-se ao mundo.

Perturbações passadas e perdas de velhos

archivos impedem ao Instituto Historico e Geographico do Espirito Santo, de esclarecer cabalmente este ponto, que permanece obscuro e, ao parecer, controverso perante a documentação existente e os recursos actuaes de investigação. Não sei si outros Institutos terão melhor documentario elucidativo do assumpto.

Enquanto, porem, não surdem melhores provas em contrario, parece-me deva fortalecer-se, sedimentando-se em convicção mais profunda, a these — certamente a mais sympathica para o Espirito Santo — que procuro defender ainda agora, repetindo idéas que já professava em 1928, extranhando a insistencia com que, a proposito do conhecimento do ouro na região mineira surge preferencialmente a narrativa do Padre Andreoni, esquecendo-se todos ou fingindo ignorar a opinião de Claudio Manoel da Costa, raramente mencionado, que attribue a Antonio Rodrigues Arzão, de Taubaté, a gloria de ter surgido, em 1693, na Villa do Espirito Santo, com o primeiro ouro das Minas.

Sem pruridos de fazer critica historica, confrontando as duas asserções, achei entretanto motivos para julgar mais veridica a do poeta inconfidente que a do padre jesuita.

Aproveitando trechos para uma publicação pedida para a Revista do Instituto Historico do E. Santo, supprimi outros do artigo junto, ao ser copiado pelo typographo, dado o tom de severidade que o artigo da Revista deve mostrar. Mantenho porem os conceitos todos aqui exarados.

E' fora de duvida que as primeiras entradas de civilizados no territorio. que veio a ser o de Minas Geraes, tiveram como objectivo o conhecimento da terra ou a escravização do indio, que suppria a falta de braços, entrados depois, da Africa, em grande copia, nos navios negreiros.

Até fins do seculo XVII, não ha noticia de expedição alguma, armada no proposito de procurar ouro naquellas terras. Mesmo as que visavam alguma riqueza mineral, tiveram outro objectivo: Marcos de Azeredo, entrando pelo norte, e Paes Leme, mais tarde, pelo sul, buscavam esmeraldas e, si a Corôa armou a campanha de D. Rodrigo de Castelo Branco, foi encarregando-o de procurar *prata*, que, por um apriorismo astrológico, se acreditava existir nesses sertões—mais orientaes e sob a força do Sol—em maior abundancia ainda que nas minas do Perú.

O fascínio do ouro enche porem, desde os seus primordios, o seculo XVIII, a par da seducção do diamante, começada com a descoberta das pedras do Tijuco e Hyvituray e, depois, das outras, mais longe, do Abatê, Desemboque, Paracatú, etc.

Numa visão synthetica, o conjunto das entradas em Minas pode ser dividido em dois cyclos: o do Norte, em que os principaes exploradores subiam da Bahia e Espirito Santo, seguindo a contracorrente dos rios, e ao Sul, mais tardio, em que partiam de São Paulo, passando pelas gargantas da Mantiqueira, no intuito da caça do índio, ou trazendo já como objectivo definido a procura dos mineraes.

Ao primeiro periodo pertencem a expedição de João Ccelho de Souza, pelo S. Francisco, e as explorações de Bruzza Spinoza, Sebastião Fernandes Tourinho, acompanhado de Jorge Dias e Padre Aspiqueta Navarro, e a de Antonio Dias Adorno—todas do seculo do descobrimento e abrangendo as bacias dos rios Doce (para o norte). Jequetinhonha e Mucury. Mais tardia—de 1650—é a entrada de Marcos de Azeredo pelos sertões do Doce, Mucury e Lagôa Vupabussú.

Como um marco entre estes dois cyclos e fixando a transição entre as «entradas» dos caçadores de índios e as «bandeiras» dos ambiciosos de ouro, depara-se-nos Antonio Rodrigues Arzão, paulista, que se embrenhara até os sertões da Casa do Casca, donde sahiu, segundo Claudio Manoel da Costa, em 1693 pelo caminho do Rio Doce com mais cincoenta homens da sua comitativa.

«Chegado á Capitania do Espirito Santo—affirma Claudio, no «Fundeamento Historico» do seu poema «Villa Rica»—apresentou ao capitão-mór, regente daquella villa, três oitavas de ouro».

Deste ouro se mandaram fazer duas memorias: uma que ficou ao dito Arzão e outra que tomou para si o capitão-mór.

«A denunciação desta limitada porção foi, sem duvida, a primeira que se fez do ouro que se descobria nas minas Geraes; e a de que se conserva memoria em São Paulo, que é a de Carlos Pedroso da Silveira, (todos os gryphos são meus) por algumas circumstancias discorre o autor ser posterior a ella.

A seguir, refere Claudio a morte do Arzão em São Paulo, quando preparava outra expedição, encarregando a seu cunhado Bartholomeu Bueno de continuar os seus descobrimentos, e relata, em differentes passagens, de que maneira as doze oitavas de ouro, achadas depois pela bandeira de Bueno, vieram afinal ter ás mãos de Carlos Pedroso da Silveira, que as apresentou ao governador do Rio de Janeiro, Antonio Paes de Sande—em 1695.

Refere ainda que «fallecendo o dito Sande, ficou com o governo Sebastião de Castro Caldas, o qual remetteu a El-Rei D. Pedró as mos-

tras do ouro, em carta datada de 16 de junho do mesmo anno.

Desta exposição, clara e circunstanciada, conclue-se que, *antes do governo de Arthur de Sá e Menezes*, já duas amostras de ouro teriam sahido das Minas:—a do Arzão, em 1693, e a de Carlos Pedroso, em 1695.

Entretanto— cousa singular!--o raconto do jesuita, que faz apparecer o primeiro ouro ao tempo do governador seguinte—Artur de Sá—tem prevalecido sobre as investigações pacientes do poeta!

Com effeito, André João Antonil, pseudonymo do Pe. João Antonio Andreoni, escreveu no seu livro, «Cultura e Opulencia do Brasil por suas drogas e minas» (1711), isto—que todos repetem ;

«O primeiro descobridor *dizem que foi um mulato*, que tinha estado nas minas de Parana-guá e Curityba. Aquelle mulato, indo ao sertão *com uns paulistas* a buscar indios e chegando ao serro do Tripuhy, desceu com uma gamella para tirar agua do rio, que hoje chamam de Ouro Preto; e mettendo a gamella na ribanceira para tomar a agua e roçando-a pela margem do rio, viu depois que nella havia uns granetos da côr de aço, sem saber o que eram; nem os companheiros, a quem mostrou os ditos granetos souberam conhecer e estimar o que se tinha achado tão facilmente e só cuidavam que haveria algum metal não bem formado e por isto não conhecido. Chegando, porem, a Taubaté, não deixaram de perguntar que casta de metal seria aquelle. E sem mais exame venderam a Miguel de Souza alguns desses granetos do Tripuhy e Funil por meia pataca a oitava, sem saberem elles o que vendiam nem o comprador que cousa comprava, até que

resolveram mandar alguns dos granetos ao governador do Rio de Janeiro, *Arthur de Sá*, e fazendo-se exame delles se achou que era ouro finissimo».

Confrontadas as duas narrativas, resalta desde logo a firmeza do depoimento de Claudio mencionando factos, datas e nomes de bandeirantes e governadores conhecidos, em contraste com o tom vago do jesuita—começando por um *dizem que* e falando de *um mulato, uns paulistas*, e um Miguel de Souza de quem não ha quasi outras noticias.

Quando á autoridade dos dois testemunhos, é certo que Andreoni esteve nas Minas em epoca mais aproximada da do descobrimento, mas escreveu appoioando-se nas narrativas e rumores, que corriam entre o povo—e que são os melhores factores das falsidades historicas: Seguiu neste passo os processos adoptados pelos chronistas da Companhia desde os primeiros tempos do Brasil.

Claudio Manoel da Costa veio mais tarde, mas é, incontestavelmente, de muito maior autoridade:

Nascido em 1729 de um reinol e uma paulista, sabia desde a infancia as tradições da sua terra, onde viveu até 1789, só se afastando della dos 15 aos 24 annos, de idade, em que foi estudante no Rio de Janeiro em e Coimbra. Por duas vezes em 1762 e 1773—foi secretario do governo das Minas, devassando nesta qualidade muitos archivos e emprehendendo de uma dessas vezes, com o governador, viagem de mais de 400 leguas pelas capitancias de Minas e São Paulo.

Escreveu o poema «Villa Rica» já em 1773, acompanhando-o de notas historicas, que apresenta sem temer contestações, declarando as cal-

cadavros nos monumentos das camaras e secretarias dos governos de São Paulo e Minas, assim como em tradições fidedignas e documentos, que lhe foram fornecidos por Bento Fernandes Furtado, um dos antigos paulistas e pelo sargento-mór Pedro Taques de Almeida Paes Leme, de São Paulo, pessoas ambas informadas e prestantes, segundo o poeta.

A todas essas credenciaes de autoridade historica, só contrapõe o Antonil as suas—de jesuita e quasi contemporaneo dos successos descriptos.

Acho-as insufficientes e—ao contrario da opinião commum—prefiro as do poeta de Villa Rica, parecendo-me até que seria de conveniência uma revisão, á luz da critica rigorosa, de muitos pontos como este, da nossa historia, em que temos prestado fé com demasiada facilidade, a narrativas menos consistentes.

E, enquanto não me demonstrarem o contrario, terei como certo que a Villa do Espirito Santo teve, no poema das bandeiras, um lugar importante, porque nella se mostrou ao mundo, sahido pelo caminho rolante das grandes aguas do Rio Doce—o primeiro ouro das Minas.

mão commum — Tecidos de relações e interesses praticos que devem ser criados

Por designação da presidencia deste nucleo Espirito Santense da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, coube-me a honrosa tarefa de vos fallar sobre a colonização e recolonização ou povoamento de accôrdo com as idéas do nosso nunca assaz admirado patrono.

Em lhe relembra as idéas esplendidas com a rara maestria no expôr e com o accendrado patriotismo que lhe illuminava a grande alma de pensador dos mais argutos de que se orgulha o Brasil, me volto para o seu pensamento que inspira, a todos nós, aqui reunidos no santuario onde vimos beber no mesmo calice e commungar no mesmo altar symbolico pelas luzes do amor patrio a se derramarem sobre nós, innundando-nos o espirito com o vivissimo clarão que todo dellas se irradia.

Na profundeza dos estudos e da observação dos grandes problemas nacionaes, porém, penso caber-nos, não só a propagação das idéas torrea-nas, mas desdobral-as, dando-lhes corpo e consequente emprego na pratica diaria dos negocios collectivos.

Não estamos aqui, Senhores, para destruir; não vimos aqui sómente apontar os nossos males; as falhas da nossa organização; não queremos fazer resaltar a fraqueza das iniciativas; não pretendemos tomar contas nem diagnosticar apenas, as nossas enfermidades. A fatalidade dos nossos esforços é a construcção dentro dos imperativos nacionaes, é a de tentar, dentro das nossas possibilidades, curar os nossos males procurando corrigir a nossa desorganização.

Desejamos animar iniciativas fecundas e proveitosas, bem como balancear os nossos va-

lores e, com os diagnosticos das nossas **doenças** descobrir a apropriada therapeutica a **cada** caso da clinica social, economica, financeira, politica, de que pretendemos modestamente nos fazer curandeiros, já que o apoucado [dos nossos esforços e a propria mesquinhez das nossas luzes, nos não permittem ser os medicos a restaurar, encorajar, fortalecer engrandecer, curar e restabelecer o organismo brasileiro.

Já de uma feita, convidado pelo "O Jornal" o collaborar no seu numero especial dedicado ao bi-centenario do café, em 1927, coube-me explicar a these da influencia da colonização branca no desenvolvimento da cultura desse nosso producto.

Documentando então o que me permittiram os meus labores ordinarios, fiz um esboço historico sobre a colonização do Espirito Santo, desde a entrada dos primeiros ilhéos portuguezes em Vi-ma, até a ultima tentativa de colonização allemã, tendo estudado o trabalho colonizador por elementos europeos, nos municipios de Santa Isabel, Alfredo Chaves, Benevente, Rio Novo, Cachoeira de Itapemirim, Santa Leopoldina, Pau Gigante, etc.

Observando os differentes aspectos que offerece a introducção de sangue europeu na formação dos novos typos raciaes, dei, então, preferencia aos povos do sul europeu, particularmente ao portuguez e italiano do Mediterraneo, dada a approximação racial ao commum do typo brasileiro e sua maior adaptalidade ao nosso meio, além da mais facil micigeneação entre nós.

Entretanto, não me passou despercebido notar a existencia de dois nucleos de população agricola constituídos de cearenses, um no municipio de Pau Gigante, outro no logar Pedreiras,

hoje Condurú, do municipio de Cachoeira de Itapemirim.

Esses caboclos nordestinos, tão inconscientemente malsinados até bem pouco tempo, se constituíram ali em agglomerados que prosperaram e enriqueceram pelo seu trabalho, cujo producto farto e abundante lhes propiciava relativo bem estar numa situação em nada inferior á dos habitantes de nucleos de colonização européa.

São-me necessarias essas considerações para confirmar, pela observação pessoal, o que venho aprendendo com Alberto Torres, que somos um dos povos mais sensatos e intelligentes do mundo.

«Sensível, generoso, nobre, hospitaleiro, trabalhador, o homem genuinamente brasileiro, fiel ao nosso espirito e sentimento tradicional, não deturpou o character na confusão cosmopolita das grandes cidades; mostra logo, á primeira vista, no seu riso aberto e na palavra mansa e serena, a intelligencia aguda, um raro senso da realidade, um engenho curioso e habil».

Eis porque, Senhores, fazendo resaltar o trabalho do brasileiro, salientei então os meus entusiasmos pela colonização das nossas terras por elemento nacional, embora rendendo justiça ao elemento alienigena, sobretudo aos povos mediterraneos, cuja approximação connosco é ponto pacifico e, por isso mesmo, indiscutível.

E quando se trate de colonizar ou simplesmente de povoar, embora reconheçamos, com Euclydes da Cunha, não haver um typo antropológico brasileiro, temos de confessar que, mau grado a constante diffusão de elementos estrangeiros, entre nós, esse typo se vae esboçando, pelo que opina esse mesmo publicista patricio, «predestinamo-nos á formação de uma raça historica em futuro remoto».

Sempre, porém, que tratarmos das coisas de nosso interesse, é forçoso abstrahir idéas preconcebidas, sobretudo aquellas recolhidas em suspeitissimas fontes estrangeiras, a se esforçarem por solidificarem a crença da superioridade das raças nordicas; donde, a supposição quasi generalisada da existencia de raças superiores a influir nos destinos das pretensas raças inferiores. Desde ha algumas dezenas de annos aprendi a reconhecer a falsidade dessa affirmativa, convencendo-me apenas de haver povos em maior ou em menor grau de civilização.

«A sciencia deitou abaixo a these da desigualdade das raças» (A. T.) O Delicocephalo louro não é um typo superior, definitivamente fixado pela evolução da especie, é tão sómente o typo victorioso do seu meio, por um longo periodo de desenvolvimento humano» (A. T.)

Por isso mesmo, reputo illusoria a credence entusiastica na introduccão de braços oriundos dos paizes estrangeiros, quando podemos encontrar no nosso meio individuos nem só já aqui aclimados, mas naturaes, soffrendo a resultante do desequilibrio economico e financeiro da hora actual, representados pelos párias de todos os tempos, sem tecto, sem pão, sem protecção, como pelos desoccupados do momento, que constituem a grandeza da massa soffrédora carecente de amparo opportuno.

Além dessas considerações de ordem patriotica e humana devemos concluir que “do phomeno de selecção natural mysologica, resultaria, que as raças autochtones tenderiam por natureza a fortalecer-se e as outras a decahir... se o meio artificial formado pelas condições de vida no estado de civilização permite a adaptação de individuos de outras raças, o conjunto de taes condi-

ções, cooperando com os factores mesologicos naturaes, deve favorecer particularmente as raças indigenas" (A. T.) E' sob esse aspecto que devemos encarar o povoamento das nossas terras virgens, como o repovoamento das vastas zonas julgadas cançadas, nas proximidades dos centros urbanos.

De longa experiencia e observação, concluímos que os povos alienigenas habitantes de meios completa e absolutamente diferentes do nosso, são incapazes para o trabalho de desbravamento tão necessario ás nossas terras virgens, cobertas de lenhos gigantescos, verdadeiro assombramento ao recém-vindo, afogado desde logo na grandeza apavorante das mattas seculares.

Dahi, difficuldades immensas na colonização das nossas zonas centraes, reunidas ás de ordem economica, sanitaria, etc., a reclamarem, como solução, gastos elevados e longo periodo de adaptação.

Não acontece o mesmo aos naturaes já afeitos ás difficuldades da vida, encarando-as com o estoicismo das almas conformadas com a fatalidade envolvente. Erros por muitos repetidos na suggestiva superstição da superioridade do braço estrangeiro, tem produzido esses nucleos de segregação de nacionaes de outros paizes em pleno coração do Brasil, verdadeiras ilhas ethnicas como lhes chama Oliveira Vianna, no affirmar que «nas nossas regiões immigrantistas, o Melting-pot, no sentido primitivo, ou melhor, no sentido colonial da expressão, não se constituiu.»

Ha bem poucos annos ainda, para a fundação do nucleo Affonso Penna, i.º municipio de Collatina, o governo recorreu a allemães, italianos, hespanhoes e hollandezes, o que quer dizer, a representantes das raças nordicas, iberica, celta

e atlantica sem pensar na mescla ou interfusão ethnica para a formação de um typo homogeneo em futuro embora remoto.

Só pela rama nos é dado tocar na solução de problemas de tão alta relevancia para o futuro da nacionalidade, dado o acanhado do tempo de que ora dispomos.

Entretanto ahi fica expresso, em largos traços, o pensamento que nos orienta, no projecto que pretendemos defender, para solucionar o importante problema do nosso povoamento, conjugado á solução de outros de indole economica, financeira e social que, postos em equação pela propria manobra dos acontecimentos, ahi estão a reclamar, senão a exigir sejam resolvidos justa, equitativa e opportunamente.

Os nossos patricios foram sempre abandonados e desprotegidos, e até mal queridos, para a colonização systematica das nossas terras.

Calumniados, diffamados, para elles se creou, á força de realejar ideias hoje vencidas felizmente, a lenda da madraçaria, incompetencia e incapacidade.

Emquanto aos estrangeiros se tem facilitado tudo, ás vezes com grande sacrificio para os cofres nacionaes, ao caboclo, matuto ou que melhor denominação se lhe dê, se tem negado a mais pequenina assistencia, lançando-o ao desamparo o mais completo, relegando-o para o ról das cousas inuteis.

E' necessaria uma corajosa e salutar reacção, quando mais não seja para a defesa dos nossos problemas financeiros, averiguado como está que a vida humana é capital equivalente a metal sonante.

Economistas varios se têm occupado da avaliação da vida do homem no Brasil, sendo que

Aureliano Portugal deu-lhe o valor de 3:000\$000; Carlos Seidl de 6:333\$340; Carneiro de Mendonça de 32:120\$000 e Afranio Peixoto, computando os dias de trabalho, a validez apenas de 84 %, da população, da qual descontou mulheres e crianças, achou a média geral de 9:600\$000.

E' esse o capital que representamos, *per-capita*, enquanto mais do que isso gastamos na introdução de immigrants que, em grande numero de vezes, não se fixam nos nucleos para onde vieram destinados, marchando, logo depois, em procura das cidades onde augmentam a já angustiosa super população urbana.

Para remediar esse inconveniente, para protecção aos nossos irmãos, para defesa do nosso typo em formação, para rectificação dos nossos problemas urbanos; para collocação, dos sem trabalho já em não pequeno numero; para o augmento da nossa producção como o fomento da nossa riqueza agricola; para o barateamento da vida nas cidades brasileiras, bem como para a defesa de uma grande e movediça corrente humana emigrada dos centros agricolas, e ainda mal adaptada nos nucleos urbanos, julgamos conveniente pôr em pratica o projecto que se segue:

1. Sempre que haja terras virgens a povoar, especialmente entre dois ou mais nucleos de população distantes entre si, serão localizadas, ao longo das estradas de penetração ou de simples intercommunição, nucleos coloniaes, em tal distancia um dos outros, que os habitantes de um se possam communicar, com relativa facilidade, com os de outro.

2. O governo, os governos ou empresas para isso organizadas dividirão as terras em lotes ou prazo de 25 hectares no maximo, todos com frente para fontes de agua potavel.

3. Lotizados os terrenos e numerados os lotes, serão construidas casas hygienicas, embora simples, e de pouco preço, com as necessarias accomodações para familias de 3 a 5 pessoas, construidas em pedra ou tijolo feito no proprio local da construcção; ou simplesmente em madeira retirada no proprio nucleo, e ahi aparelhada, serrada, etc., por trabalhadores contractados, preferentemente entre os possiveis futuros colonos.

4. Para séde de cada nucleo será reservada uma área igual a um lote, para nella se constru-irem, desde logo e inicialmente:

a) casa para administração do nucleo e para armazem de abastecimento;

b) pharmacia e posto medico;

c) escola para o minimo de trinta alumnos, tendo annexa a residencia do professor;

d) residencia para os funcionários neces-sarios.

Ao centro dessa área ficará reservado o terreno sufficiente para a construcção de um templo do credo religioso da maioria dos habitantes do nucleo, que tomarão a seu cargo essa construcção, quando julgarem opportuna.

Será tambem reservada uma área destinada a associações e clubs esportivos que se vierem a fundar.

5. A assistencia administrativa, bem como a medica e pharmaceutica póde ser commum a mais de um nucleo, conforme as distancias a que se achem.

6. Todas as edificações deverão ser feitas em local facilmente saneavel, dotadas de segurança, agua potavel, bem como de esgotos, ligando as installações sanitarias domiciliares aos maiores cursos de agua existente nas proximidades

ou mesmo a fossas constituídas por moldes previamente adoptados.

7. Em cada lote se reservará uma area de 5 hectares cercada de arame farpado, no centro do qual serão construidos a residencia do colono, galinheiro, cobertura e cercado para porcos e um pequeno deposito para as colleitas futuras.

Nesse terreno será feita a pequena creação de inicio, bem como as primeiras culturas, assim protegidas da invasão e ataque de animaes selvagens.

8. A limpeza e preparo desse terreno bem como as primeiras plantações ali deverão ser feitas pela propria administração dos nucleos e entregue ao colono ao ser este installado.

9. Para essa primeira installação o governo fornecerá a cada familia:

- a) casa e dependência feitas;
- b) a cultura iniciada;
- c) as ferramentas necessarias abaixo descritas:

1—machado de falquejar e um de derrubar;
2—foices; 3—um facão de matar.

Tantas enxadas quantas forem as pessoas de familia em condições de trabalhar.

1 picareta; 1 machadinha; 1 enxadão; 1 martello; 1 serrote.

d) Uma caixa de madeira com os medicamentos de urgencia, seringa de injeções, soro anti-ophidico, thesoura cirurgica, pinça etc., a criterio do medico do serviço dos nucleos ou do departamento da Saude Publica.

10. A cada familia será ainda fornecida a alimentação necessaria ao primeiro anno de vida, na razão indispensavel á manutenção individual de cada de seus membros, de modo, porém, que não exceda de 300\$000 mensaes para cada uma

isto emquanto a produção das primeiras culturas não poderem bastar ao proprio agricultor.

11. O fornecimento acima referido será feito pelo armazem da propria administração ou por negociantes devidamente autorizados, localizado no respectivo nucleo mediante vales que serão fornecidos por um fiscal geral de colonização, no fim de cada semana.

12. O governo ou empresa liquidará, mensalmente, no armazem, esses vales que constarão de escripta especial na administração e de cadernetas em poder do colono.

13. No caso de ser preferido o fornecimento por negociante estabelecido, a administração do nucleo fornecerá gratuitamente a casa para seu estabelecimento e lhe dará isenção de todos os impostos municipaes e estadoaes a que estiver sujeito, com a condição de serem feitos preços iguaes ou inferiores aos observados nas villas ou cidades vizinhas.

14. Para o primeiro estabelecimento, a cada familia de colono será fornecido um terno de gallinaeos, um casal de suinos e uma vacca ou cabra leiteira, em vias de reprodução.

15. O medico que servir a mais de um nucleo deverá visitar cada um delles pelo menos duas vezes por semana, sem embargo das vezes que isso se fizer necessario, em caso de urgencia.

15. A pharmacia fornecerá os medicamentos pela forma estabelecida para o fornecimento de generos alimenticios.

17. Ao medico, como ao pharmaceutico, fica o cargo de instruir os colonos para se prestarem mutuamente soccorros de urgencia.

Para auxiliar do serviço medico haverá ainda um enfermeiro visitador, fiscalizado e dirigido pelo medico chefe.

18. A cada colono serão debitadas todas as despesas feitas, escripturadas em livro especial e em cadernetas individuaes entregues a cada um delles, nas quaes deverá constar:

1º) o preço do terreno que lhe foi concedido;

2º) o custo da medição, planta, memorial, etc.;

3º) as despesas da installação, de custeio durante o primeiro anno; custo de medicamentos, animaes, etc.

19. No fim do primeiro anno serão encerradas as contas assim levantadas, para ser então iniciado o respectivo pagamento, pela 8ª parte, a partir do 2º anno de installação do colono, de modo que esse pagamento seja terminado ao fim do 10º anno da entrada de cada um.

Nessa occasião receberá elle sua quitação completa e a escriptura definitiva, que o emittirá na plena posse de sua propriedade.

20. Antes do pagamento final das terras, e de todas as despesas feitas, nenhum colono poderá onerar, por qualquer titulo, a propriedade em cujo gozo se ache.

21. Para facilidade das vendas dos terrenos juntos aos nucleos, serão concedidos aos colonos os lotes de numeros pares, de modo que entre um e outro fique o de numero impar, que poderá ser vendido a quem quer que seja, independente das condições aqui estabelecidas.

22. No intuito de incentivar o augmento da população e estabelecer laços estaveis de familia, será entregue, nas mesmas condições aqui estabelecidas, um lote de terras a cada casal constituído legalmente com elementos do proprio nucleo.

23. Os favores aqui estabelecidos serão dados a brasileiros natos e agricultores com attestado de moralidade e bons costumes no lugar de onde provierem.

Estas as linhas geraes para a colonização das terras virgens do interior.

Para o repovoamento ou recolonização das terras incultas ou abandonadas das proximidades de centros urbanos, o governo desapropriará a área precisa que, dividida, lotizada, etc. será entregue a cada colono nas mesmas condições acima estabelecidas, com os prazos de fornecimento e respectivo pagamento reduzidos á terça parte.

Os nucleos em torno de centros urbanos poderão ser constituídos não só de nacionaes mas também de estrangeiros domiciliados no Brasil ha mais de cinco annos e com filhos brasileiros, e não poderão ser estabelecidos a mais de 12 kilometros do centro urbano a que tiver de abastecer. No culto das coisas patrias não devem ser esquecidos os elementos suggestivos de modo a animar a educação civica das populações.

A idéa de patria inseparavel do homem e permanente em sua espirito deve ser, a cada momento revigorada.

Como factor psychologico á revivescencia desse elevado sentimento, é conveniente sejam dados, aos nucleos que se fundarem, denominações que recordem factos ou acontecimentos de elevada significação historica.

Eis, meus Senhores, as idéas basicas para o início de uma nova era de trabalho fecundo, encaradas sem fantasias nem idealismos mais ou menos impraticaveis, antes interpretadas na sua applicação ás realidades brasileiras.

“O povo brasileiro precisa ser immigrado á posse de sua terra e ao gozo de seu berço, porque o Brasil tem por destino ser um paiz agricola; toda a acção politica tendente a desviar-o deste destino é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos”.

(A T.).

Julgamos, por isso, do nosso mais imperioso dever ir ao encontro das classes dirigentes do Pais para lhes fornecer os pequenos elementos das nossas observações, como das nossas cogitações no proveito da terra em que nascemos.

E' saturado desse espirito nacionalista que nos devemos nortear na vida, voltando-nos para as nossas realidades, com o fim de aproveitar e incentivar as forças latentes e admiraveis de um povo que, animado dos mais sinceros devotamentos humanos, não pôde nem deve deixar em plano inferior a protecção e amparo dos seus naturaes, sacrificados em proveito de uma erronea politica immigrantista.

Attrahir immigrants é alterar o processo de formação natural do nosso povo, em equilibrio com os meios physicos e com as condições socias”, disse o nosso patrono.

Dentro da exposição simples e desataviada que aqui vimos fazendo de um plano de povoamento e repovoamento nacional, não foram esquecidos os elementos mais apropriados á formação de solidos agglomerados de população nacional, fortalecidos por uma ponderada assistencia medica, religiosa, etc., com o desejo manifesto de fazer os centro de producção activa da terra, trabalhada pelo homem amparado, protegido, assistido para nos ajudar no reerguimento das nossas riquezas combalidas por erros repetidos, embora quasi sempre inevitaveis.

O de que precisamos é de encarar de frente, sem dilletantismo, nem poesia, os nossos mais sérios problemas, inspirados nas judiciosíssimas palavras de Saboia Lima, "esse é o immenso mal do nosso Paiz, onde as intelligencias não sabem manter sobre todas as coisas senão a attitude critica e a de dilletantismo literario, quando o que se está impondo é a coragem de iniciativa e da responsabilidade de solver".

Ha muito temos vivido do appello ao braço estrangeiro e nem outra foi a solução no periodo da maior actividade agricola da nossa fidalguia rural, appellando para o africano, aqui introduzido em grandes proporções.

Dahi para cá, no falso presupposto do melhoramento das raças pelo cruzamento repetido, temos introduzido, anarchicamente, elementos ethnicos inassimilaveis uns, e outros perturbadores da formação do nosso typo do futuro.

Biologistas ou ethnologos que repellem a doutrina da desigualdade natural das raças, não concebem favoravelmente aos cruzamentos, antes os acham elemento perturbador da selecção natural, donde poder-se-ha affirmar que «não tem base scientifica a opinião corrente entre nós, de que o cruzamento é um meio de aperfeiçoamento ethnico; os dados de observação e as mais provaveis inducções scientificas inclinam antes a evitar do que a procurar os cruzamentos.

Ainda nos dias que correm se vae agitando a questão da introdução de grandes massas de assyrios nos nossos campos.

A Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no Rio de Janeiro, já se manifestou a respeito, procurando obstar a immigração inteiriça do estrangeiro no nosso meio, principalmente quando se acham no valle de S. Francisco cerca de 20.000

familias brasileiras que padecem os horrores da fome por falta de regulamentação do trabalho.

E' de estarrecer que um Paiz, com tamanhas reservas de energia potencial, pretenda appellar para elementos que viriam, sobretudo, aggravar os nossos problemas urbanos, sem modificar, melhorando, nem aliviar os que de origem economica teremos de resolver corajosamente e sem desfalecimentos, se não quizermos nos reduzir ás condições do Egypto ou da India, de cujos destinos nos vamos avizinhandos a passos largos.

Nem por isso o nosso alarme poderá se igualar á plangencia da coruja, arrancando do extase contemplativo da paizagem envolvente o viajor incauto.

Não somos preguiçosos do mal. Entretanto, vemos, pesarosos, as maiores reservas da nossa riqueza publica e particular em mãos de empresas e argentarios estrangeiros; a nossa maior riqueza exportavel nas mãos destes, por elles em ultima phase valorizada; as nossas industrias e principaes estabelecimentos de credito: as nossas vias ferreas e até grandes tratos de territorio nacional arrendados ou vendidos. Aos retalhos, nos vamos reduzindo a condição de colonia.

Como reagir, como evitar esse descalabro?

Tendo fé nos nossos destinos, appellando para o trabalho organizado com objectivos nacionaes; resolvendo os nossos problemas intimos com a resultante da nossa propria experiencia e observação, com altivez, com coragem, com acção opportuna, prompta e efficaz.

Os publicistas de todos os matizes, que escrevem, sobretudo na Europa, livros tão apreciados pelas nossas elites, criaram theorias que lhes são proveitosas e convenientes aos seus objectivos nacionaes, mas que não podem deixar de ser

encaradas sem reservas pelos povos em permanente crise de crescimento como o nosso.

Assim em política, em economia, em finanças, em educação, como em tudo mais, devemos procurar attingir um certo grau de autonomia, que nos permita ler pelas nossas próprias cartilhas, observando os mandamentos das nossas conveniências.

Até hoje não somos inflacionistas nem deflacionistas, protecionistas nem livre-cambistas, porque, simplesmente, ainda não assentamos as bases da nossa política econômica e financeira, orientada dentro de uma certa rigidez dos imperativos nacionais.

Ora, se tal condição, que deveria ser a primeira a merecer especiaes cuidados pelo muito de interesses immediatos que disso poderão resultar, ainda nos encontramos, como pretendermos a solução scientifica de problemas de mais remota repercussão?

Felizmente, um povo que tem resolvido alguns dos mais importantes problemas com prudencia e sabedoria não pôde descrever de suas energias, desesperançar-se do porvir que o aguarda.

O grande Roosevelt, quando de sua viagem aos sertões do Brasil, sentiu se profundamente impressionado pelo modo por que aqui teriamos resolvido a fusão das raças negra e branca sem estremecimento nem commoção para o organismo social, emquanto que na sua grande patria estas duas raças continuam distanciadas por um fosso já hoje intransponivel, com grave ameaça ao destino da nacionalidade.

Nesse, como em outros casos, as élites pensantes nada influíram.

Poderíamos quasi afirmar, conforme o fraseado popular, que Deus é brasileiro.

Não podemos, não devemos, porém, aguardar a providencia divina numa contemplação nirvanica das possiveis riquezas do nosso Paiz.

Cumprre-nos estuda-los, despertar-lhe as energias somnolentas, sacudir os nervos dos anestheziados e contemplativos, agir pelo trabalho perseverante de todos os dias, de todas as horas com a bussola da nossa intelligencia e do nosso coração.

Consideremos que temos honroso passado a defender; lembremo-nos que temos um grande patrimonio para zelar.

Inspirados nos mais alevantados principios de solidariedade humana, creemos, por isso mesmo, a nossa riqueza para nosso regalo, como para auxilio aos nossos semelhantes; não nos olvidemos, comtudo, que estamos em nossa casa, dentro da qual teremos de agitar a nossa actividade util para nós, para os nossos vizinhos, como para os nossos hospedes.

O matuto brasileiro, honrado e agradecido pela presença de hospedes, dá-lhes, de ordinario, a melhor cama e o melhor logar á sua mesa.

Enquanto estes dormem bem e saboreiam o melhor bocado, elle, o hospedeiro, dorme na esteira e chupa os ossos dos restos que lhe ficaram.

Sejamos fidalgos no acolhimento, sem extremos de tal natureza: não nos esqueçamos que estamos em nossa casa, onde devemos ser respeitados porque a nossa vontade é soberana. Defendamos com digna altivez o que é nosso, sobretudo a nossa honra nacional, que se «não lava com sangue nem com a morte: essa honra está, ao contrario, na consciencia da responsabilidade, que temos, como depositarios de bens; civilização e prosperidade de que somos os guardas e de que o futuro é credor nosso». (A. T.)

A nossa politica colonizadora, como, aliás, a maioria das nossas iniciativas se vae até agora norteando por idéas preconcebidas, de ordinario auridas em publicistas extranhos ás nossas realidades patrias.

Falta-nos ainda construir as grandes columnas estruturales do enorme edificio nacional.

Agora mesmo se agitam, na assembléa constituinte, idéas inspiradas no mais sadio desejo de servir á nação, entretanto sem rumo certo.

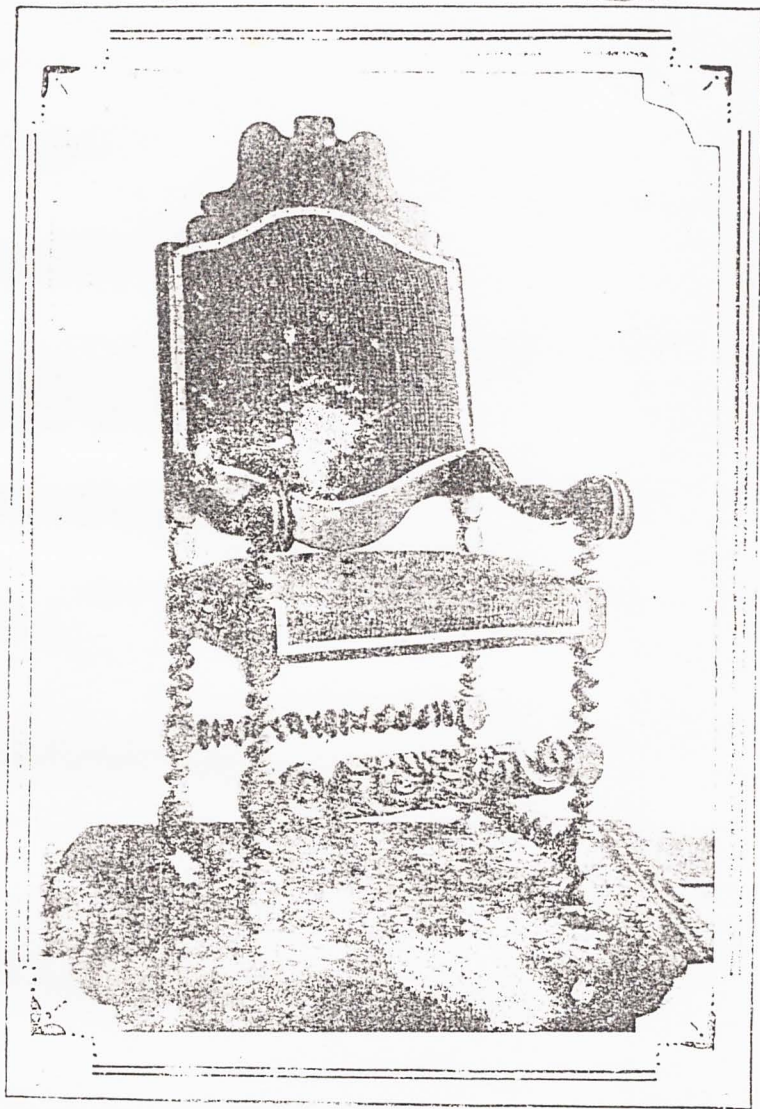
Os mais esclarecidos espiritos alli reunidos, porém, condemnam a orientação puramente economica que temos dado ao nosso problema de povoamento, descurados da formação do nosso typo racial almejado, antes penetremos corajosamente na phase eugenetica que aqui procuramos defender.

Um philosopho indiano, na sua encantadora linguagem metaphorica, avançou que nenhum homem se completa enquanto no seu destino se não enquadram tres condições: produzir um filho, escrever um livro, e plantar uma arvore.

Pela primeira, compreendemos, fica o homem obrigado a constituir familia; pela segunda se attribue o dever de communicar a outrem as elocubrações de sua intelligencia, ensinar, educar, propagar suas idéas: pela terceira, a mais material, mas não a menos importante, occorre-nos a imperiosidade de cultivar a terra, dar-lhe carinho e assistencia, regal-a com enternecimento de filho, tratá-la com o amor que dariamos á nossa propria progenitora.

A constituição da familia, a propagação da educação e o cultivo e amanho da terra, constituem sublime trindade para preencher todos os nossos destinos.

Uma Reliquia



Velha cadeira que, acredita-se, pertenceu, ao grande evangelizador padre José de Anchieta, ainda existente na matriz da cidade a que elle deu o nome.

Que mais poderemos ambicionar quando houvermos, como homem ou como nação, cumprido religiosamente, rigorosamente, escrupulosamente tão sagrados deveres!

Dentro dos imperativos do nosso patriotismo, teremos de nos voltar para a observação das nossas realidades, ha pouco synthetizadas por illustre compatricio, (Generoso Ponce, deputado por Mato Grosso) no rudimentarismo da educação nacional, no despovoamento do nosso grande territorio, na debilidade organica das nossas populações, no analphabetismo generalizado, na agricultura desprezada, nas jazidas do nosso sub solo desaproveitadas, males aliás curaveis, desde que "ao trabalho de organização nacional presida um criterio rigidamente educacional em todos os sentidos".

Soffremos de uma generalizada crise de educação, falta de gente sadia, como de producção capaz de nos impormos como nação organizada e prospera. Pois bem.

Para remediar alguns dos males aqui apontados, indicamos o remedio. Simples, ao alcance das nossas possibilidades financeiras, de solução que pôde ser dada sem abalos nem atropelos, attendendo sobretudo á defesa de nossa gente, e ao povoamento do nosso solo.

Para maior clareza, descemos a minucias, por vezes exaggeradas.

Perdões muitos, pedimos por isso, aos que nos honram com a sua attenção. Justificamo-nos, porém, com o desejo de concorrer, com o modestissimo concurso das nossas forças, para impulsionar o carro, que já vae rodando, na estrada do progresso.

No nosso plano, procuramos nos tornar claros, attendendo á organização do trabalho, á educação de novos nucleos de civilização, ao descon-

gestionamento das cidades pelo aproveitamento de actividades em paralyzação forçada, á constituição de novas familias e educação religiosa das populações a se desenvolverem e á defesa economica e financeira, para a formação de novos centros que serão os germes de futuras organizações politicas e administrativas, pela formação de novos municipios, pela communicação por estradas amplas e numerosas, necessarias á circulação das riquezas que virão a se desenvolver.

Dahi o nosso principal objectivo, chamar attenção para o nosso homem e para nossa terra, procurando fixar aquelle a esta, porque entendemos que quando isso conseguirmos, de modo estavel, teremos assentado as principaes bases de uma solida prophylaxia das revoluções.

Da exploração intelligentemente methodica da terra jamais nos deveriamos-ter afastado; antes nos poderiamos orgulhar da divisa de outróra de sermos paiz essencialmente agricola.

Aquelles que melhores resultados têm tirado da agricultura são os povos hoje melhor defendidos contra a anarchia de todo o mundo.

Lembre-mos da França, cujas resistencias se baseiam, sobretudo, no cultivo da terra.

Com essa politica de trabalho arrancando do sólo elementos de prosperidade, poude Portugal annunciar, ha poucos dias, que não tem dividas internas e se acha em condições de pagar as externas no prazo que lhe fôr exigido.

E' da terra que temos vivido e é para ella que nos devemos dirigir afoitamente, se não quizemos sacrificar as nossas liberdades ora periclitantes.

Pleno fastigio da civilização romana.

Tarquino, a quem se attribue a dotação a Roma de aqueductos, esgotos, templos, escolas, dei-

xara, como possiveis successores, a seus filhos.

Desejosos de saberem a qual delles caberia o throno, dirigiram-se a Delphos, levando Bruto em sua companhia.

A' interrogação do fundo do santuario, uma voz respondeu :

«O primeiro de vós, oh mancebos, que beijar sua mãe, possuirá o throno de Roma». Os Tarquínios não deram curso á resposta com receio de seu irmão Sexto, que ficara em Roma, receiosos de que esse realizasse a prophécia.

Bruto, porém, que se fingira tolo, dando melhor interpretação ao oraculo de Pythias, fingiu que cahira e beijou a terra, a mãe commum de todos os homens.

«Existem affinidades secretas, laços de familia entre o povo e a terra; beijando esta mãe, isto é, cultivando-a, prodigalizando-lhe cuidados e carinhos filiaes que o povo recobra, cedo ou tarde a sua soberania.»

(Skyros — Marthyres da liberdade).

E', meus Senhores, pelo estreito conubio entre o homem e a terra que se fazem grandes as nações. Da mais intima symbiose da terra com o homem, resultará, sem duvida, convençamo-nos, a grandeza de nossa Patria, já hoje collocada no decimo lugar entre as mais populosas do globo e melhor classificada, dentro de alguns decennios mais, se soubermos criar e desenvolver a riqueza publica. inspirados na unidade nacional, porque, no dizer do nosso preclaro mestre e patrono — «um paiz só possui unidade quando cobre a sua terra e envolve os seus habitantes um forte tecido de relações e de interesses praticos: se esses interesses e estas relações não resultam, espontaneamente, da natureza da terra e do caracter do povo, é indispensavel criá-los».

Cavendish em Victoria

ADELPHO MONJARDIM

Morre numa orgia de luz a tarde de fevereiro de 1592.

Occultara-se o sol para além das elevadas serras do occidente, e o firmamento afogueado tinge de purpura as águas da Bahia da Victoria.

Tudo respira calma e socego. Nem a mais leve brisa a encrespar a vastidão deserta das águas.

Da Ponta do Tagano á Ponta do Tubarão, a barra immensa defronta o Atlantico.

Avisinha-se a noite, envolvendo em poetica penumbra o céu, a terra, o mar; e a natureza exuberante e agreste, num rosario infindavel de ilhotas verdejantes, adormece reclinada sobre as águas.

No dorso poderoso do Moreno, abeirando o abysmo, qual pouso de condores, minuscuro e alvo abrigo mescla-lhe a morena estrutura — a «atalaia». O olho lusitano, a correr vigilante, irrequieto, os mares cubiçados das suas conquistas. Nella, confiante, dorme a soberania portugueza. O gentiu batido não ousa approximar-se e as pesadas náos de S. Magestade sabem afastar o perigo das incursões franco-hollandezas.

A'quella hora, sobre o rochedo, á porta do abrigo, está um soldado. E' joven ainda e profunda nostalgia parece acabrunhal-o. Queixo apoiado na mão espalmada, fita o mar. De subito, seu olhar, ate então absorto, fixa-se, com extranho fulgor, para as bandas do sul. Ergue-se agitado e de um salto penetra na «atalaia», para voltar com mais companheiros.

Acercando-se do rochedo, perscruta o grupo inquieto, o ponto que o *vigia de quarto* indicara. Um — ah! — de ansiosa expectativa daquelles peitos escapa-se abafado.

Enfunadas velas recortavam-se na barra indecisa do horizonte.

Amigos ou corsarios?

E tormentosa interrogação lia-se em todos os semblantes.

— Alguma frota de passagem, diziam uns.

— São barcos portuguezes que vão a Porto Seguro, lembravam outros.

Porem, a derrota do barco suspeito affirmava o contrario.

Agora se divisava, nitida, a silhueta de um galeão de alto bordo, em todas as suas pesadas linhas, buscar com precaução a barra, e em sua magestosa esteira outras velas desfraldarem.

Uma... Duas... Tres! Quatro!! Cinco!!! e o assombro empolgou os observadores.

Das ultimas naos, a menor, mais agil e ligeira, tomou a frente, procedendo o reconhecimento.

Já bem proxima, deixou perceber no tope do velacho, a grande cruz branca de Inglaterra.

— Piratas inglezes! Exclamaram, attonitos.

— Cavendish!

Como uma bomba, entre os soldados explodiu este nome.

Quem desconhecia a sua fama?

Quem sem pavor havia nos ultimos annos
singrado o Pacifico?

Ali estava o «Tigre Vermelho», — alcunha
do hespanhol temente das suas razias aos esta-
belecimentos da America, onde levara a morte e
a desolação.

Eram, com effeito, as naos de Thomaz Ca-
vendish.

«Desire», e «Daintie», mais ligeiros, forma-
vam a guarda avançada; «Blacke Pinese» e «Rou-
buck», a retaguarda, fechada pelo «Leicester»,
capitanea.

Não era, porem aquella mesma esquadra
que um anno antes largara de Plymouth, cheia
de ardor, e sonhos de conquistas, para os ver-
des mares do sul. O desastre de Magalhães e o
insuccesso de S. Vicente deixaram fundos e de-
vastadores vestigios. Velas rotas, mastareos par-
tidos, tripulações dizimadas e famintas, eram tristes
recordações apenas. Quilhas amolgadas, cascos
fendidos, despojados das vistosas côres de ou-
tr'ora, falavam dos temporaes do atormentado
Estreito.

Fundeara o «Desire», não muito longe do
Moreno. Commandava-o o famoso John Davis, e
este minuscuro navio de 140 toneladas era a
gloria da esquadra. Os demais, aguardaram ao
largo o romper da manhã.

.....

Emquanto esperava Cavendish o despontar
do dia, para uma eventual sortida, os lusos,
da «atalaia» correram presurosos a dar o alarme
na contigua Villa.

Indescriptivel foi o panico causado aos in-
defesos habitantes, que, em sua maioria crean-

ças e mulheres, buscaram refugio nas mattas vizinhas ao littoral.

Os homens validos e os poucos soldados, aprestaram-se para a defesa incontinenti. A Victoria, séde do governo, foi enviado um mensageiro com a infausta nova, ao tempo que faziam rebocar ao abrigo do porto treis veleiros que estacionavam na enseada.

O capitão de Ordenanças Miguel de Azere-do, adjuncto de D. Luiza Grinalda, que por morte do seu marido Vasco Fernandes Coutinho Filho, assumira a Capitania, sabedor que foi da chegada dos corsarios, tratou immediatamente de aproveitar as poucas horas da noite que lhe restavam, para preparar a defesa. Aos indios Goytacazes, acampados nas proximidades de Villa Velha, fôra feito urgente appello, attendendo-o o seu cacique Jupy-Açú, com 200 homens.

Entre o astuto indio e o fidalgo portuguez, foi delineado o plano de defesa. Para illudir os inimigos e dar impressão de possuirem grandes recursos, mandaram accender nos morros circumdantes á bahia, a partir do Moreno e a terminar no Penedo, grandes fogueiras. Ardil que mais tarde se verificou ter sortido effeito, evitando o ataque nocturno.

Na bocaina existente ao lado direito do Penedo e na parte fronteira, no morro em que noventa annos mais tarde ergueriam o "Forte de São João", no mais apertado passo da bahia da Victoria, construíram apressadamente dois fortins de taipa e pedras soltas, disfarçados nos proprios mattos.

Contra a opinião dos seus capitães, quiz Cavendish atacar a villa durante a noite, dando

ordem que o seu navio, o "Leicester", abicasse á barra, contando para transpor-a, com o auxilio do pratico portuguez Gaspar Jorge, que poucos mezes antes, nas alturas do Cabo Frio, aprisionara em um barco mercante de Pernambuco.

Não se sabe ao certo se devido á escuridão, se ao excessivo calado, ou premeditação, fôra a não encalhar ruidosamente nos baixios da Ilha D. Jorge de Menezes (hoje do Boi), ficando em posição difficil.

Inteira foi afanosa a noite aos inglezes, que até alta madrugada lutaram para safar a capitanea, e quando o sol despontou pela manhã, foi illuminar em sua verga maior o pratico enforcado.

Pejado de apprehensões rompera o dia, a luz do qual as escarlates insígnias de S. Jorge refulgiram sob o céu do Cruzeiro.

Alinharam-se em ordem de batalha as náos de Cavendish.

Sobre as amuradas denegridas, faces tostadas surgiam para desaparecerem com egual rapidez, em louca azafama. Faces que em seus gilvazes tinham escriptos os horrores da vida filbusteira.

Eram aquelles nomades dos mares a fina flor da maruja do "Tigre" alcatea faminta, de pupillas incandescentes, preste á pilhagem, peores talvez que as bôcas explosivas das esgalgadas columbrinas. Tão pavorosos, que em vel-os fraquejavam os mais fortes.

O "Leicester" guardava fundo proximo á ilha D. Jorge de Menezes, a ré, para bombordo, oscilava contra a ligeira corrente, o elegante "Desire". Cock postou o "Roebuck" a meia amarra da Ponta do Tagano, conservando o "Daintie",

o centro, para completar o bloqueio, e ao fundo o "Black Pinese".

No costado do "Leicester", foi atracar um lanchão que saíra do "Daintie", ficando outro ao largo. Do atracado, subiu ligeiro as escadas da capitanea um joven de elevada e poderosa estatura—o capitão Robert Morgan.

Esperava-o na armurada, Thomaz Cavendish. Embora envelhecido e alquebrado, causava ainda respeito e temor o seu talhe agigantado e rude. Capa e gibão de velludo preto, guedelha ruiva, faces sardentas marcadas a pontações, inspirava repulsa, porem, a nota sinistra e chocante era o contraste que com a sua unica pupila viva e brilhante, fazia a banda negra que encobria a esquerda, vasada no furor de uma abordagem.

Entre elle e o recémvindo, travou-se curto dialogo e ordens foram dadas a Morgan, para com os 80 homens dos lanchões proceder o reconhecimento até Victoria, não devendo, sob pretexto algum, tocar em terra, voltando incontinentemente com as observações colhidas.

Largaram os dois lanchões em remadas vigorosas pelo canal. Em pé, na pôpa do dianteiro, olhar vigilante, mão firme no lême, Morgan procedia com cautella. Teriam percorrido 5 kilometros quando alcançaram o Penedo. Ahi no estreito gnardavam os dois pequena distancia.

Seriam seis horas da manhã. Apenas o bater cadenciado dos remos se fazia ouvir, quando, inopinadamente, da encosta norte, do fortim improvisado á noite, rompe nutrido fogo acompanhado por copioso chuveiro de flechas. Dois homens caem feridos e um morto. Surprezos estacaram e, cumprindo o que lhe fôra determinado, ordenou Morgan, que retrocedessem: tempo que do fortim sul abriram fogo, produzindo novas bai-

xas. Furiosos os marinheiros insurgiram-se contra as ordens, e dentre todos, um mais ousado acoimou-o de covarde! Rubro de indignação, o bravo lobo do mar abateu-o com um tiro de pistola, ordenando em seguida, que o seu lanchão approasse para o fortim norte e o tomasse de assalto, fazendo o mesmo ao do sul, o outro.

A gente de Morgan foi vivamente acometida a flecha e a tiros de arcabuz. Resoluto, elle foi o primeiro a dar o exemplo, saltando em terra e investindo o fortim, alto de 10 pés.

Os defensores redobraram de energia e grossas pedras roladas pela encosta da montanha, augmentaram a confusão no meio da marujada, mas com rara coragem e energia soube conduzi-la á victoria, levando de vencida indios e portuguezes, que abandonaram em precipitada fuga o fortim em seu poder.

Tão felizes não foram os atacantes do sul. Chegados a pequena distancia da praia, encailharam em uma pedra conhecida por "Bahú", ficando expostos, indefesos, ás hostilidades dos defensores.

O fortim ficava em posição vantajosa, quasi inexpugnável, entre a Pedra da Urca e o Penedo, sob o denso arvored.

Vendo a afflictiva situação dos companheiros, correu a auxiliá-los. Manobrando habilmente, escudado na colossal mole granítica, chegou á praia sem ser molestado, ordenando para o descenralhe da lancha, que parte das tripulantes se atirasse á agua, nadando para terra.

Duramente guerreados, emprehenderam os homens de Morgan o ataque, com o effectivo bastante reduzido.

No primeiro impeto foram até ao pé da bateria, semeando mortos á sua passagem, quando

uma avalanche de pedras desabando sobre elles, provocou o panico, pondo-os em fuga louca para a praia, sob forte assuada dos contrarios. Morgan, que ensanguentado lutava com um troço de portuguezes, vendo os seus abandonarem vergonhosamente o campo, exprobou-lhes duramente a covardia, incompativel com as tradições gloriosas da armada ingleza. Envergonhados, voltaram á carga e Morgan, num supremo arrojo, alçou de escalão o muro do fortim, para gloriosamente baquear ferido.

Tombado o chefe, nada mais conteve os marinheiros, que buscaram na fuga a salvação.

Robusto como era, embora mortalmente ferido, ergue-se Morgan, sobresahindo-se sua elevada estatura no meio do tumulto. Sua espada, um mollinete vivo, recebia e contestava golpes tremendos. Enfraquecido, encostou-se á trincheira, batendo-se sempre com furia leonina. A um appello dos marinheiros, para fugir, retrucou-lhes com altivez:

E' necessario que o meu sangue lave o nome de Inglaterra, que vocês não souberam honrar"!

E, exausto, tombou o heroe para não mais erguer-se.

Na ansia de fugir á sanha dos vencedores, que irrompiam em magotes pelos cantos da praia, largaram-na em atropelo, deixando em suas mãos infelizes companheiros e muitos outros, que procurando a nado a salvação foram perecer nas traiçoeiras aguas do canal.

Das altas amurados do "Leicester", viu o "Tigre Vermelho", cheio de ira e de despeito, o retorno da sua gente dizimada e vencida. Não era elle mais aquelle mesmo "Tigre" que fôra o terror de Hespanha. Pallida imagem apenas. Melhor assim para aquelles desgraçados.

Com torvo olhar buscou Morgan entre os vencidos.

Inutil procura.

Um riso contrafeito eriçou-lhe o hirsuto bigode.

No luxuoso camarim da capitanea, diante dos chefes da esquadra, do capelão e da maruja formada, fez registrar no "Diário de Bordo", o que em alta voz ia dictando:

"8 de fevereiro de 1592. Brasil—Soffremos hoje, em Victoria, o mais duro revez da nossa jornada.

Dos 80 homens que seguiram o capitão Robert Morgan, em serviço de reconhecimento, apenas 52 voltaram, ignorando-se mesmo o destino do proprio capitão.

Tem se como causa certa do malogro da expedição, a inhabilidade e covardia demonstradas por Morgan"...

Rompendo a fila que, contricta, ouvia a voz rouquenha de Cavendish, adiantou-se para o centro do camarim, John Davis, com imponente porte.

Interrompendo-se, o "Tigre", fita com duro cenho, o famoso descobridor das Falklands. Este, livido, mal occulta a colera que o domina. Não ignoram os presentes, o fundo resentimento entre os dois marinheiros.

Cavendish, interpella-o com rudez:

— Que deseja, capitão?!

— Lembrar a Thomaz Cavendish, que maior covardia é insultar quem não se pôde defender!

Um relampago de odio perpassou ligeiro pela solitaria pupila do velho pirata.

— Atreve-se a chamar-me covarde??

E a sua mão tremula busca o punho da espada.

— Almirante, retrucou John Davis, com soberba altivez, appello apenas para a sua generosidade.

Considerar-me-ia indigno, se a vós, que a ferro e fogo dos mares varrestes as armas de Castella, emprestasse o aviltante apodo!

Cavendish, inclinou-se, ligeiramente, ao cumprimento.

— Robert Morgan, almirante, é aquelle mesmo que, sob as suas ordens, dobrou o Cabo Horn, pelejou nas Molucas e ao seu lado lutou no ensanguentado convéz do galeão "Sant'Anna"!

Visivelmente enfarado, Cavendish impoz silencio com imperioso gesto; continuando a ditar:

"Cabendo ao Capitão Robert Morgan, culpa exclusiva do fracasso das nossas armas, em nome de S. M. a Rainha, considero-o desertor e traidor à patria.

Grossas lagrimas sulcaram as faces severas do generoso John Davis.

Vendo-o chorar, exclama Cavendish:

—Capitão! Chorar não é digno de um marinheiro!

—Pôde ser indigno, almirante, mas é sem duvida mais nobre que o ultrage!

Com gesto brusco desembainha a espada, e tomando-a entre as mãos possantes, parte-a em dois pedaços, que atira com desprezo aos pés de Cavendish, assombrado e perplexo.

Cabisbaixos, retiram-se os presentes, levando n'alma o travor da innominavel injustiça, porem, unica capaz de aplacar a furia impotente do velho corsario.

Estava escripto que elle tambem não chegaria à patria. Em 20 de maio, d'aquelle mesmo anno, minado por atroz desgosto, falleceu pouco alem das costas de Pernambuco, tendo o mar por sepultura.

SEGUNDA VIAGEM AO INTERIOR **DO BRASIL**

ESPIRITO SANTO

AUGUSTO DE SAINT-HILAIRE

1 8 3 3

CARLOS MADEIRA

(prefaciou, anotou e traduzio)

Historia da provincia do Espirito Santo. Sua decadencia. Retrato dos governadores Antonio Pires da Silva Pontes Leme, Manoel Vieira de Albuquerque Tovar e Francisco Alberto Rubim. Vantagens das quaes goza a provincia do Espirito Santo. Estragos das grandes formigas; algumas pessoas comem-n'as, com prazer. Limites da provincia do Espirito Santo. Sua população. Seu nome. Suas cidades. Administração da Justiça. A das Finanças; rendas. Forças militares. Administração ecclesiastica. Character dos habitantes do Espirito Santo. Incorreções que se

introduziram na sua linguagem. Costumes. As mulheres do Espirito Santo.

Os historiadores não estão absolutamente de accordo quanto ao nome das tribus selvagens que, no tempo do descobrimento, habitavam a porção do litoral entre o Cabapoana e o Rio Doce, mas, sabe-se que na epoca em que o Rei João III repartiu o litoral do Brasil, doou (1534) a provincia do Espirito Santo ao nobre portuguez Vasco Fernandes Coutinho.

Este desembarcou na America com um certo numero de colonos, entre os quaes se achava Jorge de Menezes, ex-governador das Molucas, condemnado ao exilio por horriveis atrocidades.

Os portuguezes obtiveram logo brilhantes victorias sobre os indigenas apavorados; fundaram, perto da bahia do Espirito Santo, a cidade que se chama hoje Villa Velha, construíram um forte e plantaram canna de assucar. (1) Entretanto, esta situação favoravel não foi duradoura. Exasperados pelas crueldades dos portuguezes que, segundo a expressão de um de seus historiadores, se mostravam mais barbaros que os proprios barbaros, os indios destruíram as plantações dos seus inimigos, queimaram suas casas

(1) — Ve-se, portanto, que ha bem pouco tempo a canna de assucar começára a ser cultivada no Brasil, quando foi introduzida na provincia do Espirito Santo. Quem a plantou primeiro na America portuguesa, por volta do anno de 1531, foi, como já se viu, Martin Affonso de Souza, fundador da Capitania de São Vicente. Este illustre capitão é chamado Martino Alfónso na «Agrostologia» de M. Martius; porem, esses dois nomes não são, absolutamente portuguezes e, como se suppõe, foram deturpados por engano do revisor ou copista da excellente obra do sabio bavaro, que parece ter sido impressa distante d'elle.

e massacraram todos aquelles que cahiram em seu poder. Para fugir aos seus ataques, os brancos abandonaram a cidade que haviam fundado e retiraram-se para o lugar onde está hoje a capital da provincia do Espirito Santo. Lá, ainda foram atacados pelos indigenas; mas, finalmente, conseguiram, por sua vez, uma grande victoria e acreditando-se devedores desse successo á intervenção da Virgem Maria, consagraram-lhe o novo estabelecimento, denominando-o Villa de Nossa Senhora da Victoria.

Nos combates que os portuguezes travaram contra os indios, succumbiram, successivamente, Jorge de Menezes e um outro nobre tambem exilado, Simão de Castello Branco, que assumira o governo da colonia, enquanto Coutinho, animado com seus primeiros exitos, havia ido procurar novos auxilios em Portugal. Fernão de Sá, filho de Mem de Sá, governador da Bahia, morreu tambem nas guerras contra os indios da capitania do Espirito Santo.

Por fim, o fundador da colonia, depois de haver esgotado, para defende-la, seu patrimonio e as riquezas adquiridas nas Indias Orientaes, ficou reduzido a viver de esmolas e não deixou, sequer, um lençol para o amortallar.

A tranquillidade de que a colonia em formação tanto necessitava e que os portuguezes não haviam conseguido, espalhando o terror entre os indigenas, essa tranquillidade, digo eu, os jesuitas souberam conquistar pela persuasão. Elles não temiam reprovar aos portuguezes sua espantosa tyrannia e ao mesmo tempo levavam aos indios palavras de amor, paz e de liberdade.

Por seus cuidados, e sobretudo, pelos do heroico Anchieta, os indigenas abraçaram o chris-

Nessa epoca, a capitania do Espirito Santo não havia ainda sahido da familia do primeiro donatario; ella pertencia a Francisco Aguiar Coutinho. (I) Por volta de 1690, um dos descendentes deste ultimo, Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, vendeu-a por quarenta mil cruzados ao coronel Francisco Gil Araujo. Foi tambem, successivamente, propriedade de dois donatarios; mas, afinal, em 1717, o rei João V adjudicou-a pelo preço que fôra vendida a primeira vez, e incorporou-a ao dominio da corôa (II).

Durante longo tempo, esta capitania fez parte do governo da Bahia e então foi administrada por capitães môres. Por fim, em 1809, tornou-se uma provincia inteiramente independente, e se lhe deu por governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, ao qual succedeu Francisco Alberto Rubim, que estava ainda em exercicio na epoca de minha viagem (III).

Emquanto estas mudanças se operavam na administração da capitania do Espirito Santo, a prosperidade de seus habitantes experimentava tambem grandes entraves.

Depois de ter, por defesa geral, um pequeno forte protegido por uma guarnição de 34 homens,

(I) — E' a elle que Alphonse de Beauchamp, na sua historia tão pouco conscienciosa, chama Aughian Couthinho (Hist. Brás, II, 170).

(II) — Pizarro affirma (Mem. hist. VIII, 23) que foi Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho quem vendeu a Corôa a Capitania do Espirito Santo; mas, o mesmo historiador apresenta, noutra parte, (II, 7) documentos que provam que, depois de Antonio Luiz Gonçalves, houve ainda varios donatarios. Este ultimo era governador da Bahia.

(III) — Southey — Hist. do Braz, I, 38, 286, 326, 362, 445; II, 665, — Corog. Braz. II, 56, 67, 58, — Piz. Mem. his., II, 2-30.

a capital da provincia acabou por adquirir importancia, e, por volta da metade do seculo 18, ella era considerada uma das principaes cidades da America portugêsa (I).

Mais tarde, a expulsão dos jesuitas deu um golpe fatal na Capitania do Espirito Santo ; e de todas as provincias da costa ella é a que, nos tempos modernos, menos progrediu (II). Uma grande parte da sua população era composta de indigenas; os jesuitas os governavam com bondade; submeteram-n'os a um trabalho regrado, proviam-lhes todas as necessidades, transmittiam lhes conhecimentos de que eram susceptiveis de adquirir, e tinham o cuidado, sobretudo, de apártar delles os brancos que os teriam, em pouco tempo, corrompido e tyrannizado.

Depois da extincção da Companhia de Jesus, que foi creada em 1760, os indios, raça fraca e dèscuidada, ficaram sem appoio.

Fez-se em Lisboa leis em seu favor; mas como pòdian ser ellas applicadas a duas mil leguas do legislador, num paiz onde todo mundo se julgava com o direito de augmentar sua fortuna sobre a ruina dos desgraçados, que, uma inferioridade verdadeira fazia repudiados com orgulhoso desdem ?

Tratados como escravos, condemnados a rudes trabalhos, os indios foram anniquilados ou se dispersaram.

No tempo dos jesuitas, havia em Reritygba ou Benevente e nos seus arredores, doze mil indigenas; sob o primeiro parocho que succedeu aos padres da Companhia de Jesus, os indigenas estavam então reduzidos a 9.000 e em 1820 toda

(I) — Southey — Hist. Braz., II, 665

(II) — Southey — Hist. do Braz., III, 811

a população da Parochia de Benevente não ia além, segundo Pizarro (I), de 2.500 individuos.

Não era, somente, como chefes e protectores dos indios, que os jesuitas deviam exercer sobre a capitania do Espirito Santo uma influencia feliz.

Era do interesse da Ordem enviar membros distinctos a uma provincia onde a população lhe era, em grande parte, submissa, possuidora de grandes dominios.

Esses homens chegavam dos seus paizes com conhecimentos que não podiam ter os descendentes grosseiros de aventureiros barbaros, e, quando mesmo os jesuitas fossem prohibidos de instruir os brancos, era impossivel que elles, aqui, não aproveitassem seus exemplos.

Os padres da Companhia de Jesus cavaram na provincia do Espirito Santo, o unico canal que ao meu conhecimento haja existido na costa do Brasil meridional. Construiram nesta provincia e districto limitrophe de Campos dos Goytacazes importantes obras e todos sabem que em suas fazendas, onde os negros eram tratados com brandura, offereciam modelos de ordem e boa administração. Vi numa fazenda de Goyaz, onde se conservava a tradição, os methodos seguidos pelos jesuitas para dirigir seus dominios ruraes, e duvido que existam no Brasil propriedades melhor administradas.

Depois da extincção da Companhia de Jesus, não se achou ninguem que fosse capaz, seja por preceitos, seja por exemplos, de propagar alguns ensinamentos entre os habitantes da provincia, quasi abandonada, do Espirito Santo, e a terrivel tyrannia dos governadores contribuiu ainda mais para a sua decadencia.

A' excepção da justiça, os governadores do Espírito Santo, como os das outras capitanias (I), dirigiam todos os ramos da administração. Obedecia-se-lhes com uma exatidão e uma pontualidade que raramente se verificavam no cumprimento das ordens do proprio soberano, e, por pouco que elles fossem apoiados por algum favorito, era-lhes facil derrubar a fraca barreira que as leis oppunham á sua autoridade.

Em principios deste seculo, o mathematico Antonio Pires da Silva Pontes Leme fôra nomeado capitão mór da provincia do Espírito Santo, por protecção de D. Rodrigo, Conde de Linhares. Era um homem instruido, mas, bizarro, que abuzou da sua autoridade e fez mal á provincia. Contam-se deste magistrado extravagancias que seriam incriveis, se não fossem attestadas por pessoas dignas de fé.

Tinha a mania de tirar os agricultores de seus dominios e rete-los mezes inteiros na Villa da Victoria para exercita-los no serviço militar; sentia um prazer barbaro de fazer montar a cavallo os infelizes, aos quaes doenças secretas impediam este exercicio; ou então, se elle passeava com os officiaes da guarda nacional (militia) forçava-os a comer o jantar nojento dos negros que elle encontrava no seu caminho.

Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, que succedeu a Pontes com o titulo de governador; administrou quasi tão mal quanto elle.

Comprazia-se, igualmente, com o apparato militar e roubava aos colonos um tempo precioso passando-os em revistas inuteis, incessantemente.

Depois de Tovar, Francisco Alberto Rubim

(I) — Veja minha primeira Relação, VI. I pag. 355 e seguintes.



Um aspecto da Cidade do Espírito Santo, (Villa Velha), terra em que se estabeleceu Vasco Coutinho, quando veio iniciar a colonização do Espírito Santo.

foi nomeado governador da provincia do Espirito Santo e a administrava ainda na epoca de minha viagem. Passava geralmente por ser um homem integro; tinha talento e actividade. A nova Villa de Vianna fundou-se por sua iniciativa; fez abrir estradas entre o litoral e Minas Geraes, fundou a egreja da Villa de Linhares, reedificou, na Villa da Victoria, uma parte do palacio do governo e ajudou a embellezar essa Villa; mas, se tal administração foi brilhante, careceu de que fosse de accordo com as leis do estado e os principios de uma sabia economia. Ver-se-a com que rigôr tratava os indios, e esses desgraçados não eram as unicas victimas de seu despotismo. Em tudo punha embaraços, achava-se em toda parte e suas medidas, indicando a espantosa extensão de seu poder, evidenciavam ainda sua ignorancia em administração.

Como seus predecessores, Rubim, para exercitar os colonos no serviço militar, fazia-os, continuamente, vir de varias leguas á cidade, e obrigava-os a deixar sem vigilancia suas casas e seus escravos.

No seu Governo prohibiu de vender o algodão com sementes e o arroz com o envoltorio.

Finalmente, o que parece quasi inacreditavel, a farinha de mandiôca, que se recolhia no arrabalde da Villa da Victoria, foi taxada — em 2 cruzados o alqueire, enquanto que a de outros districtos da capitania ou de provincias vizinhas, podia se vender a preço de especulação. Resultava desse regulamento que os cultivadores dos lugares circumvisinhos da capital da provincia não plantavam mândiôca, senão o necessario para o proprio sustento; quasi toda a farinha consumida pelos empregados e trabalhadores vinha de fóra e se vendia a 4 ou 5 patacas o al-

queire e o dinheiro dos moradores da Villa da Victoria ia enriquecer os de São Matheus (I) cidade que se encontra depois do Rio Doce, entrando-se na provincia de Porto Seguro, cujos arredores produzem muita mandioca. Contudo, quando a provincia do Espirito Santo for sabiamente administrada, e seus habitantes tenham mais instrucção, é possível que alcance um alto grau de prosperidade.

Se todas as terras desta provincia não são absolutamente férteis (II) ella é, porem das terras cuja fecundidade não pôde ser posta em duvida.

Produzem assucar, mandioca, algodão, arroz, café, milho e diversos legumes. Em 1820 contavam-se em toda a provincia 60 engenhos de assucar e 66 distillarias, (III) e no 1º trimestre de 1818, só a villa da Victoria exportou 4 mil alqueires de arroz sem casca. Excellentes madeiras para construção e marcenaria puderam ser tiradas de florestas immensas que cobrem ainda uma grande parte da provincia. Os rios banham-n'a; pequenos portos permitem uma cabotagem util e a bahia da Villa da Victoria, capaz de receber até fragatas, permittirá aos negociantes da região entregarem-se a grandes operações quando elles tiverem conhecimentos mais amplos e idéas me-

(I) Escrevo este nome como se o pronuncia no paiz e da mesma maneira que Cazal e Pizarro. Encontra-se, na verdade, San Mateo na tradução francesa da obra de M. o príncipe de Neuwied, mas o proprio sabio restabeleceu, recentemente, a verdadeira orthographia.

(II) — Havia antigamente uma idéa muito exagerada da fertilidade da provincia do Espirito Santo. Eis aqui realmente como se exprime Jean de Laet: *accredit u se* por muito tempo ser essa a mais fértil de todas as provincias, do Brasil e por tudo que é necessario a vida humana, *instinctissima*.

(III) — Piz. Mem. hist. II, 23

nos acanhadas. (I) Emfim, quando o rio Doce vier a ser navegavel, os habitantes do Espirito Santo poderão, em troca de seu sal, receber, a preço reduzido, os metaes de Minas Geraes.

A ignorancia e a apathia que se oppuzeram ao progresso do commercio da provincia do Espirito Santo desaparecerão, sem duvida, com o tempo; mas os agricultores desta região lutarão contra um flagelo para o qual, insistentemente, até aqui, procuram algum remedio efficaz. Eu venho falar das grandes formigas (*atta cephalotes* Fab. ou pode ser alguma especie proxima). Estes insectos não atacam nunca, ou atacam pouco o milho, a canna de assucar (II) e os feijões; mas são muito sequiosos do algodão e mais ainda da mandioca. Uma noite só, basta-lhes para destruir inteiramente campos vastos desta ultima planta ou para despojar as laranjeiras de suas folhas (III). Toda a população do Espirito Santo não se afflige, contudo, com a abundancia das grandes formigas. Logo que munidas de azas venham a

(I) — O commercio estaciona por não haver no continente um só negociante capaz de animar os diversos artigos de industria. Mem. hist. II, 24

(II) — M. Martius diz com effeito (*Agrost.*, 567) que as formigas fazem grandes destruições nas plantações de cannas; mas, é possivel que as provincias do norte, percorridas por esse sabio, sejam o asylo de algumas especies, que não existiam mais nas partes do Brasil que visitei.

(III) — Veja como se expressa o sabio M. Lund na sua "Carta sobre as formigas do Brasil" (*Ann. sc. nat.* XXIII, II8): eu tinha sempre olhado como exaggeros as narrativas que fazem os viajantes do damno que certas formigas causam ás arvores, despojando as, num instante, de sua folhagem; mas, veja um, facto que testemunhei, relativo á especie conhecida, muito tempo depois, sob o nome de *atta cephalotes*. Passando um dia junto a uma arvore quasi isolada, fiquei admirado de ouvir em tempo bonancoso o ruido das folhas que tombavam na terra, como o

se mostrar, os negros e as crianças apanham-nas e as comem; os moradores de Campos que vivem num estado de rivalidade continua com os de Villa da Victoria, chamam-nos de papa-tanajuras, comedores de formigas. Não acontece unicamente na provincia do Espirito Santo, nutrir-se de grandes formigas aladas; asseguraram-me que se as vendem no mercado de S. Paulo sem o abdômen e fritas; eu mesmo comi um prato dellas, preparadas por uma mulher paulista e não lhes achei gosto desagradavel. A actual provincia do Espirito Santo não contém senão tres quartos da antiga capitania do mesmo nome (I) e se estende, pouco mas ou menos, desde 19°, 31' até 20°, 16'. Limitada ao sul pelo Rio Cabapuana, prolonga-se ao norte até o territorio de Porto Seguro do qual a separa o Rio Doce, ou melhor, a ribeira menos meridional de São Matheus (II).

(I) — Caz. — Corog. Braz. II, 56

(II) — É conveniente repetir que o Rio Doce é o limite da provincia do Espirito Santo; mas na região não se observa como tal; é incontestavel que Linhares, situada sobre a margem esquerda do rio, pertence ainda a esta provincia; Pizarro disse, positivamente, (Mem., II, 29) que é o Rio de S. Matheus que serve de limite a jurisdição da *junta da fazenda do sul* (junta do thezouro publico) do Espirito Santo; enfim, a autoridade da administração propriamente dita se estende ainda sobre o litoral, p'ra lá do Rio Doce, numa distancia de algumas leguas, até o posto militar de Barra Seca.

da chuva. Augmentou minha surpresa ver que as folhas arrancadas tinham sua cor natural e que a arvore parecia gozar de todo seu vigor. Eu me approximei para achar a explicação deste phenomeno e vi que sobre o peciolo estava uma formiga trabalhando com toda energia; o periodo foi logo cortado e a folha tombou por terra. Uma outra scena se passava ao pé da arvore. A terra estava coberta de formigas occupadas em retalhar as folhas á medida que

Mas enquanto esta provincia comprehende no seu comprimento uma extensão de cerca de 38 léguas (portuguesas) de costa, sua largura é, em certo lugares, reduzida a uma praia estreita e arenosa; sobre nenhum ponto, suas dependencias verdadeiras avançam no lado de leste, quanto na Villa de Victoria e la mesmo não se acha nenhuma cultura a mais de oito leguas do mar. A provincia do Espirito Santo offerece, portanto, somente uma faixa estreita que, termo medio, não tem provavelmente mais de quatro leguas de largura. Alem se acham immensas florestas que se confundem com as de Minas Geraes e servem de sylo ás tribus errantes dos Botocudos, sempre em guerra com os portuguezes (I).

A população do Espirito Santo não se elevou a mais de 24 mil almas e não se pode saber

(I) — Seria possível que a paz concluída pelo francez Guido Thomas Marière entre os botocudos do Rio Doce e os mineiros tivesse uma influencia benefica para a provincia do Espirito Santo. Entretanto, eis aqui o que mandou, em 18 de Novembro de 1825 o proprio excellente senhor Marière: «Presentemente não ha mais inimigo; em Minas entre os selvagens; ali tudo está calmo; ou -desejaria poder dizer outro tanto da visinha provincia do Espirito Santo; mas, como o systema que lá se estabeleceu para a civilização dos indigenas consiste em dar lhes golpes de palmatoria e priva los da liberdade, eu duvido que elles não se revoltem e sua rebelião não se propague aqui. Um grande numero de selvagens da costa vieram se refugiar entre nós: que não venham todos esses desgraçados!

ellas tombavam e os pedaços eram transportados atravez do campo, ao formigueiro. Em menos de uma hora o grande trabalho se completou sob meus olhos e a arvore ficou inteiramente desfolhada. A narrativa inteira de M. Lund mostra quanto se pode attender a este zeloso naturalista e não se o lerá sem prazer. Eu me permittirei uma observação que em nada prejudica o trabalho pessoal do Sr. Lund.

da superfície habitada desta provincia que, em 152 leguas quadradas, cada legua conteria, termo medio, cerca de 150 individuos.

Eu disse, noutra parte, que a população de Minas Geraes podia ser estimada em 10 pessoas por legua quadrada por conseguinte, teria, sobre uma superficie igual, quinze vezes menos de individuos na provincia de Minas que na do Espirito Santo.

Mas, a população dos dois governos não podem, realmente, ser comparadas com certa exactidão. Com effeito, a de Minas foi dessemuinada sobre o immenso territorio dessa região, e as aldeias se acham frequentemente separadas por desertos que somos obrigados a incluir no calculo da sua superficie geral.

Na provincia do Espirito Santo, ao contrario, a população, retida pelo temor aos indigenas, se acha disposta em pelotões no litoral e a apreciação que eu faço do territorio desta provincia não comprehenderia suas florestas ainda desconhecidas e somente habitadas pelos indios selvagens.

Em Minas, Campos, Rio Grande do Sul e provavelmente em todo o sul do Brasil, quando se diz simplesmente a capitania, é sempre á do Espirito Santo que se refere e no interior mesmo desta ultima não se usa quasi nunca o nome de capitania senão para a Villa da Victoria, a capital.

A seguir

“Conforme a narrativa dos viajantes os planos elevados e aridos da provincia de Minas Geraes, são, diz elle, entrecortados de collinas de grande altura, que, de longe se tomará por cabanas de selvagens mas que são obra das formigas”. Os viajantes citados, não haviam provavelmente visto os campos de Minas nem os habitantes das termas e menos ainda as cabanas dos selvagens.

Programma das commemorações em homenagem ao quarto Centenario da Colonização do Estado

DIA 21— A's 9 horas— Dadas de roupas á pobreza desta capital pelo Governo por intermedio das Damas de Caridade, dos Vicentinos e do Posto dos Pobres de Argollas.

DIA 22— A's 9 horas— Inauguração do Leprosário de Itanhenga.

A's 15 horas— Parada esportiva escolar promovida pela *União Athletica "Gymnasio do Espirito Santo"*.— Entrega da flamula da U. A. G. E. S. ao Instituto Historico, expressando a collaboração da mocidade estudiosa nos festejos commemorativos do 4º Centenario do Povoamento colonial do Estado.

A's 21 horas— Grande Concerto da Sociedade Musical Espirito Santense, no Theatro "Gloria".

DIA 23— A's 5 horas— Salvas de vinte e um tiros em pontos diversos da cidade e nas sedes dos nossos clubs nauticos. — Alvorada, pela banda de musica da Força Publica do Estado, em frente ao Palacio do Governo, na Praça Costa Pereira e no Parque Moscoso.

A's 9 horas— Missa campal na cidade do Espirito Santo officiado-a o sr. Bispo Diocesano, com sermão historico pelo pe. Ponciano dos Santos Stenzel.

A's 14 horas— Recepção official pelo exmo.

sr. Governador do Estado ás autoridades consulares e administrativas, membros da Assembléa Constituinte e do Poder Judiciario. — Parada e desfile da Força Publica.

A's 14 1/2 horas — Recepção publica, pelo exmo. sr. Governador do Estado.

A's 15 horas — Desfile das escolas, falando deante da estatua de Domingos Martins, o dr. Ciro Vieira da Cunha. — Entrega, após essa cerimonia, no Palacio do Governo, das medalhas aos campeões da prova "Estados Unidos do Brasil", cunhadas pela Prefeitura desta Capital.

A's 20 1/2 horas — Sessão magna do Instituto Historico, no Theatro "Gloria", com discursos do Presidente dr. Mario Freire e do orador dessa corporação. — Distribuição da revista do Instituto. Essa sessão será publica, reservando-se, entretanto, os camarotes e algumas filas de cadeiras, na platéa, para visitantes e altas autoridades publicas.

DIA 24 — A's 9 horas — Inauguração do monumento, offerecido pela familia Oliveira Santos ao Estado do Espirito Santo.

A's 14 horas — Inauguração de serviços publicos, executados pela Prefeitura municipal desta cidade. — Inauguração de um novo pavilhão na Penitenciaria do Estado.

A's 21 horas — Concerto da violinista Alda Sá, no Theatro "Gloria", revertendo o respectivo producto em favor do Hospital Infantil.

DIA 25 — A's 9 horas — No Theatro Carlos Gomes, distribuição de vinte cadernetas-premios, pelo Rotary Club, aos alumnos mais applicados das escolas desta capital. — Filmagem de peliculas referentes ao Espirito Santo.

A's 14 horas — Inauguração da exposição de productos do Estado, promovida pela Secretaria da Agricultura e visitação publica aos monumen-

tos historicos com inauguração da reforma por que passou o pateo em que está o Tumulo de Anchieta.

A's 16 horas — Commemoração civico-esportiva na séde do Club de Regatas "Saldanha da Gama".

A's 20 horas — Fogos de artifício no morro do Semaphorico.

A's 22 horas — Baile official no Palacio do Governo.

DIA 26 — A's 11 horas -- Regatas, promovidas pela Liga Sportiva.

A's 20 horas — Festa veneziana, com o concurso de todas as corporações nauticas desta capital.

Commissões Parciaes — Para melhor orientação e exito das commemorações, acima destacadas, foram da Comissão Geral — formadas as seguintes Commissões parciaes:

Ornamentação — Drs. Álvaro Sarlo, Claudino Pontes, Meira Quadros, José Sette, e srs. Lourenço Longo, Paulo Motta, Jones Filho e Laurentino Proença.

Transportes — Srs. Oswaldo Guimarães, Lourenço Longo, João Bastos, Armando Rabello e dr. Alvaro Sarlo.

Festa Veneziana — Drs. José Pedro Aboudib, Argeu Monjardim, Armando Oliveira Santos, Deputados Carlos Medeiros, dr. Archimimo Mattos e Commandante Areia Leão, capitão dos Portos.

Imprensa — Drs. Ciro Vieira da Cunha, Manoel Lopes Pimenta, Heliomar Carneiro da Cunha e Escobar Filho.

Photographias e filmagem — Professor Luiz. Edmundo Malizek, Fabio Tancredi e Armando Rabello.

— A Comissão Central, incumbida de or-

ganizar, dirigir e effectuar todas as homenagens, a que se refere o programma, que estampilamos, está assim constituida: Capitão João Punaro Bley, Presidente de Honra; dr. Antonio Francisco de Athayde, presidente; prof. Elpidio Pimentel, secretario geral; Anisio Fernandes Coelho, thesoureiro; vogaes — d. Luiz Scortegagna, bispo diocesano; desembargador Carlos Xavier, desembargador Afonso Botelho, Heliomar Carneiro da Cunha, Alberto de Oliveira Santos, Clodomir Adnet, deputado Alvaro Mattos e o dr. Freitas Lima, prefeito de Villa Velha, além de todos os nomes, que estão integrando as Comissões parciaes.

INDICE

Assumptos e Autores	Paginas
A semantica do vocabulo indigena — Capichaba — <i>Antonio Athayde</i>	3
A Independencia Nacional na Capitania do E. Santo — <i>Mario Freire</i>	51
Importante documento historico.....	57
Uma conferencia do Dr. Carlos Xavier Paes Barreto.....	63
Ethnologia espirito santense — <i>Carlos Xavier P. Barreto</i>	70
As primeiras leis da Capitania do E. Santo — <i>Mario Freire</i>	72
O ouro de Antonio Rodrigues Arzão — <i>Almeida Cousin</i>	89
Colonização e recolonização do Brasil conforme as ideas de Alberto Torres — <i>Archimimo Mattos</i>	96
Cavendish em Victoria — <i>Adelpho Monjardim</i>	118
Segunda viagem ao interior do Brasil por Saint-Hilaire— <i>Carlos Madeira</i>	128